



Leonardo Martins Barbosa

**Crise e Transição na Revista de Cultura & Política
(1978-1982): uma análise do momento da Abertura**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Luís Reznik

Rio de Janeiro
Agosto de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Leonardo Martins Barbosa

Crise e Transição na Revista de Cultura & Política (1978-1982): uma análise do momento da Abertura

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Luís Reznik

Orientador
Departamento de História
PUC-Rio

Prof. Marcelo Gantus Jasmin

Departamento de História
PUC-Rio

Prof. Cesar Augusto Coelho Guimarães

Estudos Sociais e Políticos
UERJ

Profª Mônica Herz

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2010.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Leonardo Martins Barbosa

Graduou-se em licenciatura e bacharelado em história pela PUC-Rio. Como monografia, pesquisou sob orientação da professora Margarida de Souza Neves e dentro do grupo de pesquisa *Ciência e Preconceito: uma história social da epilepsia* o pensamento médico sobre a epilepsia no século XIX sob o prisma da história social da cultura. Em seu mestrado, cursado na mesma instituição, começou a analisar o pensamento político brasileiro contemporâneo a partir da análise da Revista de Cultura & Política. Seus principais temas de interesse englobam o pensamento social e político do Brasil contemporâneo, a Abertura política e a construção do regime democrático que viria a se consolidar com a Constituição de 1988.

Ficha Catalográfica

Barbosa, Leonardo Martins

Crise e transição na Revista de Cultura & Política (1978-1982) : uma análise do momento da abertura / Leonardo Martins Barbosa ; orientador: Luiz Reznik. – 2010.
139 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2010.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Abertura política. 4. Crise. 5. Transição. 6. CEDEC. 7. Democracia. I. Reznik, Luiz. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Dedico este trabalho aos meus pais e a todos os que, de alguma forma, me ajudaram a chegar até aqui.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Luís Reznik, pela confiança depositada em mim desde o começo de minha pesquisa.

Aos professores Ilmar Rohloff de Mattos, Marcelo Jasmin, Selma Mattos, Margarida de Souza Neves e César Guimarães pelos valiosos conselhos.

Aos secretários do departamento de História, Claudio, Cleusa, Moisés, Edna e Anair.

Aos colegas de orientação e amigos Mario Ângelo e Pablo Mattos.

Aos queridos amigos Raphael Martins, Samantha Valério, Aline dell'Orto, Heitor Velasco, Eduardo Roels, Rebecca Coscarelli, Isabel Auler, Roberto Azevedo, Maria Aparecida dos Santos, João Marcelo Dias, Vanessa Barbosa, Cosme Armando, Maurício Adelino, Vicente Telles, Bruno Falcão, Bruno Falci, Laura Bitarelli, Marina Schneider, Marina Trindade, Bianca Dinatale, Álvaro Barbosa, Maria do Socorro Santos, Leila Mattos, Armando Lopes, Simone Malafaia, Daniel Gonçalves, Filipe Feghali, Fernando Alves, Bernardo Celano, Leandro Kusdra, Sarah Martins Faleiros, Guilherme Martins Marinho, Alexandre Martins, Teodoro Martins, e tantos outros que sempre estiveram ao meu lado.

A Manoela Santos Barbosa, por todo o carinho e eterna amizade.

A Leandro Macedo Janke e Carlos Augusto Cordeiro, amigos por toda a vida.

A Clarissa Mattos Farias, pelo amor e companhia constante.

Aos meus avós, Roberto, Anita, Walter e Helena.

Aos meus pais, Valmir e Alzira, e minhas irmãs, Julia e Isabel, pelo apoio constante e amor incondicional.

Resumo

Barbosa, Leonardo Martins; Reznik, Luis. **Crise e transição na Revista de Cultura & Política (1978-1982): uma análise do momento da Abertura**. Rio de Janeiro, 2010. 139p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho pretende empreender uma análise dos conceitos de *crise* e *transição* tal como aparecem na *Revista de Cultura & Política*. A referida publicação foi produzida no âmbito do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) ao final da década de 1970, com uma proposta clara de intervenção política no contexto que ficou posteriormente conhecido como o da Abertura política brasileira. Duas hipóteses principais são desenvolvidas na dissertação. A primeira é a de que o uso dos conceitos de *crise* e *transição* na Revista deve ser compreendido dentro do contexto intelectual denominado o da “Escola Paulista”, caracterizada, sobretudo, pelas críticas às idéias que esta atribuía ao nacionalismo-desenvolvimentista. A segunda hipótese é a de que os responsáveis pela *Revista de Cultura & Política* se apropriam de argumentos próprios do referido contexto intelectual com o objetivo de conferir um sentido ao processo político no qual estavam inseridos. Ao mesmo tempo em que argumentos da “Escola Paulista” são incorporados e organizados em torno dos conceitos de crise e transição, diversas contradições surgem em meio às discussões promovidas no espaço da Revista. Ao invés de constituir um obstáculo, essas contradições entrelaçam-se com a prática política dos intelectuais em questão, que, nesse movimento, tenderam a se engajar na formação do *Partido dos Trabalhadores*, contribuindo para a construção de alguns dos sentidos históricos que este partido viria a entender e incorporar como seus.

Palavras chave

Abertura política; crise; transição; CEDEC; democracia.

Abstract

Barbosa, Leonardo Martins; Reznik, Luis (Advisor). **Crisis and Transition in the Revista de Cultura & Política (1978-1982): an analysis of the “Abertura” Scenario.** Rio de Janeiro, 2010. 139p. MSc Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation undertakes an analysis of the concepts of *crisis* and *transition* as they appear in the Revista de Cultura & Política (Journal of Culture & Politics). This publication was made under the auspices of the Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC, Center for the Study of Contemporary Culture) in the late 1970's, with a clear proposal of political intervention in the context that would later be known as the Abertura Política (Political Opening) in Brazil. Two main hypotheses are developed throughout the dissertation. The first one concerns the fact that the concepts of *crisis* and *transition* in the Journal should be understood within the intellectual scenario called the Escola Paulista (São Paulo School), characterized, above all, by the criticism to the ideas attributed by its members to developmental nationalism. The second hypothesis concerns the fact that those responsible for the Journal made use of arguments characteristic of the referred intellectual context with the purpose of conferring meaning to the political process within which they were inserted. While the arguments of the Escola Paulista are incorporated into and organized around the concepts of *crisis* and *transition*, various contradictions come to light in the discussions promoted in the Journal. Instead of building an obstacle, these contradictions intertwine themselves with the political practice of the intellectuals in question, who, in this movement, were inclined to be engaged in the formation of the Partido dos Trabalhadores (Labor Party), contributing to the construction of some of the historical meanings this party would come to understand and incorporate as their own.

Keywords

Political opening; crisis; transition; CEDEC; democracy.

Sumário

Introdução	9
Parte I	19
1. Nacionalismo em Perspectiva	19
1.1. A Escola Paulista	19
1.2. O nacionalismo em perspectiva	26
1.3. As conseqüências da distância temporal	35
2. Desenvolvimento sob Crítica	40
2.1. O desenvolvimento como chave de interpretação	40
2.2. A crítica ao desenvolvimento	51
Parte II	69
3. Crise	69
3.1. O terceiro momento da geração do CEBRAP	69
3.2. A narrativa em crise	77
3.3. A narrativa da crise	87
3.4. A democracia	93
4. Transição	103
4.1. A narrativa entre a democracia e o autoritarismo	103
4.2. Transição	111
4.3. Rupturas	118
4.4. A transição em sua prática política	128
Conclusão	132
Referências Bibliográficas	136

Introdução

O objeto de minha pesquisa são os conceitos de crise, transição e democracia na *Revista de Cultura Contemporânea* ou, como passou a ser chamada a partir da terceira publicação, *Revista de Cultura & Política*, publicada no final dos anos de 1970. A análise desses conceitos permite interpretar a participação dos intelectuais envolvidos na Revista no chamado processo de Abertura política brasileira. Do ponto de vista teórico, parte-se do pressuposto de que os conceitos de uma maneira geral, e os selecionados em particular, têm peso importante na construção de uma realidade histórica qualquer – no caso, a que se configura no mundo político brasileiro na virada da década de 1970 para a de 1980.

As marcações cronológicas que delimitam a publicação da revista coincidem com um momento de importante inflexão no processo de Abertura. Originalmente orquestrada pelo regime militar sob a designação de distensão política, a Abertura, no final da década de 1970, incorporou em seu processo diversos grupos sociais que reivindicavam para si a responsabilidade pelo rumo político do país. É nesse momento em que se inscreve a Revista e o seu período de publicação sugere um recorte cronológico interessante.

Seu primeiro número é de 1978, um ano após a fundação do CEDEC, em 1977. Foi neste ano que o general Sylvio Frota foi exonerado e o Pacote de Abril decretado após último fechamento do Congresso Nacional, ou seja, um momento em que o projeto de Abertura, liderado pelo grupo organizado em torno da liderança de Ernesto Geisel, se fortalece ao neutralizar adversários de dentro e de fora do regime. A data de publicação do último número da Revista é de 1982, quando a oposição parlamentar obtém significativas vitórias e quando a sociedade brasileira se caracterizava por um clima de mobilização popular e, de diversas formas, se organizava em movimentos favoráveis ao estabelecimento de um regime democrático.

A relevância do trabalho está em perceber de que forma os conceitos políticos usados pelos intelectuais engajados em debates e seminários organizados

pelo instituto podem ajudar a compreender a experiência histórica desse momento da política brasileira. Para tanto, a abordagem teórico-metodológica utilizada no trabalho se baseia na história dos conceitos tal como formulada pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. Segundo a referida formulação teórica, a dimensão da linguagem, por um lado, e a da realidade não apreendida por meio da última, por outro, se relacionam de forma tensa na conformação da experiência humana; de modo que o reino da dogmata, ou a esfera conceitual do mundo, deve ser tido como parte constituinte da realidade histórica.

O corolário da tensa relação entre ambas as esferas é o caráter complexo da realidade histórica, uma vez que os conceitos políticos e sociais centrais na conformação de dada experiência são fundamentalmente marcados por uma polissemia que deriva do acúmulo de usos que de deles já foi feito e da importância que os mesmos detêm na estruturação de uma dada sociedade. Logo, a análise diacrônica dos conceitos ganha relevância por realçar como diversas experiências presentes na realidade conceitual se relacionam em determinada sincronia; ou seja, como diversos estratos de tempo compõem a experiência histórica, que em uma primeira vista parece se restringir ao contexto sincrônico.

Nesse sentido, cabe a pergunta: os conceitos manipulados na revista publicada pelo CEDEC estão em diálogo com que narrativas históricas? Que outras experiências já se articularam por meio dessas mesmas narrativas? Como são incorporadas no tempo em questão? Ou, sobre que experiências acumuladas os conceitos políticos de crise, transição e democracia adquirem consistência e legitimidade social?

Cabe, neste ponto, fazer uma breve reflexão sobre o conceito mesmo de experiência. Walter Benjamin distingue, no seu artigo *Experiência e Pobreza*¹, dois conceitos de experiência, cuja distinção entre si é relevante por permitir uma análise da moderna cultura ocidental. A ambigüidade do referido conceito é utilizada pelo autor para contrapor o que seriam duas formas de experiência. Em seu primeiro significado, a experiência surge como um conhecimento que se acumula e pode ser repassado, ao passo que no segundo, refere-se mais ao acontecimento em si, sendo passível apenas de descrição e não de uma formulação

¹ BEJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. IN: _____. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Obras Escolhidas, V. 1. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

narrativa. A experiência enquanto aprendizado requer a narrativa e requer uma capacidade de diálogo entre interlocutores distantes entre si do ponto de vista temporal. Esse tipo de relação com o tempo é algo que, segundo Benjamin, não estaria mais disponível no mundo contemporâneo.

A relação entre narração e experiência esclarece-se quando o autor constrói os dois tipos ideais de narradores que existem na cultura ocidental: o camponês e o comerciante. O primeiro narra o que lhe foi passado pelos pais, de modo que a narração permite o aprendizado a partir do acúmulo de conhecimento ao longo do tempo. O comerciante, por sua vez, traz o conhecimento a partir de seus deslocamentos no espaço, em contato com culturas diferentes. A experiência, nesses casos, não é apenas o acontecimento, mas também o modo como determinados acontecimentos são organizados por um indivíduo e transformados, dessa forma, em conhecimento. A narrativa é em si a experiência e somente nessa forma ela pode ser transmitida a terceiros que não tiveram participação em sua formulação original. Por outro lado, é a própria transmissão que permite que a experiência se acumule e ganhe uma complexidade que supera a percepção imediata – ou não-mediada - de determinado acontecimento.

O papel da narrativa é tão importante para Benjamin que passa a ver o conselho não é uma recomendação acerca do que é certo ou errado, mas uma sugestão para a continuação de uma narrativa posta àquele que dá o conselho e cujo fim permanece em aberto. Assim, a pobreza da experiência contemporânea deriva, para o autor, da impossibilidade de relacionar os acontecimentos presentes a uma narrativa que lhe confira sentido. Eles só podem ser descritos. Dessa forma, resumem-se ao momento concreto em que o evento se dá, não podendo carregar consigo um significado que só seria possível por meio da narrativa. Esta, por sua vez, permitiria à experiência exprimir diversos estratos de tempo que teriam justamente na narrativa sua organização.

Apesar das inúmeras possibilidades de desdobramento do debate proposto por Benjamin, para os fins deste trabalho cabe demarcar somente a dualidade de significado da palavra experiência e de suas respectivas implicações. A experiência, para Benjamin, não se refere apenas ao imediato, mas é também um modo de adquirir conhecimento, cujo processo de construção, por sua vez, para ser possível, confere significado ao conjunto de acontecimentos em questão. Dessa forma, os acontecimentos, tais como transmitidos, só existem a partir do

momento em que são organizados em uma narrativa. A experiência é tanto o acontecimento como a interpretação que dele se faz.

Reinhart Koselleck² também se utiliza dessa dualidade do conceito de experiência para elaborar uma série de categorias com o intuito de construir uma metodologia histórica. Ou seja, Koselleck reflete sobre o conceito de experiência para criar categorias que lidem com a experiência humana no mundo e que podem desse modo ajudar o historiador a perceber as diferentes formas de construção de experiências históricas no passado e em sua própria escrita.

O autor resume a dualidade do conceito de experiência em uma tensão constante que deve ser levada em conta pelo historiador. Ao fazer uma pequena história do mencionado conceito, Koselleck mostra que experiência já significou tanto a reflexão sobre a realidade com o intuito de criar conhecimento como a realidade em si. É uma característica dos tempos modernos que o conceito carregue ambos os significados, em uma trajetória semelhante ao do conceito de História, que desde o século XIX designa tanto a realidade histórica quanto a escrita que se faz sobre essa realidade³. Ambas as dimensões, a *pragmata* e a *dogmata*⁴, a realidade não elaborada na linguagem e a linguagem em si; coexistem de forma complementar e tensa, pois uma nunca pode ser integralmente inferida da outra. Koselleck caracteriza esse fenômeno como a unidade da história.

Dessa preliminar semântica o autor constrói três modos de experiência do ser humano. Em primeiro lugar, há a experiência da surpresa, ou seja, a experiência em que o acontecimento leva a narrativa a uma ruptura. Em segundo, a experiência recorrente que se acumula e torna a surpresa cada vez mais rara. É interessante notar que a experiência de acumulação é delimitada pelo autor como própria de uma geração. Há, por último, a experiência de longo prazo que supera o espaço de tempo de uma geração e torna-se de difícil percepção, embora seja parte fundamental da experiência, e sem o qual seria impossível tanto qualquer tentativa de diálogo com narrativas passadas como a existência mesmo de uma tradição.

Esses modos de experiência são organizados, respectivamente, em estruturas temporais de curto, médio e longo prazo, que convivem

² KOSELLECK, Reinhart. **Los Estratos del Tiempo**: estudios sobre la historia. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.

³ _____. **Futuro Passado dos Tempos Históricos**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Contraponto, 2006.

⁴ Ibid.

simultaneamente conformando uma realidade histórica complexa do ponto de vista temporal. Koselleck usa a imagem de estratos de tempo para apreender a referida complexidade. Para lidar com tal realidade histórica (em seu sentido de unidade), o homem precisa manejar diferentes tipos de escrita histórica. Koselleck menciona o registro histórico, a continuação de uma escrita, e a re-escritura da história. A forma como o homem apreende esses modos de experiência são em si também experiências, em seu sentido de narrativa, e conferem um sentido à complexa estrutura da experiência histórica.

O registro histórico, que documenta o acontecimento, procura fazê-lo realçando sua singularidade. Essa forma de escrita, referente à forma de experiência da surpresa, tende a ser acompanhada por uma forte tentativa de explicação por parte do homem à medida que este procura transformar a surpresa em uma experiência previsível, ou seja, que tenha laços de causa e efeito que expliquem como aquele acontecimento tornou-se possível. A partir desse esforço de elaboração narrativa, a surpresa deixa de ser surpresa e passa a se acumular por meio de repetições, até que uma nova surpresa rompa as expectativas derivadas da experiência adquirida - o que Koselleck denomina como *minimum* temporal - e uma nova narrativa surja para explicar a surpresa. Esse movimento dá origem a re-escritura da história e, ao mesmo tempo, torna claro que a narrativa é em si parte da experiência originada do acontecimento relatado e pode ser, portanto, repensado sob uma nova perspectiva. A narrativa não é um simples relato do ocorrido, mas uma parte constitutiva da experiência que pode ser revista a partir de uma nova experiência.

Pode-se deduzir desse raciocínio que uma longa seqüência de surpresas torna inviável a elaboração de uma narrativa, pois fazer prevalecer a contingência sobre a explicação causal. Nesse ponto, é importante trabalhar com um elemento de grande importância na análise dos significados carregados por um conceito: sua dimensão temporal. A tese desenvolvida por Koselleck, apresentada em seu livro *O Futuro Passado*⁵, considera que a partir do período de revoluções, que caracterizou tanto o século XVIII como o XIX, opera-se uma mudança na forma do homem de experimentar o tempo. A percepção de uma grande distância entre o passado, presente e o futuro impede a construção de experiências tais como havia

⁵ Ibid. P. 12

ocorrido até então; ou seja, de maneira semelhante ao primeiro significado proposto por Walter Benjamin para o conceito de experiência, aquele que só se realiza por meio da narrativa dos acontecimentos.

Koselleck, no entanto, ao invés de afirmar que essa forma de experiência torna-se inviável com a sensação de aceleração do tempo, afirma que a própria narrativa sofre em si modificações que lhe permite adaptar-se aos novos tempos. Koselleck propõe, então, duas categorias para compreender essa mudança na linguagem que, aliás, fundamenta também o moderno conceito de História. São as categorias de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas*. O descolamento entre o espaço de experiência articulado na linguagem e aquilo que se espera no futuro não impede a formulação narrativa, mas opera nela transformações que a fazem lidar com um tempo crescentemente acelerado. Os conceitos passam, então, a apreender uma experiência em que o presente é sempre transitório, fugaz. A narrativa se reorganiza e conforma uma experiência de tempo que Koselleck dirá ser própria dos tempos modernos.

A complexa relação entre estruturas temporais componentes da experiência humana impede que qualquer experiência seja puramente sincrônica ou diacrônica. Ao mesmo tempo em que uma experiência não pode ser completamente deduzida de seu passado, ela carrega componentes de médio e longo prazo que, ao serem rompidas, tornam possível a experiência da surpresa presente. Nesse sentido, cabe destacar a relevância da análise dos diversos significados acumulados por um conceito ao longo do tempo na conformação de uma experiência sincrônica.

Tanto a *semasiologia*, que estuda os diversos significados atribuídos a um mesmo conceito, como a *onomasiologia*, que procura entender a articulação de diversos conceitos para apreender um mesmo fenômeno; são relevantes para a abordagem pretendida pela história dos conceitos. O primeiro método tende a capturar significados diversos acumulados durante a história, ao passo que o segundo surge de tentativas de capturar fenômenos sociais e políticos ainda não plenamente significados e que, portanto, possuem ainda o atributo da surpresa.

A Abertura política pela qual passou o país a partir da década de 1970 não é, portanto, um acontecimento por si só. A narrativa e a forma como foi apreendida é parte fundamental da referida experiência. A relação entre linguagem e realidade perceptível origina uma complexa interação entre estratos de tempo que permeiam

a experiência. A linguagem é constitutiva dessa complexidade ao mesmo tempo em que permite ao homem lidar, de alguma forma, com a mesma, procurando organizar as surpresas em narrativas plausíveis que confirmam um sentido a sua ação no mundo.

A história dos conceitos, tal como proposta por Reinhart Koselleck, se pauta nesses pressupostos da experiência histórica humana. É somente nesse sentido, de complexa relação entre a *pragmata* e a *dogmata*, que uma análise dos conceitos de época permite uma melhor compreensão das experiências vividas, incluindo aí a forma como esses conceitos permitem organizar os diversos estratos de tempo próprios da experiência histórica. A complexidade dessa experiência deriva tanto da presença nesta de diversos estratos de tempo como do esforço narrativo realizado para se lidar com tal diversidade. Logo, os conceitos políticos conferem sentido à determinada gama de acontecimentos e os organizam, de tal modo que passam, em si, a constituir parte da experiência histórica.

Os artigos e debates presentes na *Revista de Cultura & Política* são, a partir do que foi posto, uma rica possibilidade de análise histórica. Por serem resultado de uma ação motivada pela necessidade de uma nova reflexão que possibilite o engajamento político dos intelectuais envolvidos no CEDEC, os conceitos neles presentes possibilitam uma análise que procure os diferentes estratos de tempo que compõem a experiência da luta por um regime democrático, ajudando a compreender, portanto, as condições de luta e o significado dessa democracia.

Assim, a pergunta “o que é o CEDEC?” adquire profundidade. A narrativa construída no CEDEC insere-se em uma narrativa que começa a ser construída antes da fundação do próprio instituto, principalmente no CEBRAP. Este foi inaugurado em 1969, por professores que, em sua maioria, eram ligados à tradição intelectual da Escola Livre de Sociologia e Política⁶, que, nos anos de 1950, representada principalmente pelo sociólogo Florestan Fernandes, realizou pesadas críticas à sociologia praticada no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, ao acusarem este de realizar uma produção acadêmica de cunho nacionalista e submetida aos interesses do regime republicano inaugurado em 1946⁷.

⁶ MICELI, Sergio. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. IN: Sergio MICELI (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v.1. São Paulo: Vertice, 1989.

⁷ Cf. SORJ, Bernardo. **A Construção Intelectual do Brasil**: da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001; VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução Passiva no Brasil**: iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004;

O CEBRAP, nesse sentido, foi uma atualização dessas críticas, promovida por uma nova geração de intelectuais da qual podemos destacar autores como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Octávio Ianni, Francisco de Oliveira, dentre outros, sob o condicionante da experiência do golpe de 1964, que conferiu legitimidade à narrativa que enxergava o regime de 1946 sob uma perspectiva crítica.

A importância do CEBRAP para esta pesquisa não se resume ao rompimento que deu origem ao segundo instituto, mas também por ter sido ele que, desde o final dos anos de 1960, condensou debates acadêmicos e políticos que organizaram uma narrativa que precisa ser analisada para que o contexto lingüístico, no qual os debates promovidos pelo CEDEC estavam inseridos, possa ser compreendido. Ou seja, a experiência de fundação desse instituto é também composta por estruturas temporais de médio e de longo prazo que devem ser investigados.

A saída de intelectuais do CEBRAP com o intuito de fundar o CEDEC não significou uma ruptura acadêmica, mas deriva da percepção de que o final da década de 1970 já experimenta uma realidade distinta da que motivou a fundação do primeiro⁸. Essa nova realidade é marcada, fundamentalmente, pela modernização da economia brasileira, cujo símbolo é a capital paulista, e pelo contexto político da Abertura. A essa nova experiência, o CEDEC procura significar a partir da narrativa que foi forjada no contexto lingüístico do CEBRAP. A narrativa se atualiza na atuação desses intelectuais em uma nova realidade política e social, e segue os propósitos e as condições dessa mesma atuação.

Dessa forma, a revista do instituto publica artigos que, em primeiro lugar, analisam o Brasil moderno que emerge junto com o regime militar; reforçam a narrativa histórica crítica ao regime de 1946, compreendido como um regime populista; e, sobre as bases estabelecidas nos dois primeiros pontos, pensam a crise e a transição da política brasileira no final dos anos de 1970.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990; MAIA, João Marcelo Ehrlet. **A História de um Conceito:** populismo no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ. Mimeo. Dissertação defendida em 2001.

⁸ SORJ, Bernardo. **A Construção Intelectual do Brasil:** da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Segundo o autor, pela mesma razão o próprio CEBRAP criaria a revista *Novos Estudos*, de caráter distinto dos cadernos anteriormente publicados.

A fundação do CEDEC é uma dentre outras tentativas de lidar com essa nova experiência, marcada pela transição política. Boa parte dos intelectuais desse instituto se filiará ao Partido dos Trabalhadores, onde Francisco Weffort assumirá, nos anos de 1980, o cargo de secretário geral. Diferente, no entanto, foi a opção de Fernando Henrique Cardoso, que se tornará senador do estado de São Paulo em 1982, pelo PMDB, ao ocupar a vaga deixada por Franco Montoro, que por sua vez se tornaria, então, governador do estado paulista. O aparato conceitual presente na Revista é uma forma de se lidar com o crescente engajamento político desses intelectuais.

A hipótese da dissertação, portanto, é a de que a Revista compõe um contexto em que ocorre uma inflexão na narrativa do CEBRAP, caracterizada pela centralidade que o conceito de democracia passa a adquirir devido à necessidade de ação política que moveu os intelectuais do final dos anos de 1970 após um longo processo de crítica ao conceito de desenvolvimento, que por sua vez era central na ação política dos intelectuais e das forças nacionalistas dos anos de 1950 e início dos anos de 1960. A narrativa que está presente na Revista herda dessa crítica a imagem que sobre a qual concebe seu lugar de fala e o horizonte democrático que orienta suas ações. A forma como organiza essa herança, permite que defendam uma atuação crítica à Abertura pactuada, tal como havia sido proposta pelo regime e incorporada por setores da oposição. Por outro lado, essa herança distancia esses intelectuais, ao mesmo tempo do regime militar e das forças políticas oriundas da República de 1946, como o era o trabalhismo.

A dissertação está organizada em duas partes, cada uma composta por dois capítulos. A primeira tem por objetivo analisar dois momentos da geração intelectual que se consolida no CEBRAP, e cujas discussões terão um importante peso nos debates do CEDEC. Dentro da primeira parte, o primeiro capítulo tem por objetivo analisar importantes obras de dois autores, Francisco Corrêa Weffort e Octávio Ianni, que posteriormente viriam a fundar o CEBRAP, e localizá-los no contexto acadêmico da Escola Paulista. A importância dessas obras reside na perspectiva crítica na qual iriam enxergar o nacionalismo e o passado político recente do país, construindo, desse modo, seu próprio lugar de fala. O segundo capítulo, por sua vez, terá como eixo a análise do conceito de desenvolvimento tal como formulado no ambiente do CEBRAP, no início da década de 1970, em

especial nas obras de Francisco de Oliveira e Fernando Henrique Cardoso, e pensar sua relação com o conceito de democracia e autoritarismo.

A segunda parte irá analisar a Revista propriamente dita, configurando um terceiro momento dessa geração, marcado principalmente pela sua participação na Abertura política. O terceiro capítulo analisa os conceitos de crise e democracia discutidos na revista que, embora próprios da imagem de um Brasil contemporâneo, são também herdeiros de uma narrativa elaborada ao longo da década de 1960. Com ambos os conceitos, a Revista traça um panorama do momento político diverso daquele pretendido pela idéia de distensão política forjada pelo governo. O quarto capítulo tem por objeto as discussões em torno da transição política e a narrativa que orienta a ação política nesse contexto, assim como os limites que a herança intelectual impõe a essa mesma ação política.

A segunda parte da dissertação, dessa forma, analisa de que maneira o discurso do primeiro e do segundo momentos são incorporados na experiência política da Abertura, principalmente entre os anos de 1978 e 1982, período em que foi publicada a Revista e que comporta importantes acontecimentos do processo de redemocratização do Brasil, do quais podemos destacar as eleições de 1978 e de 1982, a onda de greves no ABC paulista, o fim do AI-5 e a Anistia política.

Parte I

1. Nacionalismo em Perspectiva

1.1. A Escola Paulista

A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo¹⁷, fundada em 1933, foi incorporada à Universidade de São Paulo por ocasião da criação desta, em 1934. A trajetória da escola confunde-se com a da universidade e com a dos interesses que a constituíram: a USP surgiu em um momento de derrota política das elites paulistas, após a Revolta Constitucionalista de 1932. O objetivo de sua fundação era, a partir da universidade, garantir a existência de um centro intelectual a partir do qual seria possível formar elites políticas sem a influência das forças que à época se consolidavam no governo federal.

Luiz Werneck Vianna afirma que, contudo, houve um esforço político por parte da universidade para que esta se preservasse dos compromissos com os quais havia se vinculado em sua origem, ou seja, os laços com a oligarquia paulista¹⁸.

Para tanto, o papel do cientista social foi concebido segundo o padrão estabelecido, dentre outros, pelo norte-americano Robert Merton, segundo o qual a universidade deveria, em primeiro lugar, se organizar conforme valores e hierarquia interna aos departamentos científicos, e, em segundo lugar, funcionar prioritariamente em função do processo de modernização operado na sociedade civil. No entanto, dado o contexto autoritário em que se encontrava, a opção acadêmica da Escola de Sociologia teve como resultado o isolamento da universidade perante a sociedade.

Essa opção inicial da USP pela autonomia pode ser justificada ainda sob outro argumento. Segundo Sergio Miceli, desde sua fundação a Escola Livre de Sociologia de São Paulo esteve ancorada na própria estrutura universitária,

¹⁷ Embora seja uma generalização, a expressão “intelectuais paulistas”, nessa dissertação, sempre se referirá ao grupo identificado com a Escola Livre de Sociologia e Política e com os principais argumentos e conceitos nela veiculadas. Sobre o termo, Cf.: VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução Passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

¹⁸ VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução Passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

permitindo assim sua preservação perante interesses políticos que rondavam a universidade. Para que isso fosse possível, ou seja, para que os cientistas sociais paulistas pudessem ter na estrutura universitária um efetivo suporte para sua autonomia, foi crucial a formação de um amplo mercado secundarista no estado, por um lado, pois permitiu um horizonte de realização profissional surgisse dentro do campo acadêmico; e a construção da imagem da universidade como o centro das aspirações profissionais da intelectualidade, por outro. Segundo Miceli, tal contexto propiciou um clima intelectual bastante diverso daquele encontrado no Rio de Janeiro¹¹.

O argumento de Miceli expõe um ponto central da crítica que, nos anos de 1950, será feita pela Escola Paulista ao ISEB: a falta de rigor científico de uma instituição está associada à falta de autonomia da mesma perante interesses externos, em especial os do Estado. Essa perspectiva está presente no primeiro editorial da *Revista de Cultura Contemporânea* e pode ser encontrado, inclusive, no propósito de construção de um centro intelectual autônomo que orientou a fundação do CEBRAP, em 1969. Desse ponto de vista, o discurso nacionalista forjado no ISEB não seria apenas ensaísta, mas também forjador de um discurso que legitimaria toda a ordem social e política instituída em 1946 sobre as bases lançadas pelo Estado Novo. A relação entre autonomia política e ciência será um traço marcante do discurso da sociologia produzida pelos herdeiros da Escola Livre de Sociologia e Política.

O objeto de interesse desses intelectuais, em seu sentido amplo, não se distinguia do leque de preocupações comum à intelectualidade brasileira já há algum tempo: a modernização do país. No entanto, a experiência histórica sobre a qual se desenrolou o discurso científico era outro, repleto de particularidades. Jorge Ferreira¹² identifica, em um texto cujo propósito é criticar o conceito de populismo enquanto categoria explicativa da história política brasileira, uma primeira geração de intelectuais que teve nesse conceito um importante suporte interpretativo da realidade brasileira. Essa primeira geração, segundo o autor, se desenvolveu nos anos de 1950 e 1960 e pode ser dividida em dois grupos distintos, porém com semelhanças de abordagem teórica: o primeiro grupo é

¹¹ MICELI, Sergio. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. IN: Sergio MICELI (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v.1. São Paulo: Vertice, 1989.

¹² FERREIRA, Jorge. O Nome e a Coisa: o populismo na política brasileira. IN: _____. **O Populismo e Sua História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

aquele que o autor identifica como o grupo de Itatiaia, o segundo seria formado por intelectuais universitários que têm por objeto o processo de modernização brasileiro. A principal referência desse grupo era, justamente, a USP.

O grupo de Itatiaia é o espaço embrionário a partir do qual se desenvolveu o ISEB no final da década de 1950. De fato, é ao trabalho de Helio Jaguaribe intitulado “*O Que é o Ademarismo?*”¹³ que Jorge Ferreira se refere ao citar estudos representativos da primeira geração por ele delimitada. Em comum entre os dois grupos mencionados, o objeto estudado: o processo de modernização do país. O populismo seria uma situação própria do acelerado processo de modernização com a inclusão de vastos contingentes populacionais ao cenário urbano; mudança estrutural essa para a qual não estariam preparadas as instituições políticas próprias de um regime com participação política limitada. Não deixa de ser interessante notar que, com o intuito de criticar o populismo enquanto categoria explicativa, Jorge Ferreira termina por aproximar dois grupos que por vezes são vistos como opositores ou polarizados por duas maneiras distintas de enxergar o mundo.

Isso ocorre por terem, ambos os grupos, uma preocupação semelhante: interpretar o processo de modernização da sociedade brasileira. Em uma análise sobre a recepção dos conceitos de Max Weber no Brasil, Luiz Werneck Vianna mostra como esta foi orientada pela necessidade de se compreender a transição de um país que ocupava a periferia da modernidade a um país que fosse efetivamente moderno¹⁴.

Por um lado, a recepção dos estudos de Weber poderia ser útil tanto para a compreensão de uma realidade marcada pelo atraso, ou, no discurso da Escola Paulista, pela herança ibérica, como também para pensar o seu pólo oposto, ou seja, a modernidade. Assim, em oposição ao atraso se ergueria uma sociedade moderna, com sujeitos sociais autônomos, orientados por uma conduta racionalizada e de interesses bem definidos; enfim, uma sociedade civil forte, marcada pela competitividade.

¹³ SCHWARTZMAN, Simon (seleção e introdução). **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: UNB, 1981.

¹⁴ VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. IN: SOUZA, Jessé. **O Malandro e o Protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: Editora UNB, 1999.

Os anos de 1950, no entanto, mostraram duas escolas bastante diferentes no que concerne a análise da modernização brasileira. Diferentes eram os métodos, as escritas e os objetivos. As diferenças políticas entre esses dois espaços intelectuais, o ISEB e a USP, permitiram que se fomentasse uma crescente clivagem acadêmica e cultural entre ambas as abordagens.

A USP era o principal espaço em que estava sediado o grupo de universitários aos quais se refere Jorge Ferreira. Portanto, têm eles como referência importante a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Isso não quer dizer que o patrimônio intelectual da Escola Paulista seja uma herança imutável. Há de se ter em conta as clivagens geracionais que se estabelecem ao longo do tempo, geradas, em especial, por diferentes experiências históricas que irão marcar as diversas trajetórias intelectuais que passaram por essa Escola. Assim, essa herança será afirmada, negada ou alterada de acordo com práticas políticas, sociais e econômicas nas quais se engajarão os herdeiros da referida tradição.

Na trajetória de institucionalização das ciências sociais na Escola Paulista, a década de 1950 foi também marcada por ser na lógica de modernização brasileira um objeto prioritário de análise. Suas bases, contudo, eram diversas das do discurso forjado pela instituição tida pelos intelectuais paulistas como opositora, o ISEB. Luiz Werneck Vianna afirma:

“A oposição atraso-moderno deveria ser resolvida no plano societário, e não pela ação demiúrgica de um Estado sobreposto às classes sociais, qualificando o seu transformismo como de tipo societal, na medida em que operaria seus efeitos positivos a partir de transformações moleculares no tecido social, e que trariam consigo uma moderna estrutura de classes e a figura nova do cidadão. [...] Seu campo é o da sociedade civil, dos direitos, da reforma intelectual e moral, da cidadania – em uma palavra, o da constituição de uma ordem social competitiva.”¹⁵

Pouco após, ao referir-se à concepção nacionalista forjada no ISEB, Vianna torna claros os argumentos próprios da perspectiva crítica da Escola Paulista:

“O nacional-desenvolvimentismo travestiria a modernização da economia de representativa dos ‘interesses da coletividade como um todo’, quando, na verdade, implicaria a tradução dos interesses particulares das elites já instituídos. A mera

¹⁵ VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução Passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004. Pp. 210-211.

diferenciação e complexificação da economia, em vez de nos aproximar de uma sociedade igualitária, bem poderia provocar efeito contrário, uma vez que a ‘tradição cultural brasileira sempre focalizou a mudança social como uma espécie de objetivação conspícua’ da iniciativa criadora das elites (idem, p. 221). Como obra do Estado e de suas elites, o transformismo era compreendido como um processo de sentido negativo.”¹⁶

O grupo constituído em torno do sociólogo Florestan Fernandes foi um dos grandes responsáveis por esse conceito de modernização. O referido sociólogo tornou-se peça chave da instituição, onde ajudou a fundar o Departamento de Sociologia e Antropologia, em 1947¹⁷, e que por sua vez incorporaria a estrutura da Escola Livre de Sociologia e Política. Florestan Fernandes, desse modo, pode ser considerado a principal referência acadêmica do projeto que a universidade procurou organizar durante o período democrático inaugurado em 1946. Ao criticar as teses propaladas pelo ISEB, Fernandes afirma estarem presentes no progresso brasileiro, simultaneamente, o atraso e o moderno. Essa crítica tem como outra face uma proposta alternativa de modernização social, que se forjava por meio da tentativa de aproximação com setores da sociedade civil, engendrada, por exemplo, por meio do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho.

O CESIT foi criado em 1961 e tinha o objetivo de realizar uma tarefa que havia sido postergada pela Escola Paulista desde sua fundação, em decorrência do contexto autoritário na qual se encontrava, mas que estava no cerne da concepção mertoniana do cientista social. No ambiente democrático pós 1946, essa tarefa era retomada. Tratava-se de construir pontes com a sociedade civil e auxiliá-la em seu processo de racionalização e modernização. Quatro eram os principais representantes de tal linha: Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Azis Simão e José Albertino Rodrigues¹⁸. As principais obras desses autores giram em torno da análise do comportamento do proletariado industrial dos grandes centros urbanos brasileiros, em especial aqueles situados na capital paulista.

¹⁶ Ibid. P. 212.

¹⁷ SORJ, Bernardo. **A Construção Intelectual do Brasil:** da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. P. 14.

¹⁸ Cf. FERREIRA, Jorge. **O Nome e a Coisa:** o populismo na política brasileira. IN: F____. **O Populismo e Sua História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Pp. 71-72. O autor cita como principais obras: *Sociedade industrial no Brasil*, de Juarez Brandão Lopes, *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*, de Leôncio Martins Rodrigues, *Sindicato e Estado*, de Azis Simão e *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, de José Albertino Rodrigues.

O discurso a partir do qual era formulada essa proposta alternativa de modernização era, sobretudo, marcado pelo lugar de marginalidade política à qual se confinaram os cientistas sociais que tinham na USP sua referência. Não uma marginalidade gerada por falta de poder ou influência, mas herdada, em primeiro lugar, de uma elite política que se atribuiu, na década de 1930, o papel de oposição ao regime que, ao se formar, combatia o liberalismo e sua principal bandeira, o federalismo; em segundo lugar, herdada também da comunidade científica construída para manter um distanciamento não apenas do governo central, mas também das mesmas elites responsáveis pela fundação da universidade.

Por um lado, uma herança social e política, por outro, uma escolha reafirmada na cruzada da Escola Paulista para modernizar a sociedade brasileira. Afinal, a distância que de certo modo lhe era imposta pelo isolamento ideológico dentro do contexto político da década de 1950¹⁹ era reafirmada como fator de legitimidade científica e embasava o papel atribuído ao intelectual pela concepção mertoniana. Assim, ao longo dos anos de 1950 e 1960, os trabalhos de ciências sociais de São Paulo reafirmaram a auto-imagem de sua inserção social e cunharam uma interpretação do processo de transição do atraso à modernidade que privilegiava as observações da vida societária, procurando sempre entender a forma como um Estado de bases patrimonialistas e uma sociedade civil inorgânica reagiam a esse processo.

Dessa interpretação cabe, para o presente trabalho, destacar dois pontos: em primeiro lugar, a ênfase na vida societária levou os cientistas sociais a uma busca por diálogo com elementos da sociedade tidos como importantes para o processo de modernização, como, por exemplo, o empresariado e os trabalhadores – daí a própria fundação do CESIT. Isto nos leva ao segundo ponto: o pano de fundo dessa concepção, que será desenvolvido de maneira cada vez mais sofisticada ao longo das décadas seguintes, combatia a idéia de que uma ação do Estado propiciaria não apenas o desenvolvimento econômico como também a modernização da sociedade como um todo. Ao contrário, desse processo poderia originar-se uma

¹⁹ Fernando Henrique pode ser considerado uma exceção. Seu pai, militar e habitante do Rio de Janeiro, possuía relação com forças políticas nacionalistas. Por exemplo, Fernando Henrique chegou a participar ativamente da campanha pelo monopólio do Estado sobre o petróleo. Cf. BELOCH, Isarel; ABREU, Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC, Forense-Universitária, 1983.

sociedade economicamente forte, mas que preservaria traços culturais e políticos próprios do atraso por meio do fortalecimento de elites forjadas dentro de um caldo cultural patrimonialista.

Assim, a postura política de esquerda que a maioria desses intelectuais adotará - Florestan Fernandes inclusive - não irá se confundir nem com o movimento trabalhista e tampouco, com o nacionalista.

Em meio às mudanças ocorridas na universidade, permitidas pelo regime democrático, ao longo da década de 1950, ao menos duas heranças próprias da postura paulista nos anos de 1930 podem ser identificadas: em primeiro lugar, o argumento da autonomia científica, que fundamenta a contraposição de sua escrita à dos sociólogos do ISEB, com a afirmação de que estes últimos desprezam um rigor científico que, por sua vez, é atribuído à Escola Paulista como algo que lhe é imanente devido a sua postura crítica com relação ao Estado, o que não ocorreria com o instituto com sede no Rio de Janeiro; e, em segundo lugar, e de forma correlata à primeira herança, a prioridade dada ao estudo de elementos societários, em especial os elementos presentes na sociedade paulista, tida como a mais moderna do país, ou seja, a mais se aproximava de uma ordem social competitiva.

Assim, por Escola Paulista, o presente trabalho entende o conjunto de heranças intelectuais acumuladas nos diversos trabalhos e fases pelos quais passaram os que investigavam a sociedade brasileira, por meio de paradigmas das ciências sociais na USP, desde sua fundação. A idéia de autonomia intelectual, a ênfase em aspectos societários, a preocupação com a modernização da sociedade civil; a enfática crítica à ingerência estatal, na sociedade, em geral, e na vida universitária, em particular; e a postura majoritariamente crítica em relação às forças políticas da República de 1946; todas elas permaneceram como importantes elementos de identificação dos intelectuais que tiveram nesse espaço sua filiação acadêmica ou referência intelectual.

A partir dessa experiência, forjada nos anos de 1950, é que irá dialogar a produção intelectual que é o objeto do presente trabalho. Marcada pelo golpe militar de 1964, a geração de orientandos de Florestan Fernandes, e de outros intelectuais por ele influenciados, escreve importantes trabalhos de análise da modernização brasileira, marcados, dessa vez, pela experiência da derrota do nacionalismo-desenvolvimentista e da emergência do poder militar ao governo federal. Ao longo do regime que então se estabelece, esses intelectuais ocuparão

uma posição de crescente prestígio intelectual que lhes dará ímpeto para uma atuação política mais arrojada, diferentemente do certo isolamento em que seus antecessores se encontravam nos anos de 1950.

Essa nova atuação terá no discurso da autonomia científica um importante fator de legitimação, ainda que o isolamento, sobre o qual foi construído esse mesmo discurso, desapareça paulatinamente à medida que os referidos intelectuais se engajavam em seu contexto político. Ao mesmo tempo, a experiência do golpe militar motiva uma revisão crítica de conceitos importantes ao nacionalismo-desenvolvimentista, processo que, aprofundado, irá orientar a própria atuação desse grupo no período da Abertura.

A trajetória dessa geração se embasa na tradição intelectual da Escola Paulista, ao mesmo tempo em que confere a esta um caráter diverso do que havia sido até então construído. Por outro lado, a ascensão das interpretações sobre a realidade brasileira próprias da Escola Paulista, por meio dessa geração, representa uma ruptura com o nacionalismo-desenvolvimentista, que pelo menos até a década de 1960, e talvez até a década de 1980 ou 1990, era a principal referência intelectual no cenário político brasileiro.

1.2. O nacionalismo em perspectiva

No final dos anos de 1960 um grupo de intelectuais que antes orbitava em torno dos projetos de Florestan Fernandes irá adquirir uma crescente autonomia acadêmica. Bernardo Sorj chega a afirmar que o Seminário de Marx, criado em 1957, do qual participavam, entre outros, Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso, tornou-se o mito fundador de uma geração intelectual; uma vez reconhecida essa perspectiva, também poderia ser correta a afirmação de que a mesma se consolida com a fundação do CEBRAP, instituto criado com o intuito de criar um espaço intelectual autônomo em relação ao Estado, em 1969. A partir dela, serão discutidas teorias que se contrapõem às formulações conceituais próprias do nacionalismo-desenvolvimentista, tal como formulado no ISEB. A crítica de tonalidade acadêmica, própria da década de 1950, adquire, com a contribuição dessa geração, um crescente tom político.

A revisão crítica do período de 1946 engendrada por esses intelectuais responde à surpresa provocada pelo golpe²⁰ na sociedade brasileira. Essa perspectiva adquire uma importância cada vez maior no contexto acadêmico brasileiro. A experiência da surpresa, nesse caso, propicia uma reorganização da narrativa promovida, no caso, pela geração de intelectuais paulistas que tiveram por referência o CEBRAP, de modo a torná-la explicável e apreensível. João Marcelo Ehlert Maia argumenta, em sua dissertação, que a elaboração das teorias em torno do populismo, como os trabalhos de Francisco Weffort e Octávio Ianni, posteriormente membros participantes do CEBRAP, se consolidam nos anos de 1960 e se aproximam em seu discurso da crítica feita por partidos tidos como à esquerda do PCB e críticos à aliança deste com o trabalhismo, como o caso do PCdoB ou da POLOP. A crítica ao nacionalismo é também a crítica à proposta de aliança entre a esquerda e a burguesia industrial em torno de um projeto de desenvolvimento nacional. O desdobramento dessa opção, segundo essa leitura crítica, teria sido o golpe militar. O desenvolvimento brasileiro somente poderia ter continuidade, segundo a mesma, se tivesse no socialismo o seu norte.

É possível, se usarmos as categorias propostas por Koselleck, afirmar que o golpe e a consolidação do regime militar provocaram uma brusca ruptura com as expectativas formuladas ao final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960 pelos intelectuais engajados, principalmente, no ISEB, de modo que cresce a legitimidade de outras interpretações da realidade política brasileira, principalmente as que a questionavam.

O marxismo veio a se juntar a um já vasto leque de diálogos teóricos que tinham por objetivo pensar o estabelecimento de uma ordem social competitiva no Brasil, e embasou diversos trabalhos de reinterpretação da história recente brasileira. O objetivo desta seção do presente trabalho é analisar algumas obras importantes publicadas no final da década de 1960 e no início da de 1970, antes da fundação do CEBRAP, e que estão fortemente influenciadas pelo impacto do golpe de 1964.

O debate sobre o significado do golpe militar e a queda da República de 1946 não se restringiu ao grupo de intelectuais da geração do seminário de Marx, ou mesmo à Escola Paulista. Pelo contrário, envolveu diversos autores, alguns,

²⁰ MAIA, João Marcelo Ehlert. **A História de um Conceito: populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Dissertação, 2001. Mimeo.

inclusive, oriundos do Partido Comunista Brasileiro ou mesmo do ISEB. É importante que se reconheça, portanto, a importância da presença de autores como Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Helio Jaguaribe ou mesmo Florestan Fernandes para o conjunto de idéias e hipóteses elaborada em meados da década de 1960, que procurava, de alguma forma, dar um sentido à traumática experiência do golpe de 1964²¹.

O propósito da deste trabalho, contudo, é o de realizar uma análise diacrônica do aparato conceitual desenvolvido pela *Revista de Cultura & Política* entre os anos de 1978 e 1982, com o objetivo de compreender a atuação desses intelectuais, que vieram a ter uma importante participação na política brasileira ao longo dos anos de 1980, no contexto da Abertura. Desse modo, as obras analisadas a seguir foram escolhidas por terem relação, em primeiro lugar, com a geração que fundaria o CEBRAP em 1969, de onde um grupo sai para fundar o CEDEC em 1977; e em segundo lugar, pela importância que tiveram no desenvolvimento de uma análise crítica do golpe militar e do nacionalismo-desenvolvimentista, temas sobre os quais a análise dos intelectuais do CEBRAP seria de grande relevância e cujo resultado foi a constituição de uma narrativa e conceitos relevantes para o momento histórico da Abertura política do país.

A posição crítica com relação à postura dos comunistas perante a República de 1946, própria dos intelectuais paulistas referidos nesse trabalho, foi a base sobre a qual se elaborou uma visão crítica do nacionalismo em um momento de crise deste. Nesse processo, ganha relevância o conceito de populismo.

Conforme foi mencionado na seção anterior deste capítulo, ao distinguir duas gerações intelectuais que se apropriam do conceito de populismo, Jorge Ferreira deixa implícito a semelhança do uso do conceito entre autores ligados ao ISEB, como Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, e os primeiros intelectuais que abordaram esse tema na Escola Paulista de Sociologia. Em comum entre esses dois grupos, o diálogo com as teorias da modernização²², em especial com o autor Gino Germani. Assim, todo um leque de significados é associado ao conceito, tais como o vínculo do populismo com uma sociedade que experimenta um acelerado

²¹ Um bom mapa desse debate foi elaborado por Daniel Pécaut. PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

²² MAIA, João Marcelo Ehrlet. **Esquerda e Escola Paulista de Sociologia: um itinerário sociológico do conceito de 'populismo' no Brasil**. IN: *Teoria & Sociedade*. n. 10, julho - dezembro de 2002. Pp. 60-83

processo de migração para as cidades, estimulado pela industrialização; e o resultado desse mesmo processo, uma sociedade amorfa, massificada, em contraste com uma sociedade de classes. A diferença percebida por João Marcelo Ehrlet Maia é o fato de que o conceito de populismo, para os autores vinculados ao ISEB, não guarda relação com o nacionalismo, com o trabalhismo, ou com a figura de Getúlio Vargas, ao passo que para os intelectuais da Escola Paulista, o populismo se confunde com tais forças políticas²³.

Francisco Corrêa Weffort, jovem cientista político, membro do Seminário de Marx, futuro membro do CEBRAP e fundador do CEDEC, escreve, nesse período, importantes artigos cujo tema é a relação estabelecida entre Estado e massas no Brasil durante o regime de 1946, ou, durante o período em que o fenômeno das massas surge no país, segundo o próprio autor. A interpretação de Weffort incorpora questões e hipóteses caras à Escola Paulista. O viés societário é realçado quando o autor contrapõe uma formação de sociedade civil com classes autônomas, por um lado, e, por outro, a heteronomia das massas supostamente amorfas por conta de uma relação de dependência com o Estado, como seria típico do fenômeno do populismo.

Em um artigo intitulado *O Populismo na Política Brasileira*, originalmente publicado em 1967, e posteriormente republicado com alterações de cunho formal, segundo o próprio autor, no livro também intitulado *O Populismo na Política Brasileira*, Weffort traz uma definição interessante do conceito de populismo:

“Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano.”²⁴

O trecho é relevante por chamar a atenção para alguns pontos importantes no conceito de populismo tal como usado pelo autor. Se, por um lado, como mostra Maia, o populismo é usado para caracterizar negativamente a formação da sociedade civil brasileira no período de industrialização do país, dada a presença do Estado sobre a mesma; por outro, é interessante notar que o populismo é usado

²³ _____. *A História de um Conceito: populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Dissertação, 2001. Mimeo. P. 27.

²⁴ WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na Política Brasileira*. IN: *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980. P. 63.

para entender uma forma específica de estruturação do poder e de inserção política das massas que marca um período já passado. O populismo é um conceito, para Weffort, que permite ler historicamente a República de 1946 sob uma ótica marxista – a emergência das massas é compreendida principalmente sob o conceito de bonapartismo, construído por Marx na clássica obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*.

Assim, a ênfase na política de massas emerge como uma forma de chamar a atenção para a ausência do caráter de classes em que se organiza a sociedade brasileira. Sua política, por conseguinte, adquire um caráter específico, modelado segundo as estruturas de poder do populismo. A marca principal dessa forma de organização é a impossibilidade de se fazer prevalecer plenamente a consciência de classe necessária para dar sentido histórico à ação dos agentes sociais brasileiros, em especial os trabalhadores.

A burguesia, sem força o suficiente para impor sua hegemonia, se faz representar por um Estado bonapartista, que paira sobre a sociedade e dá prosseguimento à industrialização brasileira. Por não ser um processo completo e por trazer consigo diversos elementos estranhos a uma sociedade moderna, tais como o pacto com oligarquias, ou o caráter não totalmente industrial da urbanização brasileira, constrói-se uma situação política de instabilidade, caracterizada como uma sociedade em crise, erguida sobre o populismo. Dessa forma, a caracterização da estrutura política brasileira é a seguinte:

“Deste modo, a nova democracia brasileira difere radicalmente do modelo registrado na tradição ocidental. E a diferença mais notável está em que nesta democracia de massas, o Estado se apresenta de maneira direta a todos os cidadãos.”²⁵

Ao trazer como referência a tradição ocidental, Weffort assinala o caráter de transição que marca a sociedade brasileira em direção à modernidade. A estrutura democrática brasileira se difere da tradição ocidental, nesse sentido, por ser uma estrutura de massas e não de classes. Isso se deve, como o autor defende nesse momento²⁶, à transição acelerada que marca a sociedade brasileira desde a década

²⁵ Ibid. P. 53.

²⁶ Mais tarde, como veremos, o autor confere um maior grau de responsabilidade às opções equivocadas feitas, em especial, pela esquerda brasileira.

de 1930. O discurso de Weffort ainda está localizado dentro do que Jorge Ferreira e João Ehrlet Maia denominam como teorias da modernização.

O populismo, por esse prisma, como uma forma de organização social e estratégia de ação política, seria o modelo de um momento transitório, com um lugar bem definido no processo histórico. Nesse sentido, ao pensar o populismo como um momento específico do ingresso das massas na política, e ainda mais, relacioná-lo com as principais estruturas sociais e políticas da República de 1946, ou com símbolos importantes, tais como o trabalhismo ou mesmo à figura de Getúlio Vargas, Weffort constrói o conceito de nacionalismo desenvolvimentista em uma perspectiva histórica, e, portanto, enxerga uma distância temporal entre o seu lugar de fala e aquele da República de 1946. Portanto, realça a distinção entre o presente e o passado recente, dando ênfase ao evento do golpe de 1964 enquanto um divisor entre dois momentos históricos.

Nesse movimento, destaca-se a forma como o conceito de nacionalismo é incorporado. Em artigo anterior, já publicado em um ambiente político marcado pelo golpe, em 1965²⁷, Weffort já sinalizava com o processo de crítica histórica no qual o conceito de populismo teria um papel chave:

“Nestas condições, o nacionalismo passa a ser significativo politicamente quando o governo federal (particularmente na Presidência de Kubitschek) o encampa como cobertura ideológica do desenvolvimentismo. Aparece, pois, em coerência com o quadro geral, como uma forma de consagração do Estado, como uma transfiguração teórica do populismo.”²⁸

Depois, em nota, escreve:

“O populismo, comparado ao nacionalismo, poderia ser caracterizado como expressão tópica e espontânea do processo de incorporação das massas ao regime político enquanto que o nacionalismo aparece como expressão global e ideológica deste mesmo processo.”²⁹

A organização do tempo histórico presente em sua interpretação e a consequência desta sobre o conceito de nacionalismo, que torna a distância entre

²⁷ WEFFORT, Francisco Corrêa. Estado e Massas no Brasil. IN: _____. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

²⁸ Ibid. P. 54.

²⁹ Ibid. P. 54.

observador e objeto sinônima de distância entre presente e passado, fica claro ainda em outro trecho:

“Não obstante, talvez seja possível concluir, à luz de análise anterior, que chega ao fim, com a ascensão dos militares, o processo de democratização do Estado através do populismo: isto não significa dizer que estão cortadas em definitivo as possibilidades de que as pressões se façam sentir no poder. Significa, porém, que já não subsistem condições para que a pressão popular mantenha sob sua forma espontânea, a mesma eficácia que possuía. Com efeito, o novo poder instaurado pelos militares parece marcar o fim do mito de um Estado democrático de todo o povo, e, deste modo, assinala um ponto de inflexão na história política brasileira.”³⁰

O nacionalismo é desconsiderado como ferramenta de análise e intervenção política por ser uma ideologia, logo, limitada a um determinado período histórico brasileiro, marcado esse pelas estruturas de poder do populismo. Ao caracterizar a democracia como populista, por outro lado, dá-se um caráter de transitoriedade e incompletude a esse mesmo momento. O golpe militar, por sua vez, permite que haja um marco temporal que distinga o período populista do subsequente, no qual vive o autor. Essa é a tônica de outros dois artigos de Weffort, posteriormente publicados na obra *O Populismo na Política Brasileira*³¹, mas que foram originalmente publicados ao longo da década de 1960. O conceito de crise usado pelo autor no artigo que veio a inspirar a obra na qual foi publicado posteriormente, é usado apreender esse momento histórico de inflexão:

“Com efeito, a importância política das massas dependerá sempre da existência de uma transação entre os grupos dominantes, e esta transação agora se encontrava em crise. Se as massas serviram como fonte de legitimidade para o Estado, isto só foi possível enquanto estiveram contidas dentro de um esquema de aliança policlassista que as privava de autonomia.”³²

E após:

“E, apesar das intenções de alguns de seus líderes, encontrava-se condenado também pela fragilidade do populismo, que se mostrava incapaz não só de manter o equilíbrio de todas essas forças como também de exercer um controle efetivo sobre o processo de ascensão das massas.”³³

³⁰ Ibid. Pp. 59-60.

³¹ _____. O Populismo na Política Brasileira. IN: _____. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

³² Ibid. P. 78.

³³ Ibid. P. 78.

Em ambas as passagens, a categoria do populismo é utilizada de modo a empreender uma análise de um momento histórico já passado. O objetivo do autor é compreender as razões de seu fracasso, aproveitando-se para tanto de uma posição de marginalidade em relação ao nacionalismo, no qual os intelectuais da Escola Paulista se colocaram nos últimos anos da primeira experiência democrática brasileira. Tal distância, originalmente espacial e de cunho acadêmico, torna-se uma distância temporal nos trabalhos empreendidos após o golpe.

Nessa narrativa, o conceito de populismo é usado para caracterizar uma época da história brasileira e localizá-la na dimensão temporal do passado, diversamente dos usos anteriores destinados a esse mesmo conceito, como o que foi feito por intelectuais do ISEB. Por meio do conceito de populismo, o nacionalismo é visto em uma perspectiva histórica que lhe retira o caráter de orientador da ação política no presente.

Outro importante autor que participa com relevância do debate em torno do conceito de populismo é Octavio Ianni, também orientando de Florestan Fernandes. O título de um de seus mais importantes livros é bastante sugestivo, considerando o contexto desenhado. *O Colapso do Populismo no Brasil*, publicado originalmente em 1967, também se insere no esforço de narrar e explicar o golpe logo após sua deflagração.

A organização do livro é bastante interessante no que se refere à narrativa proposta pelo autor. São três partes principais do livro: a primeira intitulada política e desenvolvimento; a segunda, populismo e nacionalismo; a terceira, a política de interdependência. Enquanto a primeira parte estabelece os marcos conceituais sobre os quais o autor trabalhará, a segunda e a terceira parte resumem um esforço do autor em organizar dois padrões distintos de relação entre política e desenvolvimento que conformam, respectivamente, também dois momentos históricos distintos. Tal como em Weffort, o golpe de 1964 é tido como um marco cronológico que separa em definitivo o passado do presente, ou o primeiro momento de um segundo momento. A segunda parte do livro refere-se à República de 1946; a terceira, ao modelo de desenvolvimento que caracterizaria o país após o golpe de 1964, logo, a contemporaneidade do autor.

O passado recente, analisado na segunda parte do livro, tem no conceito de populismo uma importante referência. Ianni recupera diversos pontos abordados neste trabalho por meio da análise do trabalho de Weffort. Segue:

“Por todas essas razões, predomina uma consciência singular, no proletariado urbano e industrial. A composição heterogênea e a formação recente, associadas às exigências da política de massas conduzida por outros grupos sociais, favorecem a criação e a persistência de uma consciência de mobilidade. [...] Durante esse período e nessas condições, a atividade política do proletariado – como coletividade – está muito organizada em termos de consciência de massa. E não chegam a fundamentar posições e diretrizes autenticamente proletárias, isto é, de classe.”³⁴

Sob diversos aspectos, o texto de Ianni é ainda mais direto em sua crítica ao posicionamento da esquerda brasileira que o de Weffort. A oposição entre uma sociedade moderna, ou seja, de classes, e uma de massas é explícita na definição do regime populista. São as contradições próprias do populismo que geram sua derrocada.

Dentre diversas razões apontadas pelo autor para a queda do regime, uma se destaca: a dissociação entre as esferas econômica e política. Enquanto o regime populista estava em conformidade com uma lógica de acumulação de capital, ele se manteve. Quando a política de massas, ou a democracia populista, como chama o autor, deixa de ser um mecanismo de acumulação de capital, perde sua sustentação social. O progressivo desgaste do populismo se inicia com o suicídio de Getúlio Vargas. A abertura ao capital estrangeiro promovida por Juscelino Kubitschek confere uma pequena sobrevida ao regime que, no entanto, enxerga sua derrocada nos governos de Jânio Quadro e João Goulart, quando (e porque) medidas nacionalistas foram tomadas, tais como a política externa independente ou a proposta de reformas de base. Sobre a derrocada do regime, afirma o autor:

“Alguns grupos e líderes [da democracia populista] perceberam as suas virtualidades, mas não conseguiram formular um projeto globalizador. Era uma mescla de empirismo e inteligência, audácia e manobra. Foi o resultado histórico das ações e interesses de diferentes grupos e classes sociais. Ele se produziu no jogo dos antagonismos internos e externos que singularizam essa etapa da história nacional.

³⁴ IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. P. 61.

“Entretanto, o modelo getuliano só poderia ser negado sob duas formas radicais: a revolução socialista ou a reintegração plena no capitalismo mundial.”³⁵

Logo após:

“De fato, nos anos de 1961-64 o povo brasileiro defronta-se de modo cada vez mais premente com a necessidade de adotar uma opção drástica.”³⁶

A democracia populista, a partir de determinado momento, encontra-se fora do sentido da história. A partir de então, seu desgaste se torna inevitável. Sua principal contradição é a contradição com a história em si. Deriva daí a forte crítica à atuação do Partido Comunista, pois, ao se vincular com as instituições da democracia populista, vinculou-se a uma estrutura de poder que caminhava para o anacronismo ao bloquear a formação de uma sociedade de classes onde as contradições do capitalismo pudessem se desenvolver plenamente no âmbito da política de modo a viabilizar a opção socialista. Segundo essa crítica, o presente transitório não foi analisado de modo científico, mas sim por conceitos historicamente determinados, como o era o nacionalismo.

O uso do conceito de populismo, de maneira semelhante ao de Weffort, evidencia o ponto de vista crítico, de onde pretendem falar ambos os autores. Para tanto, é realizado um diálogo com as teorias da modernização, cujo principal expoente identificado por esses intelectuais é Gino Germani. Há um reconhecimento do caráter de transição da sociedade brasileira em direção à modernidade. Portanto, o rigor crítico torna-se fundamental para analisar corretamente o processo histórico que se desenrola. A distância científica, do qual a Escola Paulista tanto se orgulhou nos anos de 1950, é recuperada pela geração acadêmica do pós-golpe militar com o intuito de criar, também, uma distância histórica.

1.3. As conseqüências da distância temporal

O discurso do rigor empírico e científico, próprio da Escola Paulista desde seus primórdios, é reavivado na análise feita sobre o período anterior ao golpe de

³⁵ Ibid. P. 122.

³⁶ Ibid. P. 123.

1964. O instrumental científico utilizado opera, portanto, em três sentidos: permite a elaboração de uma narrativa histórica diversa da predominante nos círculos intelectuais brasileiros até então, legitima a postura de observador imparcial que fundamenta a mesma narrativa e confere uma distância temporal entre os intelectuais em questão e o objeto analisado.

A força que o instrumental marxista pode ter na empreitada de determinar historicamente seus adversários, e assim tirar-lhes sua força política, foi destacada por Karl Mannheim e contribui para uma melhor compreensão do processo de distanciamento temporal desencadeado por intelectuais da Escola Paulista. A mentalidade utópica, segundo o autor alemão, é própria do pensamento político moderno. É uma forma de pensamento cujo grau de abstração e de sistematização impelem a sociedade à mudança, diferindo-se, portanto, da mentalidade não-utópica. O autor chama a atenção para um efeito dos embates entre mentalidades utópicas que é intensificado pelo pensamento marxista:

“Verificamos portanto que, condicionado pelo processo social, se desenvolve nestes tipos de pensamento, em diversos pontos e sob diversas formas, um relativo afastamento em relação à utopia. Este processo, que por si só já possui uma qualidade dinâmica própria, é acelerado ainda mais em seu ritmo e intensidade pelo fato de que diferentes formas coexistentes de mentalidade utópica se estejam destruindo em um conflito recíproco. Tal conflito recíproco entre as diversas formas de utopia não acarreta necessariamente o aniquilamento do próprio utopismo, pois o conflito, por si mesmo, não faz senão elevar a intensidade utópica. A forma moderna de conflito recíproco apresenta, todavia, uma peculiaridade já que a destruição do adversário não se verifica a um nível utópico, fato que se torna mais nitidamente perceptível no modo pelo qual os socialistas empreenderam o desmascaramento das ideologias de seus antagonistas. Não acusamos o adversário de adorar falsos deuses; destruimos a intensidade de sua idéia demonstrando que ela é histórica e socialmente determinada.”³⁷

Trata-se, portanto, de uma forma bastante peculiar de destruição da mentalidade utópica que lhe é adversária. O pensamento utópico é próprio da era moderna e da possibilidade de ação revolucionária. O poder da razão confere ao homem a possibilidade de sistematizar um pensamento que rompa com a realidade empírica e imediata, e dá à ação política a possibilidade de realizar um constante rompimento com a tradição. O pensamento utópico e a noção de progresso, portanto, possuem íntima relação. Por ter a característica de concretizar

³⁷ MANNHEIM, Karl. A Mentalidade Utópica. IN: _____. **Ideologia e Utopia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. P. 18.

historicamente o pensamento abstrato, o pensamento marxista adquire a capacidade de determinar historicamente o projeto de futuro almejado pelo pensamento utópico que lhe é adversário e, dessa forma, retira-lhe sua qualidade de universalidade. No caso analisado na presente dissertação, o adversário é o nacionalismo.

Ao analisarem o referido regime de uma perspectiva histórica, Weffort e Ianni revelam seus pontos de vista, já marcados pelo golpe de 1964. Ao mesmo tempo em que os autores fazem do golpe um fator de legitimidade ao discurso crítico tanto à República de 1946 como ao nacionalismo, fazem também com que ele permita que seu discurso, característico da Escola Paulista, aloque os fenômenos estudados onde considera que seja seu devido lugar temporal. Ou seja, começa a ser construída uma consciência de que a República de 1946 já faz parte do passado.

Essa consciência nem sempre encontra respaldo no cenário político nacional que se desenvolveu após o golpe. Ainda que este tenha, de fato, abalado as estruturas de poder da República, os atores políticos desta última continuaram sendo protagonistas importantes no país. A tentativa de se organizar uma ordem política que se distanciasse o mínimo possível do marco legal instituído até então e a disposição inicial do grupo em torno do general Humberto de Castello Branco de conferir à intervenção militar um caráter de mera correção de rumos contribuíram para a consciência de que, provavelmente, as mudanças não seriam absolutamente radicais no que concerne os principais atores políticos do país³⁸.

De fato, a forte perseguição a lideranças sindicais e a lideranças do PTB não correspondeu ao fim nem das principais agremiações partidárias, - a UDN, por exemplo, era um dos principais sustentáculos civis do poder militar - e nem das pretensões de Carlos Lacerda à disputa pela presidência, posição também cobiçada pelo franco favorito Juscelino Kubitschek. A vitória da oposição nas eleições para os governos estaduais da Guanabara e de Minas Gerais em 1965 iniciou uma trajetória de resistência civil ao poder militar. Este, por sua vez, reagiu com um processo de endurecimento do regime, que reorganizaria os

³⁸ Sebastião Velasco Cruz, Carlos Estevam Martins e Thomas Skidmore mostram como as principais forças políticas nacionalistas atuaram durante o início do regime militar. Cf. SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; CRUZ, Sebastião Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. IN: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares (orgs.). **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

partidos políticos em 1966, com um ato complementar ao Ato Institucional nº 2, aumentaria o poder do Estado com o Ato Institucional nº 5 e consagraria uma ordem política autoritária com a Constituição de 1967 e com as emendas constitucionais de 1969. Ou seja, só em fins da década de 1960 que o regime militar iniciou de fato um projeto político que tivesse o intuito de enfraquecer e apagar as forças políticas hegemônicas da República de 1946.

A repercussão que, em fins da década de 1970, viriam a ter as mortes de Juscelino Kubitschek e João Goulart, assim como a eleição de Leonel Brizola para o governo do Rio de Janeiro em 1982, são evidências de que, mesmo com o esforço do Estado militar, os símbolos, personagens e mitos políticos da República de 1946 não foram completamente apagados e mantiveram uma forte presença no cenário político brasileiro, sendo eles responsáveis, inclusive, pela construção de horizontes para uma possível redemocratização do país. Entretanto, há uma significativa diferença no cenário político entre o final da década de 1970 e no período de 1964 e 1968, quando da publicação dos artigos de Weffort. Boa parte dessa diferença deriva do relativo – e apenas relativo - êxito alcançado pelo esforço dos militares em reorganizar as forças políticas brasileiras sobre bases diversas daquelas da República de 1946.

Nesse contexto, a análise de Weffort, dentre a de outros intelectuais, torna passado uma realidade política que ainda era vigente no país. É possível pensar, sem utilizar o recurso ao caráter de denúncia, que de certo modo esse pensamento ajudou a cristalizar, como uma realidade histórica irreversível, a emergência do poderio político dos militares.

Não era esse, contudo, o objetivo de Francisco Weffort ou de Octavio Ianni. Seu discurso revelava uma inflexão na postura desses intelectuais perante a sociedade brasileira. A legitimidade acadêmica que o discurso da Escola Paulista esforçara-se para construir na década de 1950 transformava-se junto com crescente legitimidade social e política que adquiria em sua crítica ao nacionalismo. A geração do Seminário de Marx entra em seu segundo momento de afirmação, em que os conceitos usados para desconstruir o nacionalismo-desenvolvimentista e a legitimidade adquirida deste movimento, são reorganizados para realizar uma pesada crítica ao regime militar. Criticam agora, entretanto, de outro lugar social. São, antes de tudo, legitimados pela história que por eles mesmos era narrada.

Ao menos uma herança a Escola Paulista absorve do discurso do nacionalismo-desenvolvimentista. Para explicá-lo, é importante fazer uma nota teórica. No contexto, do surgimento da modernidade, Reinhart Koselleck verifica uma mudança fundamental na forma de se experimentar o tempo, no âmbito da cultura europeia ocidental. Uma experiência acelerada do tempo reorganiza as dimensões sob as quais a experiência humana se desenvolve³⁹. Nesse sentido, a forma de experimentar o tempo torna-se ela também um elemento importante, senão fundamental, dos estratos de tempo de uma experiência histórica, pois se refere à forma em que as diferentes dimensões do tempo são organizadas em uma narrativa histórica que confere sentido ao tempo presente.

Para apreender essas diversas formas de experiência de tempo, Hans Ulrich Gumbrecht utiliza a categoria de cronótopo⁴⁰. É próprio do cronótopo moderno que as concepções de passado e futuro sejam qualitativamente diferentes entre si, de modo que o presente torna-se sempre um pequeno espaço de tempo em que ocorre a passagem do passado ao futuro. A temporalização é própria do cronótopo moderno e é fundamental para o modo de se pensar a ação política na modernidade. No caso específico do objeto deste trabalho, é inegável que a experiência histórica situa-se ainda no cronótopo moderno, tanto no que se refere aos pensadores do nacionalismo quanto a seus críticos da Escola Paulista.

Não há, no contexto de desconstrução do nacionalismo, uma ruptura na forma de se experimentar o tempo histórico. Pelo contrário, a temporalização é ainda fundamental na organização da narrativa da Escola Paulista e existem, portanto, conceitos que realizam essa temporalização. É interessante notar que, mesmo nos discursos críticos de Weffort e Ianni, o conceito que melhor cumpre esse papel é o mesmo que ocupava lugar de destaque também na narrativa nacionalista: o desenvolvimento.

³⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado dos Tempos Históricos**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Contraponto, 2006.

⁴⁰ GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.

2. Desenvolvimento sob Crítica

2.1. O desenvolvimento como chave de interpretação

Já foi mencionado que o seminário de Marx, do qual participaram muitos intelectuais que vieram a fundar o CEBRAP, tornou-se um mito fundador dessa geração⁸¹. Contudo, mais do que isso, a referência marxista foi utilizada por essa geração de intelectuais para atualizar e reforçar o caráter científico e empírico de seu trabalho em contraposição a uma perspectiva de análise considerada ideológica, pautada pelo pensamento nacionalista cuja origem estava no regime de 1946.

Após o golpe militar, a crítica ao nacionalismo adquire força à medida que sua estrutura semântica é questionada. O conceito de populismo é de extrema relevância e compartilhado em praticamente todas as obras analisadas, pois ele é responsável pela historicização do nacionalismo a partir de uma narrativa crítica aos processos políticos a este relacionados.

Nas categorias formuladas por Koselleck, pode-se afirmar que o golpe militar foi uma experiência de surpresa. Há, nesse caso, uma re-escritura da história, na medida em que a escrita do nacionalismo passa a ser desvalorizada como um discurso científico e é, paulatinamente, substituída por outras interpretações. A narrativa que se desenvolve no curto prazo, como é próprio da surpresa, é enriquecida por debates e trabalhos que se acumularam no médio prazo, espaço de tempo definido por Koselleck como o de uma geração.

No caso, a geração em questão é uma geração intelectual, identificada com o CEBRAP, responsável pela escritura da narrativa que aos poucos se torna predominante e que explicará tanto o golpe como também realizará um esforço de compreensão do regime militar. Essa escrita de médio prazo, entretanto, só é compreendida à luz da histórica postura de oposição que a Escola Paulista, em especial com Florestan Fernandes, teve com relação aos intelectuais isebianos, que por sua vez eram marcadamente nacionalistas.

É interessante notar como nesse momento os paradigmas construídos na experiência de crítica ao Estado Novo e à República de 1946, após o golpe militar,

⁸¹ SORJ, Bernardo. **A Construção Intelectual do Brasil**: da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

se atualizam perante o momento de expansão da economia brasileira no início da década de 1970. É esse também o momento de fundação do CEBRAP.

Sua origem está relacionada ao projeto existente no Departamento de Ciências Sociais da USP de criação de um instituto autônomo, sem vinculações com o Estado. Em 1969, liderado por Fernando Henrique Cardoso, esse projeto se torna realidade catalisado pela onda de expurgações promovidas pelo regime militar nas principais universidades do país. O instituto elaborou duas publicações principais: a revista *Estudos CEBRAP* e os *Cadernos CEBRAP*. A primeira tornou-se o principal meio de divulgação do instituto, ao passo que a segunda constituiu uma alternativa para publicações mais elaboradas dos principais intelectuais ligados ao instituto.

Bernardo Sorj chama a atenção para o fato de que a grande maioria das publicações nos primeiros anos do instituto, em especial as publicações do grupo de intelectuais originários do CEBRAP e que com esse tinham vínculo efetivo⁴², se concentravam em três temas: em primeiro lugar, teoria e metodologia de análise social, em segundo, estudos demográficos e, em terceiro, estudos sobre a economia brasileira. Os últimos dois temas têm estreita relação com o processo de modernização brasileiro analisado sob a ótica de expansão do capitalismo durante o regime militar. Cabe destacar ainda a necessidade de financiamento do instituto, o que motivava a realização de pesquisas de estudos demográficos, que eram as mais requisitadas por empresas particulares.

As pesquisas realizadas por encomenda, entretanto, não são uma exceção ao horizonte de preocupações próprios do momento histórico no qual se inseria o Centro em seu início. Mesmo as pesquisas demográficas realizaram o importante papel de identificar mudanças estruturais na sociedade brasileira resultantes do crescimento econômico. Bernardo Sorj afirma que, nesse momento, a necessidade de financiamento e a profissionalização da pesquisa impediram que interessantes vertentes teóricas se desenvolvessem, tais como as sugeridas pelos conceitos forjados por Fernando Henrique Cardoso, podendo ser citado o de burguesia estatal; ou mesmo o debate sobre dependência e desenvolvimento tal como posto pela discussão entre Fernando Henrique e Francisco Weffort.

⁴² Bernardo Sorj considera os seguintes intelectuais como membros efetivos do instituto: Fernando Henrique Cardoso, José Giannotti, José Serra, Vinicius Caldeira Brandt, Elza Berquó, Juarez Brandão Lopes, Procópio Camargo, Vilmar Faria, Bolívar Lamounier, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Francisco Weffort, Carlos Estevam Martins e Octávio Ianni.

O relativo abandono dessas vertentes teóricas, tal como sugerido por Bernardo Sorj, no entanto, não é total. Afinal, é sobre os conceitos e paradigmas forjados na década de 1960 que a análise do desenvolvimento brasileiro irá se realizar. Sob certos aspectos, o Milagre impulsionou a narrativa gerida na Escola Paulista; contudo, não deixa de ser interessante observar como pequenas mudanças de prioridade e de ordenação reorganizam o leque conceitual para que este se adequasse a novos problemas postos na década de 1970. A associação entre o regime militar e o desenvolvimento brasileiro sugere uma crescente atenção sobre o conceito de autoritarismo, importante para o desdobramento do debate democrático que se dará em fins da década de 1970.

O centro do discurso crítico da década de 1970 está na desconstrução do conceito de desenvolvimento tal como imaginado pelo nacionalismo-desenvolvimentista do ISEB e da CEPAL, sob a experiência do Milagre econômico. Logo, é importante uma breve exposição do significado do referido conceito dentro do discurso nacionalista.

Até este momento, a presente dissertação falou sobre o nacionalismo-desenvolvimentista do ponto de vista de seus críticos. No entanto, para perceber os pontos de ruptura de maneira mais clara, é importante que se analise o nacionalismo-desenvolvimentista tal como forjado pelo instituto eleito pela Escola Paulista como seu interlocutor: o ISEB⁴³. Se por um lado seria fantasioso afirmar que o ISEB sozinho foi o responsável por forjar o nacionalismo-desenvolvimentista, por outro seria leviano não reconhecer nesta instituição a principal fiadora de conceitos centrais na experiência política brasileira do final dos anos de 1950 e início dos de 1960. A história desses intelectuais expõe uma trajetória de crescente engajamento político em torno dos temas do nacionalismo e do desenvolvimento.

Cabe destacar, neste ponto, que o nacionalismo não foi um movimento político e cultural uníssono; portanto reconhece-se as inúmeras controvérsias e debates que permearam o seu processo de construção, mesmo quando restrito apenas ao espaço do ISEB. Entretanto, para fins desse trabalho, é importante que

⁴³ O nacionalismo em questão, neste capítulo de modo particular e na dissertação de maneira geral, é o nacionalismo-desenvolvimentista tal como concebido no ISEB e na CEPAL. Não se trata, portanto, do nacionalismo militar que ganha força no período do Milagre.

alguns pontos-chave de sua argumentação sejam destacados de modo a entender de que forma os intelectuais da Escola Paulista travaram com ela um diálogo.

Para Vanilda Pereira Paiva⁴⁴, muitos desses intelectuais beberam em fontes filosóficas que flertaram com posturas autoritárias e elitistas – quando assim não eram descaradamente. Ainda segundo a autora, a experiência das eleições de 1950 levou paulatinamente esses homens, dentre os quais ela destaca Helio Jaguaribe e Roland Corbisier, à incorporação em seu projeto do reconhecimento e da defesa do ingresso dos setores populares no cenário político brasileiro e à defesa do desenvolvimento, sempre a partir do material conceitual oriundo da síntese existencialismo-culturalista.

O conceito de povo adquire centralidade dentro desse contexto. Daniel Pécaut, ao analisar o lugar desse conceito no pensamento isebiano afirma que ele cumpriu a função de mostrar que:

“[...] nada escapa à vontade dos homens. Nem mesmo os processos econômicos, pois são regidos por uma finalidade que os tornava equivalentes a atos de vontade: a própria economia se torna subjetiva. No ‘projeto’, a vontade humana encontra o processo.”⁴⁵

A ascensão do povo, neste contexto, é associada ao mesmo processo no qual ganha sentido o conceito de ideologia. Pécaut chama esse conjunto de idéias de evolucionista e orgânica. Sobre isto, ele afirma:

“Que significa, nessas circunstâncias, a promoção do povo a sujeito político? Simplesmente que ele se apropria de uma consciência da nação e do desenvolvimento que lhe era preexistente. Preexistente de forma exterior, pois a ideologia nacional e desenvolvimentista era uma antecipação do que deveria se tornar o ‘sentimento’ popular. E também de forma interior, já que o movimento no sentido da transformação em sujeito político é inerente ao próprio ‘ser’ do povo.”⁴⁶

Pécaut afirma ainda que essa visão articula Estado, povo e nação em uma visão orgânica do desenvolvimento brasileiro. Na ótica dos principais intelectuais do ISEB, Estado, povo e nação estariam unidos em torno da ideologia que

⁴⁴ PAIVA, Vanilda Pereira. **Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

⁴⁵ PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990. P. 127.

⁴⁶ Ibid. P. 136.

proporcionaria o desenvolvimento do país, ou seja, em torno da ideologia do nacionalismo.

O desenvolvimento abarcaria não apenas o crescimento econômico. O autor mostra como seu sentido é ampliado. O desenvolvimento torna-se um conceito central para construir o eixo temporal em torno do qual ganham sentido os demais conceitos articulados nos debates promovidos pelo ISEB. O desenvolvimento aponta para a afirmação plena da soberania brasileira e da consciência que seu povo adquire de si mesmo e de seu destino.

Vanilda Paiva enxerga três categorias importantes na formulação dessa perspectiva teórica. São essas as categorias de fase, etapa e estrutura-tipo, presentes em especial no pensamento de Helio Jaguaribe⁴⁷, mas também com reflexos em outros autores, como é o caso da obra de Guerreiro Ramos. A partir delas é possível pensar o desenvolvimento imerso dentro de um tempo histórico que promoveria a efetiva independência do país. Ou seja, o desenvolvimento só se torna possível a partir da compreensão efetiva da circunstância histórica em que se encontra o Brasil. Essa circunstância é compreendida dentro de uma estrutura faseológica que só adquire sentido no impulso de superação de etapas em direção ao futuro moderno. Uma ideologia autêntica é aquela que cumpre esse objetivo ao organizar os setores modernos da sociedade, como o faz o nacionalismo, em torno da superação das etapas históricas do desenvolvimento.

Já foi comentada a relação orgânica e unitária que é pretendida, nesse contexto, para a relação entre Estado, povo e nação. Essa unidade se contrapõe a interesses externos que impedem uma plena independência brasileira. É somente imerso na mencionada estrutura temporal que esta unidade ganha sentido de ação. Modernidade e independência se confundem, e é por meio do desenvolvimento que serão alcançados. A política, então, não se pautará por uma lógica de conflito entre classes ou entre Estado e sociedade civil, como a Escola Paulista posteriormente irá reivindicar, mas sim entre os que estão atrelados ao passado, ao atraso e os que promovem a modernização do país. Assim, também a disputa política deve ser compreendida no eixo temporal onde o nacionalismo ocupa um lugar central.

⁴⁷ Ver, por exemplo: JAGUARIBE, Helio. **O Nacionalismo na Atualidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

Esse eixo temporal torna-se uma interpretação do tempo histórico brasileiro, que permeia o conceito de nacionalismo, que será um importante orientador de ações políticas que marcaram a República de 1946, tal como a aliança entre o PCB e o trabalhismo, fortemente criticada por grupos que se consideram à esquerda dos comunistas. Dada a grande proximidade entre os conceitos de desenvolvimento e nacionalismo, também nos debates econômicos os significados que foram conferidos ao nacionalismo pelo ISEB e mesmo pela CEPAL, a Comissão Econômica para a América Latina, importante órgão para a elaboração de políticas públicas de cunho nacionalista; sofreram pesadas críticas.

Na década de 1960, em meio à crítica que tinha no populismo um conceito chave, o desenvolvimento ocupava ainda um lugar de destaque no discurso predominante na Escola Paulista. Afinal, é imprescindível às teorias da modernização o reconhecimento do processo de industrialização de uma dada sociedade. O conceito não havia perdido a centralidade que havia lhe caracterizado no nacionalismo-desenvolvimentista, em especial tal como formulado no ISEB. A temporalização à qual remete o conceito de transição, por vezes utilizada por Weffort e por Ianni, só podia ser compreendida quando referida ao conceito de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento não é importante apenas para historicizar o nacionalismo, mas também para conferir um sentido à narrativa histórica. Um ano antes do golpe militar de 1964, Octavio Ianni, Gabriel Cohen, Francisco Weffort e Paul Singer publicaram um livro intitulado *Política e Revolução Social no Brasil*. O objetivo do livro é, fundamentalmente, analisar o recente desenvolvimento brasileiro e as perspectivas para a esquerda política do país. O artigo de Weffort é o mesmo que posteriormente foi publicado no livro *O Populismo e a Política Brasileira*, sobre a relação entre o Estado e as massas no Brasil.

O capítulo escrito por Octavio Ianni é especialmente relevante para a discussão em torno do conceito de desenvolvimento. Já neste artigo aparecem alguns pontos de ruptura com relação à estrutura conceitual do nacionalismo-desenvolvimentista que serão aprofundados posteriormente, na obra *O Colapso do Populismo no Brasil*.

Nesse artigo a visão em perspectiva adotada pelos intelectuais paulistas com relação ao nacionalismo aparece de forma bastante clara. Veja-se, por exemplo, a seguinte afirmação:

“E é nesse contexto [*de desenvolvimento*] que surge e se desenvolve o **nacionalismo** [*grifo do autor*]. Este movimento político é uma das manifestações mais abertas da burguesia industrial em ascensão. Como não teve forças suficientes para afirmar-se sozinha e impor as suas decisões às outras classes e aos outros grupos burgueses, ela foi obrigada a formular uma ideologia e um movimento orientados no sentido da preservação dos recursos e dos produtos do trabalho nacional.”⁴⁸

O nacionalismo surge como uma manifestação própria do período histórico em questão, analisado sob o ponto de vista da emergência de uma burguesia industrial. Tanto o nacionalismo quanto a ideologia do desenvolvimentismo são frutos do processo histórico destacado pelo autor:

“Por isso é que ele pode [*o nacionalismo*] polarizar grande parte das energias das classes assalariadas, pois que estas também se interessavam, ao menos ao curto prazo, por certas alterações das condições de produção e nas relações produtivas. E a ideologia do desenvolvimentismo, gerada no seio do nacionalismo, foi uma expressão desse processo.”⁴⁹

O desenvolvimento é, simultaneamente, o processo de mudanças das relações sociais e de produção da sociedade brasileira que ocorrem desde a década de 1930 e a ideologia forjada em conjunto com o nacionalismo que tinha por objetivo impulsionar o processo de industrialização brasileiro. Também essa ideologia é tida como sendo apenas possível pelo desenvolvimento da consciência histórica da sociedade brasileira. Ou seja, o desenvolvimento e o sentido da história brasileira se confundem. Entretanto, também a ideologia do desenvolvimentismo se localiza em um momento particular da história, da mesma forma que o populismo:

“não se pode esquecer que o desenvolvimentismo é também o resultado de uma decisão, em face das opções que a história oferece aos povos. Para que ele se dê, é imprescindível que se produza também uma consciência histórica nova, em que o futuro envolve, em certo grau, a negação do passado e do presente.”⁵⁰

O artigo de Ianni publicado para o livro em questão torna mais claro o real objeto das críticas do autor. Este não era o nacionalismo em si. Ao reconhecer o

⁴⁸ IANNI, Octavio. Processo Político e Desenvolvimento Econômico. IN: _____. **Política e Revolução Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. P. 27.

⁴⁹ Ibid. P. 28.

⁵⁰ Ibid. P. 50.

lugar histórico desse pensamento, este passa a ser encarado como um movimento político que, em algum momento, teve sua razão de ser. Algumas afirmações são relevantes para esse diagnóstico:

“Nos últimos quarenta anos, o povo brasileiro libertou-se dos limites acanhados em que foi forçado a construir a sua vida, lançou-se no caminho do desenvolvimento de suas forças produtivas, na renovação de sua organização social e na constituição de inúmeros projetos para o domínio do próprio futuro.”⁵¹

O referido trecho apresenta pontos em comum com o discurso do nacionalismo-desenvolvimentista. Boa parte dos êxitos assim com a importância que o nacionalismo teve para os mesmos é reconhecida juntamente com o fato de que o país atravessou por um momento de importantes transformações. O propósito de Ianni é pensar alternativas para que o processo de desenvolvimento permaneça em face de novos desafios postos pela história. De fato, o desenvolvimento e o crescente domínio do povo brasileiro sobre seu próprio futuro não é inexorável:

“São eles [*os acontecimentos recentes*] que dão substância e significação ao processo político nacional, determinado fundamentalmente pelas condições e tendências do desenvolvimento econômico-social da nação. As perspectivas do povo brasileiro, nos momentos de perplexidade que vem atravessando, são aqueles oferecidos por uma realidade complexa: democracia ou ditadura, com desenvolvimento econômico ou estagnação.”⁵²

Assim, o sentido da história brasileira nos últimos anos depende da ação humana e das opções corretas a serem tomadas. Para tanto, a análise da realidade não pode se pautar em ideologias, mas em uma análise científica. Dessa forma, Ianni retoma o ponto de vista disseminado na Escola Paulista para afirmar uma nova visão da realidade.

Quando publica, três anos mais tarde, o *Colapso do Populismo no Brasil*, a crítica da obra dirige-se principalmente ao fato de as esquerdas brasileiras não terem sabido enxergar corretamente a situação histórica em que se encontravam. O golpe militar, portanto, acirra a condenação à incapacidade das mesmas em se desvencilharem de uma explicação do mundo que se baseava em uma narrativa que era restrita a uma realidade específica dos anos de 1940 e 1950. As

⁵¹ Ibid. P. 13.

⁵² Ibid. P. 15.

instituições políticas do populismo tornam-se obsoletas e, quando se dissociam do desenvolvimento econômico, entram em colapso por não atenderem mais aos interesses da ascendente burguesia industrial. Por isso, ainda no capítulo do livro *Política e Revolução Social no Brasil*, Ianni afirmava:

“Nesse momento, contudo, se estiver preparado para movimentos políticos insurrecionais, o proletariado poderá empolgar a situação, assenhorear-se do poder e instaurar o socialismo.”⁵³

A condição para isso, entretanto, era especificada logo após:

“Esta interpretação, entretanto, necessita de alguns esclarecimentos suplementares. Ela põe as relações entre o proletariado e a burguesia em seus devidos termos. O fato de se considerar como necessário um processo revolucionário inicialmente burguês não significa que as contradições entre o proletariado e a burguesia não são determinantes, apesar do sistema capitalista no Brasil encontrar-se em formação. O que ocorre é que essas contradições, determinantes em uma sociedade que atingiu o estágio da brasileira, se encontram disfarçadas, submersas, sob as disputas entre as facções burguesas em luta pela apropriação de maiores parcelas do excedente econômico, implicando o poder político e a definição da política econômica (reforma ou conservação das instituições).

“[...] no estado presente das forças produtivas (agricultura exportadora, indústria nascente) e das relações de produção (tensões sociais no campo, crises institucionais), os conflitos entre as classes operária e burguesa não podem deflagrar-se com profundidade. À insuficiente maturação do sistema de classes se deve uma incompleta maturação das condições de existência e da própria consciência de classe. A consciência operária não avançou ainda para a fase política em que ela se constitui plenamente. E nesse processo, as lideranças não têm compreendido plenamente os seus papéis. Como elas concebem a presente configuração histórica em termos errôneos, a organização e o sentido da liderança se lançam em caminhos ambíguos, estéreis.”⁵⁴

É nesse ponto, da percepção da distância que se dá entre o próprio lugar de fala e aquele da realidade observada - que confere também um sentido ao conceito de populismo - que o conceito de desenvolvimento é ressignificado. O reconhecimento do papel desempenhado pelo desenvolvimentismo no passado recente não anula a importância de se averiguar a verdadeira natureza histórica do desenvolvimento e dos caminhos que se colocam, no momento em questão, ao povo brasileiro para permanecer no processo de domínio do próprio futuro.

O desenvolvimento deve ser apreendido a partir da ampliação e sofisticação das forças produtivas nacionais e a partir do crescente impulso dado pela luta de

⁵³ Ibid. P. 56.

⁵⁴ Ibid. Pp. 56-57.

classes à medida que o capitalismo nacional se desenvolve e se matura. Não é à toa que, em meio ao seu capítulo, há uma seção exclusivamente destinada à análise do processo da luta de classes na realidade brasileira e de seu desenvolvimento nos últimos quarenta anos. A partir da lógica da luta de classes, o conceito de desenvolvimento perde o caráter orgânico conferido pelo nacionalismo isebiano e passa a ser compreendido especialmente a partir da lógica de conflito. Deriva do caráter de luta de classes, também, a desconexão entre a esfera política e econômica que será um pressuposto importante do argumento utilizado por Ianni para explicar a derrocada do populismo.

A observação correta do processo de desenvolvimento, portanto, permite, em um primeiro momento, entender que o nacionalismo não pode ser tomado como um meio de interpretação universal da história brasileira, devendo, portanto, seus horizontes políticos serem questionados; e em um segundo momento, permite também a observação de outras possibilidades de desfecho histórico que não a simples estagnação econômica em caso de os projetos do nacionalismo não serem postos em prática. O desenvolvimento pode adquirir facetas diferentes do que aquela proposta pelo nacionalismo.

Essa possibilidade é explorada, justamente, por ocasião da queda da República de 1946 e com a publicação do *Colapso do Populismo no Brasil*. O conceito de desenvolvimento, já na perspectiva marxista que Ianni o havia conferido, se desenvolve para dois modelos diferentes, usados para explicar a passagem do projeto de desenvolvimento do nacionalismo para o que a ditadura militar pretendia promover⁵⁵. O primeiro, a partir do qual se organizou a democracia populista, é o modelo de desenvolvimento por substituição de importações, cuja principal característica é o fortalecimento do mercado interno e a crescente autonomia da economia nacional. O segundo modelo é o da interdependência, em que a indústria nacional se associa ao capitalismo internacional, aumentando seu acesso à tecnologia e ao mercado externo, ao passo que o país vê reduzidas suas possibilidades de autonomia no plano decisório.

Esse segundo modelo, de certa forma, seria inconcebível em um contexto de hegemonia do nacionalismo desenvolvimentista, ainda que seu início tenha se dado sob o governo de Kubitschek. A experiência do golpe militar, entretanto,

⁵⁵ Pretendia, pois no ano de produção e publicação do livro o crescimento econômico brasileiro ainda não havia deslanchado no que viria a ser conhecido como o milagre brasileiro.

viabiliza um conceito de desenvolvimento de tal natureza, ao passo que o nacionalismo seria próprio do primeiro modelo de desenvolvimento. Novamente, o golpe de 1964 opera como um marco cronológico entre dois momentos distintos na história brasileira. O desenvolvimento é o ponto em comum entre ambos.

Para o autor, as conquistas contraditórias obtidas durante as últimas décadas de história, orientada pelo desenvolvimento, só poderiam ser consolidadas a partir de uma real percepção dos processos sociais brasileiros. Nesse sentido, a afirmação nacional e uma verdadeira independência só poderia se completar quando as rupturas parciais, responsáveis pela formação de um ambiente social e político contraditório, se convertessem em uma ruptura total com os setores atrasados da sociedade brasileira.

Apesar de analisar o desenvolvimento nacionalista sob uma perspectiva distanciada e crítica, Ianni mantém uma argumentação que se assemelha, em alguns pontos, à argumentação nacionalista. Em primeiro lugar, Ianni incorpora diversos argumentos elaborados por Celso Furtado, importante interlocutor da CEPAL e do nacionalismo isebiano, para compreender o modelo de desenvolvimento por substituição de importações. Em segundo lugar, embora realce o lugar da luta de classes, Ianni não nega a contradição entre o elemento estrangeiro e o nacional. Afirma, contudo, que o triunfo do nacional sobre o estrangeiro depende de uma ruptura total em direção a um modelo de desenvolvimento socialista. Daí a necessidade de aprofundamento da consciência de classe do proletariado, que requeria, por sua vez, uma clara consciência do processo histórico que tomava lugar.

Em sua argumentação, Ianni se apropria da centralidade que o conceito de desenvolvimento havia adquirido no contexto do nacionalismo-desenvolvimentista, mas o lê em perspectiva. Para tanto, imagina dois modelos de desenvolvimento que se organizam segundo uma seqüência temporal, na história brasileira, que tem no golpe de 1964 seu marco divisor.

A partir da fundação do CEBRAP, em 1969, e da construção da idéia de um Milagre brasileiro, o desenvolvimento terá sua centralidade no discurso da Escola Paulista sob outra abordagem: a da crítica. Esse movimento não é irrelevante dado a importância que o conceito de desenvolvimento possuía, até então, como chave de interpretação da dinâmica do tempo histórico da sociedade brasileira.

2.2. A crítica ao desenvolvimento

A narrativa que analisa o nacionalismo em uma perspectiva distanciada tem no conceito de desenvolvimento um ponto chave. O referido conceito, que já era central no discurso nacionalista, é também incorporado pelo discurso dos intelectuais que têm na Escola Paulista sua principal referência acadêmica. Os trabalhos de Otávio Ianni, nesse sentido, sintetizam o movimento em que há, a um só tempo, a crítica elaborada a partir de um distanciamento político e intelectual, por um lado; e a incorporação de alguns conceitos centrais ao nacionalismo, como é o caso do conceito de desenvolvimento, por outro.

Este era central nos espaços do ISEB e da Comissão Econômica Para a América Latina, a CEPAL. A proximidade entre essas duas vertentes desenvolvimentistas durante a República de 1946 foi inegável, tendo Celso Furtado, principal nome brasileiro a discutir e promover idéias cepalinas no país, participado do governo de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, tornando-se próximo das forças políticas nacionalistas. Os intelectuais da Escola Paulista estavam fortemente inseridos nesse contexto de idéias.

Muitos desses intelectuais discutem ou incorporam, explícita ou implicitamente, as concepções desenvolvidas na CEPAL quando discutem o populismo ou o desenvolvimento brasileiro. O modelo de industrialização por substituição de importações e a importância da mudança no padrão dos termos de troca, importante ponto da teoria de Raul Prebisch, o mais conhecido intelectual cepalino, não são diretamente negados e por vezes incorporados.

A mencionada incorporação do conceito de desenvolvimento é uma evidência da complexa rede conceitual que confere sentido a determinada realidade social ou política. Pelo menos desde a década de 1940 o conceito de desenvolvimento adquire substância e é, em si, parte da realidade social brasileira, de modo que qualquer crítica ou análise dessa mesma realidade deve, quase necessariamente, passar pela crítica ao conceito de nacionalismo.

Já há, entretanto, em Otávio Ianni, uma tentativa visível de desconstrução de alguns aspectos do conceito de desenvolvimento tal como elaborado no contexto do nacionalismo. Em primeiro lugar, Ianni relaciona o nacionalismo a apenas uma etapa do processo de desenvolvimento brasileiro, se estendendo, este último, tanto ao momento histórico anterior como ao posterior – ou seja, também para após o golpe de 1964. Em segundo lugar, a dinâmica social que complementa

e dá vida histórica ao processo de desenvolvimento brasileiro é a luta de classes, e não tanto o embate político promovido pelo nacionalismo contra as forças tradicionais que se orientam para o mercado externo, por si só; perspectiva esta presente, por exemplo, no famoso livro de Helio Jaguaribe ⁵⁶. Desse modo, mesmo o nacionalismo é compreendido a partir da dinâmica de luta de classes que, por sua vez, tende a se aperfeiçoar e ganhar nitidez com o desenvolvimento, diferentemente do estado de incipiência na qual ela, a luta de classes, se encontrava nos anos de 1950 e de 1960, tornando-a uma marca da lógica social e política própria do populismo.

A perspectiva de Ianni, evidentemente, não resume o debate sobre desenvolvimento que tomou lugar ao final dos anos de 1960. O trabalho de Ianni é importante por mostrar, de forma bem acabada e nítida, de que maneira o conceito de desenvolvimento foi incorporado à narrativa da Escola Paulista no momento do golpe de 1964, colocando assim o nacionalismo em xeque. A crise em torno das propostas desenvolvimentistas e nacionalistas, contudo, foi maior e com conseqüências relevantes para os desdobramentos conceituais dos anos de 1970 e 1980.

É também no âmbito da Escola Paulista que emergirão as críticas ao desenvolvimentismo que irá adquirir maior legitimidade ao longo da década de 1970, tornando-se um importante orientador para as análises quanto ao milagre brasileiro. De fato, foi nesse contexto de forte crescimento econômico com visíveis impactos na sociedade brasileira que se aprofunda o debate e a crítica ao conceito de desenvolvimento. É importante realizar um breve mapeamento dessas discussões.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, em um artigo que procura mapear as principais interpretações econômicas sobre o Brasil ⁵⁷, menciona três que são de alguma importância para esta dissertação. Ainda que este debate envolva diversas variáveis e opiniões, interessa para esta dissertação três frentes intelectuais que de certa forma se complementam. Em primeiro lugar, o debate sobre a estagnação; em segundo, as teorias sobre a dependência; e, em terceiro lugar, as teorias funcionalistas. Todos os três debates se complementam por serem uma resposta ao

⁵⁶ JAGUARIBE, Helio. **O Nacionalismo na Atualidade Brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

⁵⁷ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Seis Interpretações sobre o Brasil**. Dados – Revista de Ciências Sociais, 5(3) 1982.

colapso do modelo de desenvolvimento proposto pelo nacionalismo-desenvolvimentista.

O debate sobre a estagnação, que tem em Celso Furtado uma referência central, é apontado pelo autor como uma consequência direta da ação política nacionalista pré-1964. O conjunto de propostas do discurso nacionalista conformaria um quadro fora do qual seria impossível promover o desenvolvimento econômico. Desse ponto de vista, o golpe militar seria apontado como um entrave ao desenvolvimento brasileiro. Daniel Pécaut relaciona a proliferação desse debate no momento posterior ao golpe com a crença de que o regime militar teria uma curta duração. Crença esta que seria em breve desconstruída.

Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp⁵⁸ apontam o livro de autoria de José Serra e Maria da Conceição Tavares, *Além da Estagnação*, como uma obra referência da contestação das teorias da estagnação. A tese defendida pelos autores é a de que o desenvolvimento econômico pode ser atingido mesmo sem a implementação de reformas distributivas, tal como proposto pelo nacionalismo, desde que fosse adotado um modelo de forte concentração de renda de abertura ao capital multinacional. Erguer-se-ia, dessa forma, um sólido mercado interno, ainda que restrito a uma pequena parcela da população e ao próprio setor produtivo, que por si só teria de consumir uma grande quantidade de produtos industrializados.

O próprio surgimento de teorias que enxergavam na estagnação econômica o futuro provável do Brasil sob um regime militar é uma evidência da centralidade que o conceito de desenvolvimento tinha para a narrativa do nacionalismo-desenvolvimentista. Por outro lado, é interessante notar o diálogo que se estabelece entre esta narrativa, que por vezes adquire um tom político intensamente atrelado à conjuntura, e trabalhos de caráter mais objetivo e técnico, embora igualmente políticos, na área das ciências econômicas. Embora o período de instabilidade econômica e lento crescimento que marcou o início do regime militar tenham dado algum respaldo para essas teorias, ela não resistiu aos sinais cada vez mais claros de aquecimento do parque produtivo brasileiro.

⁵⁸ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “Milagre” Brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. 2. ed. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Nesse contexto, não é difícil enxergar como a mera possibilidade de desenvolvimento não fundamentada pelo nacionalismo tal como formulado no ISEB tira boa parte da força desta proposta política. Por outro lado, esse nacionalismo perde força por não ter conseguido promover o desenvolvimento que dele se esperava. Ainda que o modelo de substituição de importações tenha sido efetivo durante boa parte do século XX, é recorrente a afirmação de que ele se esgotou sem que houvesse sido criada uma dinâmica capitalista auto-suficiente. Essa chave de interpretação perde, paulatinamente, sua capacidade de conferir um sentido histórico à realidade social brasileira.

As discussões sobre a dependência, por um lado, e sobre as hipóteses funcionalistas, por outro, têm como pano de fundo tanto a herança da desconstrução do nacionalismo-desenvolvimentista como a contestação prática às hipóteses de estagnação econômica manifestas no milagre brasileiro. Luiz Carlos Bresser-Pereira afirma que no contexto do CEBRAP, ambas as discussões ganharam relevância, a ponto de ser difícil demarcar linhas exatas que definissem onde exatamente o autor está inserido, se em uma ou outra discussão⁵⁹. É importante destacar apenas que o espaço intelectual do CEBRAP tornou-se um ponto de referência para as análises do Brasil que surge no período do Milagre econômico. Também nessas análises o conceito de desenvolvimento ocupa um papel central, mas incorpora, nesse movimento, a experiência da desconstrução do nacionalismo.

Para o propósito dessa dissertação, duas obras foram selecionadas para serem analisadas. A primeira é um marco na discussão sobre dependência. Ainda que não tenha sido produzida no âmbito do CEBRAP, seu autor, Fernando Henrique Cardoso, foi o principal responsável pela fundação do instituto e levou para lá os principais argumentos que elabora no livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. A outra obra que será objeto de análise foi originalmente publicada nos *Estudos CEBRAP* e nos *Cadernos CEBRAP*, versão a partir da qual foram realizadas inúmeras republicações no formato de livro. A obra é a *Crítica à Razão Dualista*, de Francisco de Oliveira. A análise de ambos os trabalhos é relevante para observar de que modo o conceito de

⁵⁹ Ibid. P. 52

desenvolvimento é absorvido com o intuito de dar sentido à experiência do milagre brasileiro e qual espaço ele ganha na narrativa da Escola Paulista.

Ganha relevância, portanto, o debate em torno do conceito de dependência e sua relação com o desenvolvimento econômico. Afinal, dependência e desenvolvimento são dois conceitos que na linguagem nacionalista têm uma relação de oposição. A tensão que dela emana, inclusive, é responsável por boa parte da dinâmica histórica presente na narrativa do nacionalismo. Relacionar afirmativamente a dependência e o desenvolvimento é um movimento intelectual que desloca significativamente a carga semântica de ambos os conceitos.

O famoso livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, publicado em 1970, procura mostrar como a dependência não inibe o desenvolvimento econômico de determinado país. A existência de um espaço de autonomia permite que o Estado promova o desenvolvimento econômico em uma situação de dependência que pode, inclusive, ser reforçada com a industrialização. Escrito durante a estadia de Fernando Henrique em Santiago, no final da década de 1960, o livro mostra a relação simultânea de proximidade e crítica que os autores estabeleceram com a CEPAL ao diagnosticarem o anacronismo do uso de suas proposições no tempo em que escreviam.

A análise sugerida pelos autores integra tanto o processo econômico como o político de modo a entender a situação de dependência dos países da América Latina. Essa integração é operada por meio de uma abordagem que se apropria de conceitos de Marx e de Weber⁶⁰ para compreender as estruturas de poder e dominação de cada sociedade e sua relação com o progresso capitalista. Os conceitos de desenvolvimento e dependência são inseridos nessa lógica:

“[...] considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema econômico.”⁶¹

⁶⁰ VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. IN: SOUZA, Jessé. **O Malandro e o Protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: Editora UNB, 1999.

⁶¹ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. P. 22.

Ou:

“É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna, posto que o conceito de dependência utiliza-se como um tipo específico de conceito ‘causal-significante’ – implicações determinadas por um modo de relação historicamente dado – e não como conceito meramente ‘mecânico-formal’, que enfatiza a determinação externa, anterior, que posteriormente produziria ‘conseqüências internas’.”⁶²

A dependência, descaracterizada enquanto um conflito entre o elemento interno e o externo, se submete a uma lógica histórica diversa da que era promovida pelo discurso nacionalista. Ao considerar o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais, o autor identifica o verdadeiro processo histórico a partir do qual seria possível analisar e compreender a história recente brasileira.

A partir dessa análise a dependência surge, e só assim pode ser explicada, das relações políticas estabelecidas entre as classes a partir da dinâmica interna de cada país. Afinal, a dependência é o mecanismo de predominância de uma classe social sobre o conjunto da sociedade. São os setores que estabelecem vínculos com o exterior que organizam a sociedade de modo a manter os laços econômicos vigentes.

A tese se desenvolve para explicar o processo de desenvolvimento industrial brasileiro a partir da análise das relações entre classes sociais do país frente à crise de hegemonia das classes agrárias historicamente vinculadas ao mercado externo. O desenvolvimento econômico propiciado por tal crise, entretanto, não significa uma passagem necessária do tradicional ao moderno. O estado de dependência não é próprio de uma fase, mas de formas de dominação que podem ser construídas politicamente e, portanto, não necessariamente constituem um empecilho ao desenvolvimento. Afirmam os autores:

“Os diferentes momentos históricos do capitalismo não devem ser estudados, pois, com um afã de encontrar sua repetição retardada nos países da periferia, mas para saber como se produziu, em cada momento particular, a relação entre periferia e centro.”⁶³

Pouco após afirma:

⁶² Ibid. P. 23.

⁶³ Ibid. P. 32.

“Fundamentalmente, a dinâmica que pode adquirir o sistema econômico dependente, no âmbito da nação, está determinado – dentro de certos limites – pela capacidade dos sistemas internos de alianças para proporcionar-lhe capacidade de expansão [...]

“Admitindo como válida essa interpretação, obter-se-á um marco da atividade das pressões em favor do desenvolvimento na América Latina que mostra, a respeito dos padrões europeus ou norte-americanos, não um desvio que se deve corrigir, mas um quadro distinto por sua situação periférica.”⁶⁴

Teorias sobre a modernização da sociedade - e os autores citam diretamente Gino Germani - são duramente criticadas, como os trechos acima permitem avaliar. No caso, a própria noção de que a modernização cumpre um trajeto similar em todos os países é posta em xeque.

O desenvolvimento e a modernização ocorrem dentro do contexto de relação entre periferia e centro, não necessariamente alterando a mesma. É perfeitamente plausível, ademais, que classes modernas e tradicionais se unam em uma aliança em torno do desenvolvimento econômico sem alterar fundamentalmente a relação entre classes ou a relação entre os grupos hegemônicos com o centro do capitalismo global. Logo, a suposta aliança entre setores populares e a burguesia industrial, por meio do nacionalismo, em prol do desenvolvimento brasileiro, perderia sentido.

Assim, três movimentos são realizados.

Em primeiro lugar, perde-se o caráter etapista do desenvolvimento brasileiro. Este não é mais concebido em um modelo de superação de fases. Pelo contrário, o que Fernando Henrique Cardoso chama de integração entre esferas política e econômica é uma tentativa de compreender o desenvolvimento por meio do paradigma marxista, no qual o crescimento da economia brasileira é movimentado pelos conflitos de classe, cada vez mais intensos e definidos. O modelo de substituição de importações poderia ter dado certo caso o mercado interno tivesse obtido uma dinâmica suficientemente forte para independe das importações de máquinas. Não foi, entretanto, o que ocorreu. Não há etapa superada. O que ocorre é um fracasso de determinado modelo de desenvolvimento e da correlata estrutura de dominação. Neste ponto, os autores já se diferenciam da perspectiva de Ianni.

⁶⁴ Ibid. P. 36.

Isso leva ao segundo movimento que toma lugar. A estrutura faseológica ou etapista insere-se em uma dinâmica histórica que se desdobra entre uma situação de completa dependência e outra de plena autonomia. O desenvolvimento e a ação política fomentariam o desenvolvimento e conduziriam o país à plena autonomia. O pressuposto desta lógica é o conflito latente entre os interesses estrangeiros e os interesses nacionais. Novamente, a obra de Fernando Henrique e Enzo Faletto procura mostrar que tal antítese só adquire sentido em um momento particular do desenvolvimento brasileiro, sendo tal dicotomia superada com o contínuo processo histórico do país. A crescente associação entre capitais nacionais e internacionais, iniciada no governo Kubitschek e continuada pela ditadura militar, não apenas foi possível como foi responsável pela retomada do crescimento econômico brasileiro.

Por fim, o desenvolvimento, dentro desta concepção, divorcia-se da idéia de modernização. Associado ao processo de incremento das forças produtivas nacionais, o desenvolvimento não necessariamente tem como corolário a modernização da sociedade, das classes ou das instituições políticas nacionais. A análise integrada, proposta por Cardoso e Faletto, tem justamente o objetivo de mostrar como a modernização social não é resultado do crescimento econômico. Pelo contrário, o crescimento econômico e uma forma própria de estrutura de dominação se entrelaçam, podendo a segunda ser formada por uma variedade de maneiras, demonstrada pelos autores no contexto da América Latina.

Os três pontos, de fato, estão entrelaçados, na medida em que a dissociação entre os conceitos de modernização e desenvolvimento complementam a idéia de que o país não pode ter sua história compreendida como a superação de etapas em direção à modernidade ou autonomia. Também a concepção de que o crescimento só seria possível com um mercado interno pujante foi derrubada. Ou melhor, o mercado interno realmente se fortaleceu, contudo, não foi graças a uma política de distribuição de rendas. Pelo contrário, foi sua concentração que possibilitou a dinamização recente da economia brasileira.

Em resumo, é possível afirmar que, na obra analisada, o desenvolvimento continua a ser um conceito fundamental para compreender a história recente da sociedade brasileira. Entretanto, sua carga semântica foi dissociada de importantes objetivos políticos postos pelas forças nacionalistas na década anterior, como a autonomia nacional, a distribuição de renda e uma política de reforma agrária.

Não há, na obra de Cardoso e Faletto, um rancor contra o nacionalismo-desenvolvimentista. Pelo contrário, ambos reconhecem que, em determinado momento, as teses elaboradas nesse contexto adquiriam um importante sentido. Contudo, o desenvolvimento econômico brasileiro provou o enganado dessas teses. A crítica a este conceito, na obra analisada, se diferencia da de Ianni por distanciá-lo ainda mais dos propósitos nacionalistas. Não possui relação com a modernidade, não se desenrola em uma linha histórica que possa ser prevista – portanto, não necessariamente o país trilharia o mesmo caminho traçado pelos países centrais – e não contrapõe os interesses estrangeiros aos interesses nacionais.

Bresser-Pereira menciona uma última chave interpretativa relevante para este debate: a emergência das teorias funcionalistas. Segundo o autor, tais teorias pensavam o Estado como um mero instrumento do processo de acúmulo de capital. Pensar que o mesmo estaria em uma disputa que envolveria, inclusive, setores da burguesia de tendência nacionalista não teria fundamento de acordo com esta vertente teórica. Nega-se, portanto, conflitos intra-burguesia em função de uma harmônica e contínua acumulação capitalista. Para Daniel Pécaut, tal teoria ganha relevância em um ambiente de autoritarismo e forte crescimento econômico⁶⁵.

O funcionalismo, tal como desenvolvido no âmbito do CEBRAP, em especial na obra selecionada para a análise, guarda maior proximidade com o forte crescimento econômico brasileiro no início da década de 1970. Esse fenômeno já seria uma constante nos debates do CEBRAP. Bernardo Sorj chama a atenção, por exemplo, para as análises demográficas ou para o livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, encomendado pela Arquidiocese de São Paulo e que se tornou a primeira obra do instituto a alcançar grande sucesso de vendas.

Isso ocorre principalmente em decorrência da crescente desigualdade de renda e riqueza no país em resultado do Milagre econômico. Em meados da década de 1970, ainda no auge do crescimento econômico, o regime já começa a sofrer fortes críticas por conta da situação social que se evidenciava nas grandes regiões metropolitanas. As primeiras eleições em que o MDB conseguiu um resultado significativo foram as de 1974 e tiveram como mote a crítica ao modelo

⁶⁵ PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

de desenvolvimento promovido pelo regime. Boa parte das críticas era construída no âmbito do CEBRAP; não à toa, já a partir dessa época alguns intelectuais começam a colaborar na construção do discurso de oposição utilizado pelo MDB. É nesse contexto, portanto, que a crítica ao desenvolvimento adquire uma força cada vez maior.

O livro *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, por sua vez, torna-se uma importante referência das idéias discutidas no instituto. Publicado originalmente na revista *Estudos CEBRAP*, em 1972, o ensaio é uma tentativa de se compreender a expansão capitalista no Brasil ao mesmo tempo em que tece pesadas críticas à lógica dualista do nacionalismo. A crítica econômica promovida no trabalho é também tributária da filosofia econômica de cunho marxista. O autor explicita, logo no início, o objeto de sua crítica:

“A dualidade reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência moral, levando a proposições reformistas [...] Mas ainda assim o prestígio dos economistas penetrou largamente as outras ciências sociais, e se tornaram caudatárias: ‘sociedade moderna’-‘sociedade tradicional’, por exemplo, é um binômio que, deitando raízes no modelo dualista, conduziu boa parte dos esforços na Sociologia e na Ciência Política a uma espécie de beco sem saída [...]”⁶⁶

A história brasileira teria por fio condutor não a modernização, mas a lógica de acumulação própria do capitalismo global. Entende-se pelo conceito de modernização a passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, cuja referência são os países centrais. Desse modo, o significado do conceito de modernização, tal como Francisco de Oliveira atribuiu ao modelo cepalino, tem por referência as nações, e não o paradigma social da luta de classes:

“a história e o processo da economia brasileira no pós-anos 30, contém alguma ‘especificidade particular’; isto é, a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como a da expansão de uma economia capitalista – que é a tese deste ensaio –, mas esta expansão não repete nem reproduz ‘ipsis literis’ o modelo clássico do capitalismo nos países mais desenvolvidos, nem a estrutura que é o seu resultado. Incorpora-se aqui, desde logo, a advertência contida em numerosos trabalhos, de não tomar-se o ‘classicismo’ do modelo ocidental como ‘regra estrutural’.”⁶⁷

⁶⁶ OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. 4. ed. Petrópolis. Editora Vozes; CEBRAP, 1981. P. 11.

⁶⁷ Ibid. P. 37.

A lógica dualista, cujo principal promotor, segundo o autor, é a CEPAL, não daria conta de explicar o movimento histórico responsável pelas alterações das estruturas sociais e políticas. Assim, o próprio processo histórico brasileiro denunciaria a falsidade da lógica dualista, que se move entre o nacional e o estrangeiro ou entre o atraso e o moderno, e despreza a visão a partir do processo de acumulação capitalista, ao qual se submete também o Estado, inclusive no regime inaugurado em 1964.

Um dos argumentos utilizados pelo autor é o que, segundo ele, constituiu-se uma falsa interpretação sobre o inchaço do setor terciário brasileiro. Ao invés de indicar uma sociedade civil forte e padrões de desenvolvimento constatados em países de economia capitalista madura, o terciário brasileiro encontra-se em boa parte ligado ao crescimento do mercado informal. A função de tal mercado seria justamente prover subsistência barata à grande massa de mão de obra necessária à industrialização nacional sem que, com isso, torne-se essa mão de obra cara. Ou seja, é uma forma de criar uma clivagem dentro do mercado interno brasileiro, em que, de um lado, existe o comércio intra-firma e uma classe média alta com grande poder aquisitivo, e, de outro, uma grande massa cujo baixo poder aquisitivo é uma pré-condição do desenvolvimento do país. É desnecessário dizer que tal modelo de desenvolvimento vai de encontro às importantes plataformas do nacionalismo e tiram força do argumento utilizado pelo mesmo em prol do desenvolvimento. Por isso também afirma o autor que o que motivou a industrialização brasileira não foi o consumo, mas sim a própria necessidade de acumulação.

Também o uso do conceito de populismo mostra que o argumento do autor se move no mesmo contexto de observação crítica do nacionalismo. Insere-se em uma narrativa que se desenvolve, pelo menos, desde os primeiros trabalhos de Florestan Fernandes, e com crescente legitimidade social desde meados dos anos de 1960:

“Nessas circunstâncias, a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. No limite, a possibilidade significará estagnação e reversão à economia primário-exportadora. Entre essas

duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política, e essa é uma das ‘especificidades particulares da expansão do sistema.’⁶⁸

A crítica à hipótese de modernização é contestada e tratada como uma prisão ao pensamento científico social brasileiro. A lógica dualista, tal como no livro *Dependência e Desenvolvimento*, é desconstruída e com ela o sentido histórico orientador de ações políticas que havia sido construído em torno do conceito de desenvolvimento. O atraso e o moderno convivem no desenvolvimento brasileiro. Logo, o que o move não é a modernização, mas a necessidade de acumulação do capital.

A crítica de Francisco de Oliveira é relativa à permanência de interpretações tributárias da CEPAL para explicar o milagre brasileiro. O autor atualiza as críticas ao nacionalismo para apreender uma realidade de rápida acumulação capitalista, própria do Milagre brasileiro, e o relaciona crescentemente ao ambiente de autoritarismo que também conforma tal experiência. O Milagre, nesse sentido, contribui para o fortalecimento da narrativa histórica promovida pelos intelectuais paulistas em fins da década de 1960. O conceito de desenvolvimento é elaborado dentro de uma narrativa que surge na crítica ao nacionalismo-desenvolvimentista e se desenvolve na crítica ao modelo econômico do regime militar.

Embora cite diretamente Cardoso e Faletto, Francisco de Oliveira deixa claro sua diferença com relação à teoria da dependência. Não há, segundo o autor, momentos de rusgas e disputa entre setores da burguesia. A lógica do acúmulo de capital é tão predominante no processo histórico da sociedade brasileira que diminui em importância os conflitos sociais realçados pelos autores de *Dependência e Desenvolvimento*.

Entretanto, ambas as obras têm um ponto em comum. Elas desenvolvem a crítica ao conceito de desenvolvimento a ponto de tornarem o mesmo conceito incompatível, em sua amplitude histórica, com os projetos do nacionalismo-desenvolvimentista. O horizonte futuro previsto por essas forças políticas é dissolvido pelo novo conceito de desenvolvimento ao mesmo tempo em que o milagre brasileiro conferia legitimidade à releitura do desenvolvimentismo que era realizada.

⁶⁸ Ibid. P. 39.

O ponto fundamental realçado por ambas as obras em sua crítica é: o desenvolvimento não tem como corolário a modernização da sociedade. Ou seja, o desenvolvimento não pode ser interpretado como uma forma de superar etapas em direção a um futuro supostamente desejado, pois ele obedece à lógica da luta de classes e da acumulação de capital, e não tem nas nações a sua referência, como era suposto pelo nacionalismo e, de certo modo, pelas teorias da modernização. Nesse sentido, os autores diferem, inclusive, das primeiras formulações do conceito de populismo feitos no âmbito da Escola Paulista.

O livro *Dependência e Desenvolvimento* atribui certo peso à questão nacional, no entanto essa referência só é relevante, como deixam claro os autores, naquele contexto histórico em particular, não sendo, de forma alguma, um aspecto semântico que necessariamente permeia o conceito de desenvolvimento. Há pontos de contraste entre a obra de Francisco de Oliveira e de Cardoso e Faletto. O que pode ser notado, contudo, é o aprofundamento da crítica ao desenvolvimentismo no âmbito do CEBRAP no início dos anos de 1970.

Nesse sentido, ao levar ao extremo a crítica ao nacionalismo, outro ponto significativo do novo conceito de desenvolvimento que se desenvolvia no contexto lingüístico do CEBRAP ganha relevância: a relação crescente entre autoritarismo e desenvolvimento.

O crescimento do Estado junto com o processo de desenvolvimento brasileiro não é um ponto novo na narrativa da Escola Paulista. Tanto Ianni quanto Weffort chamaram a atenção para o fato de que, em suas primeiras décadas, a ascensão da burguesia industrial teve que se estabilizar em um frágil equilíbrio de classes e, desse modo, se apoiar no Estado, que por sua vez viu sua soberania crescer sobre a sociedade civil. Octavio Ianni chama a atenção para o fato de que as instituições políticas do trabalhismo e do nacionalismo exerceram um papel crucial como obstáculo ao desenvolvimento da consciência de classe do operariado urbano-industrial. O Estado, nesse argumento, atua de forma a impedir a modernização da sociedade civil brasileira.

Já nessa argumentação há um forte vínculo, como não poderia deixar de haver, entre o processo de desenvolvimento e a presença de um Estado forte como elemento essencial para a indução do crescimento econômico. O desenvolvimento, nesse sentido, se opõe à modernização da sociedade civil. Há, durante o período do milagre, uma radicalização da crítica ao autoritarismo do

Estado brasileiro. O novo processo que se dá, ao clarificar o caráter do desenvolvimento nacional, também se associa a um novo tipo de autoritarismo.

Sob diversos aspectos, ele é uma continuação da situação anterior. Essa perspectiva é mais forte em Francisco de Oliveira, conforme demonstra a citação abaixo:

“O sistema evidentemente se move, mas na sua recriação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento; ele aparenta ser, sob muitos aspectos, no pós-64, bastante diferenciado de etapas anteriores, mas sua diferença fundamental talvez resida na combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas. Sob esse aspecto, o pós-64 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com o seu oposto, ou seja, uma contra-revolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão.”⁶⁹

A crítica de Francisco de Oliveira ao desenvolvimentismo é tão profunda que ele desfaz, pelo avesso, o que os escritos dos intelectuais paulistas imediatamente após o golpe haviam feito: a eleição do golpe de 1964 como um marco cronológico fundamental na história brasileira. Como foi escrito no capítulo anterior desta dissertação, a escolha do golpe como um ponto de ruptura na história brasileira, em especial quando se compara o livro de Ianni de 1968 com seu artigo escrito em 1963, decreta o fim do nacionalismo-desenvolvimentista em um momento em que diversas forças políticas da República de 1946 se movimentavam para organizar uma oposição aos militares.

A desconstrução do desenvolvimentismo é tamanha em Francisco de Oliveira que esse marco cronológico perde a importância, na medida em que ele não enxerga uma diferença significativa entre o processo de desenvolvimento anterior e posterior ao golpe. Diferentemente de Ianni, que enxerga dois modelos de desenvolvimento distintos, o autor da *Crítica à Razão Dualista* vê pequenas diferenças, não significativas perante o processo global:

“A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa da máscara.”⁷⁰

⁶⁹ Ibid. P. 75.

⁷⁰ Ibid. P. 13.

Essa percepção não é tão radical no trabalho de Cardoso e Faletto. Por darem grande ênfase ao conceito de desenvolvimento, esses autores não negam as constantes transformações pelas quais o país passa desde que ingressou na era industrial. Em virtude dessa percepção, os conceitos de crise e transição são pontos-chave na argumentação dos autores. Veja-se o conceito de transição:

“Com efeito, por ‘período de transição’ entender-se-á o processo histórico-estrutural em virtude do qual a diferenciação da própria economia exportadora criou as bases para que, na dinâmica social e política, comessem a fazer-se presentes, além dos setores sociais que tornaram possível o sistema exportador, também os setores imprecisamente chamados ‘médios’.”⁷¹

A esse conceito, de transição, atrela-se, por sua vez, o de crise:

“Nesse sentido, não há que diminuir importância ao fato de que a crise do modelo de crescimento para fora, em seus aspectos econômicos, gerou-se no exterior [...]”⁷²

E pouco após:

“A crise desse sistema político, precipitada pela pressão dos novos grupos sociais criados pelo dinamismo do próprio sistema exportador, variou de acordo com a intensidade e a forma em que atuaram conjuntamente dois processos: as modalidades particulares de dominação que se consolidaram para dar lugar ao sistema exportador e à diferenciação do sistema produtivo nacional, em função dos quais se foi formando lentamente uma economia urbano-industrial e desenvolveram-se setores novos e paralelos na própria economia exportadora.”⁷³

Ambos os conceitos são utilizados com o propósito de vincular as transformações de ordem política, social e econômica que decorrem, ou ainda, que estão na própria origem do desenvolvimento. Por outro lado, a recente mudança no modelo de desenvolvimento econômico brasileiro é alvo da própria investigação dos autores. Há, na visão desses, uma internacionalização do incipiente mercado interno:

⁷¹CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. P. 53.

⁷² Ibid. P. 54.

⁷³ Ibid. P. 56.

“Reorganizam-se, com essa nova modalidade de desenvolvimento, a própria estrutura do sistema produtivo e o caráter do Estado e da sociedade, que expressam a relação de força entre os grupos e as classes sociais, para dar lugar ao sistema capitalista industrial tal como ele pode desenvolver-se nos países latino-americanos: na periferia do mercado mundial e por sua vez nele integrado.”⁷⁴

Há uma passagem do chamado Estado populista, próprio do período anterior de acumulação, que conciliava os interesses das massas emergentes e da burguesia industrial, que fortalecia o mercado interno e fomentava a industrialização do país, ao chamado Estado-empresarial, responsável por articular os interesses econômicos entre as multinacionais, a indústria nacional e as grandes empresas públicas. Do ponto de vista interno, o autor aponta para a falência do modelo populista:

“Não obstante, a significação desses golpes militares – e de seus desdobramentos – foi distinta do que ocorria no passado com a tomada do poder por caudilhos militares. Atualmente são as Forças Armadas, como corporação tecno-burocrática, que ocupam o Estado para servir a interesses que acreditam ser os da Nação. Essa passagem é decisiva. Aniquilam-se os setores políticos tradicionais – expressão no seio do Estado da dominação de classe do período populista-desenvolvimentista – e procura-se transformar a influência militar permanente em condição necessária para o desenvolvimento e a segurança nacional, graças à roupagem de uma espécie de árbitro tecnocrático com que se pretende revestir as intervenções militares na vida econômica, política e social.”⁷⁵

E conclui, posteriormente:

“Descrevemos também como os grandes temas da política do período correspondente à tentativa de formação e fortalecimento do mercado interno e da economia nacional – o populismo e o nacionalismo – foram perdendo substância e redefinindo-se em função do novo caráter de dependência.”⁷⁶

A transformação do Estado em um mecanismo empresarial, orientado por valores tecnocráticos, evidencia o profundo vínculo que o mesmo estabelece com o processo de acumulação de capital. Novamente, estabelece-se a relação entre Estado, autoritarismo e desenvolvimento. É nesse ponto, contudo, que se esclarece não apenas os elementos novos do processo histórico brasileiro, como também seus traços de continuidade. Mesmo em face de todas as transformações citadas,

⁷⁴ Ibid. P. 114.

⁷⁵ Ibid. Pp. 134-135.

⁷⁶ Ibid. P. 142.

sem as quais seria impossível compreender o processo de industrialização, há espaço para que alguns elementos de continuidade sejam notados; elementos que perpassam todo o processo de desenvolvimento nacional:

“De fato, a passagem do regime democrático-representativo (que de uma ou de outra forma sobreviveu com o Estado desenvolvimentista e com a política de massas durante o período inicial de expansão industrial) ao regime autoritário-corporativo, que se apresenta como a alternativa provável nas condições políticas e econômicas atuais, faz-se por intermédio de revoluções nas quais são as grandes organizações nacionais, como o exército e a burocracia pública, mais que as burguesias nacionais e internacionalizadas, que atuam e se reorganizam. [...] Entretanto, na situação latino-americana, a partir do chamado período de transição, a expressão política da burguesia urbano-industrial – diferentemente das burguesias agro-exportadoras no passado – esteve mais diretamente vinculado ao Estado através de grupos de pressão ou de ocupação de cargos no aparato estatal, que à existência de ‘partidos de classe’. De igual maneira, os assalariados estiveram agregados mais como sindicalistas, sob a tutela do Estado, que como militantes de partido.”⁷⁷

Dentre a distinção, que os autores procuram deixar clara, entre um momento histórico e outro, há uma tentativa de explicação do presente autoritário por meio do passado recente, nacional-populista. Mesmo com inúmeras diferenças entre os argumentos apresentados por esses autores e os apresentados por Francisco de Oliveira, há esse ponto em comum: um traço de continuidade entre passado e presente em função da situação presente. Nesse caso, embora haja uma distinção, entre o momento anterior e posterior ao golpe militar, no modelo político adotado e na função desempenhada pelo Estado dentro do processo de desenvolvimento, a forte presença deste é algo que perpassa ambos os momentos. É por meio do Estado que o processo de acumulação se dá e, ainda que de formas diferentes, é por meio dele que os interesses de classes adquirem força política e predominância social, ainda que não dentro do modelo clássico estipulado pela tradição ocidental.

Nesse sentido, os autores deixam claro o que caracteriza o modelo brasileiro ao opô-lo ao que é considerado próprio dessa tradição européia. A relação corporativa e burocrática com o Estado inibe, por um lado, uma clara definição dos interesses e da consciência de classe, por meio de partidos políticos que a expressem genuinamente; por outro lado, processo semelhante ocorre com os assalariados, que por meio dos vínculos com sindicatos tutelados, não

⁷⁷ Ibid. P. 134.

desenvolvem plenamente uma consciência homogênea de sua posição na sociedade. Nesse ponto, o desenvolvimento se dissocia da modernidade justamente por ser aquele dependente da presença de um Estado forte e cuja soberania se sobrepõe ao espaço reservado à sociedade civil. O rompimento, que a crítica ao desenvolvimento provocou, entre este conceito e o de modernização, começa a adquirir consistência histórica por meio do conceito de autoritarismo.

Desse modo, um velho argumento da Escola Paulista é retomado para definir o regime político que emerge com o regime militar. Para tanto, a presença soberana do Estado sobre a sociedade civil durante o período denominado populista é reforçado, diminuindo, dessa forma, a clivagem entre os dois momentos históricos previamente incorporados por autores dessa mesma Escola, dentre os quais se destaca Octavio Ianni. Por outro lado, o desenvolvimento, ainda que permaneça sendo um importante conceito e continue a exercer a função de condutor da narrativa da Escola Paulista, deixa de ser valorado positivamente no que se refere ao horizonte de expectativas que engendra.

Existe ainda um ponto em comum que será destacado nesse trabalho entre os livros de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, por um lado, e o de Francisco de Oliveira, por outro. É a permanência da demarcação cronológica estipulada pela narrativa nacionalista, que entendia a década de 1930 como um momento fundamental para o processo de industrialização do país. Com essa demarcação cronológica, permanece também a ênfase no conceito de desenvolvimento e a centralidade deste na narrativa elaborada pela Escola Paulista. O conceito de desenvolvimento, por sua vez, evidencia uma consciência de tempo acelerado, em seu cronótopo moderno, do qual a Escola Paulista não se desfez, mesmo ao deflagrar um processo de profunda crítica ao referido conceito.

Essa situação ocorre, em parte, devido à consciência pessimista do futuro que estava por vir. Um sentimento mais otimista necessário para embasar propostas de mudança política e de ação política, demandaria a emergência de novos conceitos ao lugar central até então ocupado pelo desenvolvimento.

Parte II

3. Crise

3.1. O terceiro momento da geração do CEBRAP

“No quadro atual da sociedade brasileira torna-se cada vez mais importante estabelecer condições propícias ao estudo e ao debate das questões mais inquietantes que desafiam as sociedades latino-americanas.

“O nosso ambiente de criação da cultura esteve quase sempre ligado à expansão das funções estatais, contribuindo para favorecer um estilo de trabalho intelectual cujo protótipo em épocas mais recentes é o tecnocrata, reavivando as raízes autoritárias da tradição da cultura brasileira.

“Cumpro, nos dias que correm, criar condições para o desenvolvimento de visão crítica do passado e do presente, reafirmando suas ligações com a perspectiva de democratização econômica, social e política de nosso país. Trata-se de incentivar o debate através do qual se possa afirmar a riqueza da pluralidade e da diversidade do pensamento, fundamental para o desenvolvimento político e cultural nacional. Trata-se de recuperar traços do desenvolvimento histórico da sociedade que a ótica autoritária sempre ajudou a desarticular, mas cuja potencialidade inovadora e crítica o quadro cultural brasileiro já anuncia.

“É com esse espírito que é proposta a REVISTA DE CULTURA CONTEMPORÂNEA, cuja realização no tempo procurará responder a esses desafios. Para isso, convidamos todos aqueles identificados com esses objetivos amplos para nos ajudar cooperando e criticando.

“Tal caminho abre-se como mais uma forma de atuação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC, buscando perceber no presente os germes de mudança para uma sociedade democrática, articulada e participante.”¹⁵⁵

Com este editorial a *Revista de Cultura Contemporânea* se apresenta ao seu público em seu primeiro número, lançado em 1978, um ano após a fundação do instituto responsável por sua publicação, o CEDEC. A análise do editorial é instrumento para descortinar a leitura que os intelectuais da revista realizam de seu tempo presente, um tempo de crise.

Para tanto, insere-a em uma narrativa cujo desenrolar aponta um caminho por onde o país pode superar sua crise. Este caminho é o da democratização. O significado deste processo está intimamente ligado ao fortalecimento da sociedade civil em detrimento do Estado, dando continuidade, desse modo, ao objeto

¹⁵⁵ **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, julho, 1978.

preferencial da Escola Paulista desde sua gênese. Faz-se necessário que o intelectual não esteja atrelado ao Estado, como sempre esteve, o que reforça a proeminência deste e sufoca o desenvolvimento da sociedade. A figura do tecnocrata, retomado pela revista, é uma atualização da função que o intelectual historicamente desempenhou na sociedade ao atrelar-se ao Estado. Trata-se de uma referência e uma crítica aos intelectuais do nacionalismo-desenvolvimentista, em especial àqueles ligados ao ISEB. A Revista, em sua própria fundação, assume a autonomia científica como condição de sua atualidade histórica e como forma de legitimar sua atuação política.

Três são os pontos que o editorial revela sobre o sentido da Revista: 1) ela é legitimada pelo ponto de vista científico construído na tradição intelectual da Escola Paulista; 2) essa auto-imagem de sua posição na sociedade é evocada para engendrar o caminho histórico que vai do autoritarismo à democracia; 3) essa ação é promovida em um momento que, por diversas razões, os intelectuais responsáveis pela Revista consideram particular.

Assim, dois traços desenvolvidos por intelectuais que têm na Escola Paulista sua referência intelectual são resgatados em função das necessidades do tempo a eles contemporâneo. A percepção das peculiaridades desse tempo é também responsável pelo sentido da fundação do instituto e de sua Revista. Pensemos, portanto, quem são esses intelectuais e como concebem o período em que atuam na sociedade por meio da Revista.

A *Revista de Cultura Contemporânea*, cujo nome alterou-se para *Revista de Cultura & Política*²¹² a partir de seu terceiro número, foi publicada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, o CEDEC, fundado em 1977 por um grupo de intelectuais cujas trajetórias acadêmicas de alguma forma se associavam à Universidade de São Paulo (USP). A revista, publicada entre 1978 e 1982, acompanha um momento crucial para o processo de Abertura política brasileiro.

A fundação do CEDEC foi liderada por Francisco Weffort, após dissociar-se do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP, que por sua vez havia sido fundado em 1969. Não apenas Weffort, mas também boa parte dos intelectuais que com ele fundaram o CEDEC em 1977, como seus orientandos José

²¹² Dada a ausência de mudanças significativas que poderiam ter acompanhado a troca de nomes, a partir desse momento a revista será chamada, quando evocada de maneira geral, pelo título de *Revista de Cultura & Política*.

Álvaro Moisés e Regis Castro de Andrade, tinham no CEBRAP uma importante referência intelectual²¹³. Em função do contexto e dos objetivos de sua fundação, o CEBRAP tornou-se um importante abrigo tanto acadêmico quanto político onde os intelectuais afetados por medidas governamentais poderiam exercer sua atividade profissional com relativa autonomia.

Uma vez que o rompimento não teve como cerne conflitos pessoais ou grandes fissuras acadêmicas, algo que pode ser comprovado pelo grande número de intelectuais do CEBRAP que contribuíram com alguma frequência na revista editada pelo CEDEC, ou com participações em seminários organizados pelo mesmo, cabe questionar as razões que levaram à fundação de outro centro intelectual com propósitos semelhantes na capital paulista em fins da década de 1970.

Em um livro²¹⁴ cujo objeto principal é o CEBRAP, Bernardo Sorj afirma ser o CEDEC uma tentativa de atualizar os temas desenvolvidos pelos intelectuais ligados aos estudos sociológicos e políticos oriundos da Escola Paulista de Sociologia. Ainda segundo o autor, o contexto da redemocratização política do país colocou novos problemas que, para serem desenvolvidos, exigiram até mesmo do próprio CEBRAP uma nova proposta de revista acadêmica, a *Novos Estudos*, inaugurada em 1981.

A influência do contexto da Abertura política sobre a fundação do CEDEC chega à própria estrutura financeira que o Centro constrói, em contraste, por exemplo, com as dificuldades encontradas pelos fundadores do CEBRAP. Enquanto este precisou, para ser fundado em 1969, de um significativo e polêmico apoio financeiro da Fundação Ford²¹⁵ e, mais tarde, dependeu de constantes encomendas de pesquisas realizadas por empresas privadas, o CEDEC beneficiou-se de um ambiente mais flexível e engajado no Brasil, e em São Paulo em particular, onde o CEDEC construía boa parte de seus vínculos com movimentos organizados, que marcaram o período da Abertura política. O apoio financeiro do qual necessitava foi conseguido junto a uma fundação estrangeira, a Fundação Friedrich Ebert - conhecida por seus vínculos com partidos social-democratas da Europa, em

²¹³ SORJ, Bernardo. **A Construção Intelectual do Brasil: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

²¹⁴ Ibid.

²¹⁵ Cf.: PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990; Bernardo SORJ. **A Construção Intelectual do Brasil: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

especial o alemão - com a Comissão Justiça e Paz, ligada nacionalmente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e regionalmente à Arquidiocese de São Paulo, e com o Conselho das Igrejas Cristãs²¹⁶. Essa estrutura reflete um ambiente de maior mobilização da sociedade, onde cabe destacar o papel de organizações religiosas, em torno da luta contra o regime.

A *Revista de Cultura & Política*, por sua vez, não restringia os debates que promovia e artigos que publicava a discussões herméticas ao campo das ciências políticas. A revista, ao contrário, procurava se abrir o máximo possível para a sociedade ao seu entorno, embora sua comissão editorial fosse majoritariamente formada por acadêmicos que tinham por objeto, de algum modo, a política.

Francisco Weffort, apesar de ser o presidente-diretor do instituto recém-inaugurado, não fazia parte da comissão editorial. Esta era formada pelos nomes de Braz José de Araújo, Eduardo Kugelmas, Elifas Andreato, Fábio Munhoz, José Álvaro Moisés, Marilena Chauí, Perseu Abramo e Silvio Batusanschi. Braz José de Araújo é o coordenador da revista. Tal como Marilena Chauí, concluiu o doutorado no início da década de 1970, ingressando na Universidade de São Paulo logo depois. Eduardo Kugelmas obtém o mestrado em sociologia em 1978, na França. No mesmo ano era também pesquisador do CEBRAP. José Álvaro Moisés, jornalista responsável pela revista obtém o título de doutor pela universidade paulista no ano anterior. Orientando de Francisco Weffort, ajuda a fundar o CEDEC. Também Fábio Munhoz e Silvio Batusanschi são oriundos das ciências sociais e ajudam a dar o tom da revista: uma revista de intelectuais, especialmente preocupados com o contexto político brasileiro.

Completam a comissão editorial Perseu Abramo e Elifas Andreato, responsáveis por dar à revista uma tonalidade diferente, talvez um pouco menos acadêmica. O primeiro, editor da Folha de São Paulo, o segundo, artista plástico responsável pela arte de diversas produções culturais que variam desde a música, à literatura e ao teatro, passando por jornais e revistas que tinham nítido caráter opositor, como a revista *Argumento*, os semanários *Movimento* e *Opinião*²¹⁷. O editor deste último semanário, que era um importante espaço de difusão de um

²¹⁶ PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990. P. 266.

²¹⁷ Informações obtidas na internet: www.elifasandreato.com em 24 de setembro de 2009, no currículo lattes dos autores e nos livros: Elio GASPARI. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; Paulo MARKUN. **O Sapo e o Príncipe**: personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

discurso crítico ao regime militar, Fernando Gasparian, eventualmente substituiu Perseu Abramo na comissão editorial, o que confirma a manutenção de uma política orientada para a construção de um diálogo entre a comunidade acadêmica envolvida no projeto do CEDEC com a sociedade que se mobilizava em oposição ao governo militar.

Tomados em seu conjunto, os debates que permearam os meios universitários brasileiros, e em particular os paulistas, conjugavam uma determinada gama de conceitos e vocábulos a partir dos quais era possível pensar e agir sobre a realidade política do país. A fundação de um novo centro de estudos, o CEDEC, sugere que a revista conforma uma tentativa de intervenção política por meio da discussão no campo conceitual. Portanto, é útil para a presente pesquisa na medida em que permite a análise de diversos artigos que, por estarem em um mesmo contexto de preocupações, temas e conceitos, pode ser analisado como um todo, ainda que permeado por debates, diferenças e conflitos.

De fato, se usado como recorte cronológico dessa pesquisa, o período durante o qual a revista foi publicada, de julho de 1978 a junho de 1982, abarcou momentos importantes do processo de redemocratização do país. Desde o fim do AI-5, no último dia de 1978, passando pela anistia política, pelo fim do bipartidarismo, pela conseqüente formação de novos partidos e por dois processos eleitorais. Um deles, o de 1982, incluiu a escolha direta para governadores estaduais em todo o país e tornou possível a eleição de importantes nomes da oposição, tais como Franco Montoro em São Paulo, Tancredo Neves em Minas Gerais e Leonel Brizola no Rio de Janeiro, sendo, os dois primeiros, membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, o terceiro, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). A partir desse momento, segundo Fernando Abrucio²¹⁸, a Abertura entra em uma nova fase, em que ganham peso as negociações entre as principais lideranças políticas da oposição com interlocutores do regime. Até certo ponto de maneira coincidente, essas datas conferem ao tempo de publicação da Revista uma delimitação cronológica bastante consistente.

Há certo consenso com relação à demarcação temporal no que se refere à primeira fase da Abertura. Delimita-se esta entre a posse de Ernesto Geisel, em 1974, e as eleições diretas de 1982. Dentre a diversidade de fatos e inúmeros

²¹⁸ ABRUCIO, Fernando. **Os Barões da Federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

acontecimentos políticos relevantes, tem este período como denominador comum o engajamento do governo em um projeto de distensão política que inauguraria uma nova fase do regime. Dentre os estudos desse período, há algumas divergências quanto ao processo histórico que o referido projeto representava.

Maria Celina d'Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares sugerem que, para o propósito de análise da Abertura, os conceitos de liberalização e democratização sejam diferenciados entre si²¹⁹. O primeiro contemplaria elementos da tradição liberal que garantissem a proteção do indivíduo perante o Estado, ao passo que o segundo implicaria em uma real transferência de poder político. O projeto proposto pelo governo encabeçado por Geisel teria se concentrado majoritariamente na liberalização política. No entanto, tomada em seu conjunto, a Abertura política e a redemocratização do país não poderia ser compreendida apenas do ponto de vista da liberalização do regime, mas também como um processo de democratização, que escaparia desse modo ao controle do regime.

A idéia de que a Abertura era, em seu início, a institucionalização de um governo militar encontra respaldo nos meios acadêmicos, embora com ligeiras diferenças de abordagem. Maria Helena Moreira Alves, em seu conhecido livro *Estado e Oposição no Brasil*²²⁰, procura analisar o regime militar por meio de uma dialética entre Estado e oposição, no qual o movimento inicial que desencadeia tal relação é a tentativa de institucionalização do regime militar. Tal dialética seria, nesse sentido, responsável pelas diversas fases do período militar. Desse ponto de vista, ao mesmo tempo em que a terceira fase, ou seja, o momento de distensão política, que é demarcado a partir da posse de Geisel e, principalmente, das eleições de 1974, é compreendida como mais uma etapa de institucionalização do regime, permanece em aberto a possibilidade de desencadeamento de um processo não controlado pelo governo.

Maria d'Alva Kinzo²²¹ chama a atenção para a necessidade de um processo de abertura controlado por parte do regime, que marcou a primeira fase da Abertura, que, segundo ela, também vai até 1982. Neste, as eleições seriam o principal canal de manifestação da oposição, ao passo que o governo lidaria com

²¹⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. Introdução. IN: **A Volta aos Quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

²²⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984..

²²¹ KINZO, Maria D'Alva. **A democratização brasileira** – um balanço do processo político desde a transição. São Paulo: perspec. v. 15, n. 4, outubro - dezembro 2001.

as oposições extremadas à direita e à esquerda durante um período de relativa bonança econômica. Com diferentes abordagens teóricas, pode-se dizer que a primeira fase é interpretada por diversos autores como uma tentativa de legitimação, ou institucionalização, do poder militar após um processo de liberalização no qual mesmo eleições regulares seriam gradualmente toleradas.

Para Carlos Arturi, a posição de relativa tolerância do regime perante o grande aumento da oposição nas eleições de 1974 foi em si parte da estratégia de distensão organizada pelo grupo militar em torno dos generais Ernesto Geisel e Golberi do Couto e Silva²²², ainda que seu resultado não tenha sido previsto e, portanto, tenha pegado o regime de surpresa em um momento em que o crescimento econômico ainda se mostrava vigoroso. Prova de que novos resultados como esse poderiam abalar o projeto governista foi a seqüência de casuísmos eleitorais que objetivaram reduzir o então já previsível crescimento oposicionista.

Desse modo, a Lei Falcão foi usada nas eleições municipais de 1976 com o propósito de não torná-las um palanque oposicionista em que temas nacionais pudessem ser abordados e difundidos. O Pacote de Abril, por sua vez, cumpriu o importante objetivo de criar um ambiente institucional no qual a importância do apelo popular que havia sido conquistado pelo MDB fosse diminuída e não se transformasse em uma maioria absoluta da oposição no Congresso que elegeria de forma indireta o presidente da República para o período de 1979-1984.

Sebastião Velasco Cruz faz a avaliação de que Abertura política foi, em seu início, a retomada do projeto castelista, ou, como prefere o autor, sorbonista, que havia inicialmente se desenhado no meio militar²²³, ainda que com significativas diferenças dadas pelo desenvolvimento histórico do regime. Desse modo, se inicialmente um modelo político liberal com relativa alternância de poder poderia ter sido pretendido, o que se queria na Abertura, já após a outorga da Constituição de 1967 era a institucionalização do regime. Esse momento sucederia o período de

²²² ARTURI, Carlos. Transição Política e Consolidação da Democracia. IN: Maria Hermínia Tavares de Almeida (org.). **Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Hucitec, 1996.

²²³ CRUZ, Sebastião Velasco e; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da 'Abertura'. IN: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, TAVARES, Maria Hermínia (orgs.). **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

maior autoritarismo do regime, em que a opção da esquerda armada havia sido fragorosamente derrotada pelo governo.

Havia, portanto, a impressão de que a normalização do regime poderia ser implementada com relativa tranqüilidade, ao passo que a oposição parlamentar, que tinha no MDB sua referência, encontrou no viés eleitoral e no relativo diálogo com os sorbonistas a possivelmente única forma de proceder para um regime mais democrático. Instaura-se, desse modo, a dinâmica política e eleitoral que iria tecer o pano de fundo para o crescimento do MDB e para os casuísmos eleitorais e disputas internas ao regime militar.

É precisamente nesse contexto, ou, nessa dinâmica política, que se insere a fundação do CEDEC, do IDESP e mesmo a elaboração da nova revista do CEBRAP, *Novos Estudos*, em 1981. É interessante notar que o ano de 1974 marca também o ingresso de intelectuais do CEBRAP no cenário político brasileiro de forma mais clara. O líder da oposição, Ulysses Guimarães, convida Fernando Henrique Cardoso e outros intelectuais do CEBRAP para um seminário partidário. Após o sucesso do evento, os mesmos intelectuais e alguns outros, entre os quais Francisco Weffort, são convidados para colaborar com a formação do programa de governo que o MDB apresentaria à sociedade no ano em que obteve o surpreendente crescimento eleitoral.

A reputação adquirida no início da década de 1970, a pesada crítica ao desenvolvimento brasileiro e do nacionalismo conferiu a esses intelectuais uma crescente legitimidade social. A partir de meados dos anos de 1970, a atuação acadêmica desses intelectuais começa a transformar-se em atividade política de caráter mais direto, seja por meio de publicações na grande imprensa ou na alternativa, seja por meio de relações cada vez maiores com movimentos sociais e partidos políticos. Nesse sentido, interessa discutir as contribuições que sua participação política trouxe ao leque conceitual que ajuda a configurar a experiência do processo de redemocratização do país.

A revista teve dois números sob o título de *Revista de Cultura Contemporânea* e oito números sob o título de *Revista de Cultura & Política*. Nela encontram-se artigos variados sobre o contexto político brasileiro - como a liberdade de imprensa; movimentos sociais; e bandeiras políticas, como a da reforma agrária - sobre história, debates sobre temas contemporâneos e artigos estrangeiros traduzidos. O presente capítulo analisará a discussão sobre o que os

autores denominam como a crise política brasileira, desenvolvido em um debate feito em 1978 e reproduzido no segundo número da revista e que corrobora com a tese de que o contexto político brasileiro era um tema central à Revista.

A escolha tem um objetivo: trata-se de analisar a percepção que esses intelectuais têm do momento que vivem para que seja possível, em função das questões mesmas que esses intelectuais colocam, entender o significado, ou o sentido, de outros conceitos desenvolvidos nos artigos restantes e sua função na experiência política e histórica por eles vivenciada. Antes, contudo, é importante analisar como a revista incorpora a crítica ao conceito de desenvolvimento que se desenvolvia no âmbito do CEBRAP em resposta ao contexto do Milagre econômico que aumentava a já flagrante desigualdade social no país. O esvaziamento desse conceito responde por alguns desdobramentos da leitura realizada pelos intelectuais do CEDEC com relação ao período de Abertura política, que, como veremos, está por trás da própria fundação do instituto.

3.2. A narrativa em crise

O conceito de desenvolvimento econômico havia sido fundamental para a compreensão do período do Milagre Econômico no contexto de crítica ao nacionalismo desenvolvimentista. É relevante, portanto, que se questione de que forma esse conceito surge na revista que é objeto de análise deste trabalho, em um momento em que o milagre já dava sinais de esgotamento. Ou seja, de que modo esse novo momento econômico influi na concepção de modernização desenvolvida pelo centro, tendo em vista que esse conceito é um importante ponto de contato com a gama de conceitos criticados pela Escola Paulista.

A herança das críticas elaboradas pela Escola Paulista desde os anos de 1950 às propostas nacionalistas e que se fortalecem após o golpe de 1964, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista de análise social e econômica do país, demonstra uma aproximação com as produções do CEBRAP. Ao menos quatro artigos publicados na revista ao longo do seu período de publicação dialogam de alguma forma com a questão do desenvolvimento econômico e do milagre brasileiro.

O primeiro artigo é do sociólogo Bernardo Sorj. Trata-se de uma análise preliminar de uma pesquisa que estava em desenvolvimento e já havia sido

recentemente apresentada na forma de um seminário no próprio CEDEC. O título do artigo é *Estrutura agrária e dinâmica política no Brasil atual*²²⁴, publicado no primeiro número da *Revista de Cultura e Política*, de agosto de 1979. No mesmo número é publicado um artigo assinado por Werner Würtele, pesquisador do instituto alemão InWent, parceiro em diversos projetos da fundação Friedrich Ebert, que chegou a colaborar financeiramente para a fundação do CEDEC, intitulado *Volkswagen no Brasil: ajuda ao desenvolvimento?*. O terceiro artigo foi publicado na *Revista de Cultura e Política* número 4, correspondente aos meses de fevereiro, março e abril de 1981, e é intitulado *Brasil: economia de capitalismo selvagem*²²⁵, de autoria de Régis Castro de Andrade, orientando de Francisco Weffort. O quarto artigo é de autoria de John Humphrey, autor canadense envolvido na luta pelos direitos humanos, e foi traduzido pelo mesmo Régis Castro de Andrade. O título do texto é *A fábrica moderna no Brasil*²²⁶, publicado no trimestre de abril, maio e junho de 1981, no quinto número da revista.

Ao pensarem temas diferentes, embora complementares, os quatro artigos não deixam de conferir interpretações ao período marcado pelo forte desenvolvimento econômico e conhecido como o do Milagre brasileiro. O objetivo desse trecho do capítulo é analisar os significados do conceito de desenvolvimento após um período de intensas críticas, como o foi a década de 1970. A análise ajuda também a compreender como o tempo presente é concebido na Revista.

O primeiro ponto a ser destacado é o compartilhamento de argumentos importantes na desconstrução do nacionalismo-desenvolvimentista produzidos ao longo das décadas de 1960 e 1970, tal como apontado na seção anterior. O artigo de Régis Castro de Andrade é provavelmente o que realiza esse diálogo de forma mais direta. Seu objetivo é analisar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, para alcançá-lo, o autor lança mão de uma metáfora: o Brasil seria a terra do capitalismo selvagem. Logo no início de seu artigo, o autor afirma:

²²⁴ SORJ, Bernardo. *Estrutura Agrária e Dinâmica Política no Brasil Atual*. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, agosto, 1979.

²²⁵ ANDRADE, Regis de Castro. *Brasil: economia de capitalismo selvagem*. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. Ano 3, n. 4, fevereiro - abril, 1981.

²²⁶ HUMPHREY, John. *A Fábrica Moderna no Brasil*. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. Ano 3, n. 5, abril – junho, 1981.

“Metaforicamente, o Brasil é uma das fronteiras do mundo capitalista. É uma terra de ninguém a ser conquistada pelas armas e transformada num negócio rentável. [...] Qualquer que seja o ponto de vista, trata-se de uma experiência de capitalismo selvagem.”²²⁷

Logo após, afirma:

“Crescimento econômico acelerado e pobreza persistente – eis uma das características contraditórias do caso brasileiro. É interessante observar que, nas últimas décadas, o Brasil é um exemplo raro de transição bem sucedida para a modernidade capitalista. Como foi possível isso no ambiente internacional hostil do século vinte?”²²⁸

A associação entre a modernidade e o capitalismo selvagem surge, portanto, logo no início de seu argumento. A estrutura temporal presente no conceito de modernidade, tão cara aos intelectuais nacionalistas, surge com um viés pessimista e negativo. Sob esse prisma, o foco de sua análise é o recente processo de desenvolvimento, conforme afirma pouco adiante em seu texto:

“A primeira parte deste artigo é uma introdução descritiva às origens da economia brasileira moderna, desde os anos 30 até a crise econômica de 1962-1967. A seção seguinte analisa o ‘modelo brasileiro’. A parte três aborda o ‘boom econômico’ de 1968-1973 (o ‘milagre brasileiro’) e sua evolução recente. A última tece algumas considerações sobre as perspectivas da economia brasileira à luz das análises prévias.”²²⁹

A transcrição evidencia dois pontos relevantes de sua argumentação. Primeiro, o conceito de modernidade está intimamente associado à esfera econômica, mais precisamente ao desenvolvimento do capitalismo. Em segundo lugar, essa modernidade é uma característica da economia brasileira não apenas do período recortado de 1968 a 1973, objeto central de sua análise, mas tem suas origens nos anos de 1930. Esse recorte histórico não será utilizado apenas em seu artigo, sendo recorrente em toda a revista. O desenvolvimento, tal como na crítica desenvolvida pelos autores do CEBRAP, é visto como um processo de acúmulo de capital, sendo este o verdadeiro dinamizador do processo histórico brasileiro.

²²⁷ ANDRADE, Regis de Castro. Brasil: economia de capitalismo selvagem. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. Ano 3, n. 4, fevereiro - abril, 1981. P. 7.

²²⁸ Ibid. P. 7

²²⁹ Ibid. P. 8.

Não fica claro, contudo, que essa perversidade, própria do processo de modernização brasileiro, é uma característica de todo o processo ou apenas do período denominado por milagre brasileiro. Dada a centralidade que o artigo deposita neste último momento, presume-se que a selvageria à qual se refere o autor se manifesta ao menos com mais intensidade no período que se inicia em 1968. A experiência que se inicia, então, produz conseqüências teóricas importantes. Nesse momento o autor faz uma menção direta às hipóteses de estagnação, anteriores ao milagre:

“Essa visão nega a validade tanto da teoria do sub-consumo quanto da sub-poupança, que gozavam de alguma credibilidade na década de 60. De acordo com a primeira, a distribuição desigual da renda induziria fortes investimentos de capital, diminuiria a proporção dos salários no valor adicionado, reforçaria a concentração de capital e finalmente levaria à estagnação, à medida que a demanda contida de bens duráveis fosse satisfeita. [...] Ambas as teorias foram discutidas por Fishlow (1974); a segunda teoria mencionada foi criticada por Tavares e Serra (1972). Para os propósitos desse trabalho, é suficiente mencionar que as taxas de crescimento observadas no período 1968-1973 desautorizam a teoria da estagnação em qualquer de suas versões.”²³⁰

Régis Castro de Andrade cita, portanto, o famoso trabalho de Maria Conceição Tavares em que as teorias sobre a estagnação econômica são refutadas. O autor do artigo deixa claro seu propósito no trecho transcrito: cabe apenas notar que o período de desenvolvimento que tem início no final dos anos de 1960 torna as teorias que emergem da proposta de desenvolvimento do nacionalismo obsoletas. O texto de Werner Würtele, o então presidente da federação internacional dos trabalhadores metalúrgicos, também faz uma breve referência às teorias econômicas dos anos de 1950. Segundo ele:

“No caso do Brasil, tornou-se realidade o que muitos economistas dos anos 50 achavam impossível, ou seja, uma industrialização acelerada, malgrado as condições específicas do capitalismo dependente e apesar da crise em que o país entrou a partir dos anos de 1973/1974. Hoje, o desenvolvimento do Brasil não tem concorrentes na América Latina.”²³¹

Embora vaga, há uma referência às teorias da dependência, que enxergavam no lugar periférico assumido pela economia na ordem internacional um obstáculo

²³⁰ Ibid. P. 12.

²³¹ WURTELE, Werner. Volkswagen no Brasil. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, agosto, 1979.

ao desenvolvimento econômico e à modernização do país. Tal como no texto de Régis Castro, o artigo de Werner Würtele também chama a atenção para o impacto que o período recente de desenvolvimento trouxe para o campo intelectual brasileiro. De certa forma, entretanto, o autor dá razão aos autores da CEPAL, defensores de uma ação em prol do desenvolvimento industrial dos países periféricos. Reconhece, entretanto, e aí mostra um diálogo com a crítica elaborada por Fernando Henrique e Enzo Faletto, o caráter dependente da inserção internacional do país, mesmo que, agora, como produtor de manufaturas.

Tendo em vista essa perspectiva de desconstrução crítica das interpretações desenvolvimentistas forjadas no contexto do nacionalismo, a abordagem realizada por Bernardo Sorj no seu artigo *Estrutura agrária e dinâmica política no Brasil atual* é interessante por tentar atualizar o debate sobre a questão da reforma agrária na atualidade brasileira. O autor realiza uma crítica aparentemente direcionada aos teóricos nacionalistas, embora as referências do texto sejam vagas:

“A abordagem que vê no latifúndio uma barreira à penetração do capital tem pouca sustentação teórica ou empírica. A modernização da agricultura não implica necessariamente na destruição do latifúndio. Num país onde já se desencadeou um processo de industrialização capitalista, o problema não se encontra na alternativa entre a manutenção da estrutura fundiária ou sua transformação, mas na forma específica que assumirá o desenvolvimento capitalista”²³²

Ou ainda:

“A agricultura do capitalismo periférico, onde o camponês tradicional ainda continua sendo geralmente o contingente mais importante da população rural, passou a ser igualmente re-analisada e antigas concepções questionadas. Assim, frente às explicações tradicionais que enfatizavam a importância do latifúndio na permanência das relações pré-capitalistas de produção, novos estudos sugerem a adequação das estruturas tradicionais à acumulação do capital”²³³

A reforma agrária, possivelmente a mais famosa reforma de base proposta ao longo do governo liderado por João Goulart, descola-se do processo de modernização a partir da experiência de penetração do capitalismo no setor agrário brasileiro. Novamente, o desenvolvimento econômico ocorrido durante o

²³² SORJ, Bernardo. *Estrutura Agrária e Dinâmica Política no Brasil Atual*. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, agosto, 1979. P. 19.

²³³ *Ibid.* P. 20.

período militar é interpretado como um momento importante de mudanças estruturais na sociedade brasileira. O suficiente para exigir um esforço intelectual redobrado para que a atualidade brasileira seja devidamente compreendida. Nesse caso, o ponto central é a histórica bandeira política da reforma agrária e sua suposta relação com o desenvolvimento do país:

“Possivelmente a reforma agrária não tinha apoio suficiente dentro da própria burguesia industrial-financeira, nem existiam condições ideológicas ou políticas para promover uma reforma agrária. Dentro deste contexto a política econômica do governo [militar] para o setor agrário, se caracterizou por um influxo de créditos subsidiados e incentivos à modernização, sem realizar transformações institucionais na estrutura de propriedade. Durante uma década, de 1967 a 1977, o governo procurou incentivar a modernização do latifúndio.”²³⁴

O argumento nacionalista de que a modernização brasileira deveria contar com a colaboração dos setores dinâmicos da sociedade brasileira, ou seja, que deveria ser protagonizado por uma aliança de classes sociais, é descaracterizado. A penetração do capitalismo no campo brasileiro prescindiu da reforma agrária. Pode-se dizer que essa constatação deriva, ou ao menos reforça, as críticas elaboradas por grupos que se consideravam à esquerda do PCB com relação à aproximação deste com os setores nacionalistas.

Ainda segundo Sorj, o desenvolvimento no campo mostrou uma realidade diferente:

“Se bem existe uma penetração crescente do capitalismo na agricultura, esta penetração, em vez de determinar a extinção de formas de produção não-capitalistas, gera conjuntamente com empresas capitalistas um campesinato pauperizado, com características de exército de reserva, dada sua importância decrescente como abastecedor de alimentos. Por sua vez, o setor capitalista inclui tanto empresas onde reinam as relações de produção capitalistas como unidades de produção altamente capitalizadas, que praticamente não utilizam trabalho assalariado.”²³⁵

Posteriormente, afirma ainda:

“Se por um lado são claras as perspectivas de manutenção de um campesinato tradicional pauperizado, por outro lado a capitalização crescente da

²³⁴ Ibid. P. 23.

²³⁵ Ibid. P. 19.

agricultura não implica num aumento substancial das relações de produção capitalistas.”²³⁶

Portanto, o desenvolvimento rural, entendido enquanto a penetração do capitalismo nesse meio, não eliminou outras formas de atraso social, não capitalistas. O desenvolvimento econômico surge desatrelado de outras formas de desenvolvimento da sociedade. A peculiaridade da modernização recente do Brasil é justamente a convivência entre setores atrasados e modernos em uma dinâmica que permitiu o surgimento de uma modernidade perversa, intensificada durante o Milagre brasileiro.

Tal perversidade é caracterizada pelos autores de formas variadas e não excludentes entre si. O texto de Werner Würtele aponta duas em especial:

“A atual posição dominante das multinacionais fica evidente em uma análise feita entre as 200 maiores indústrias ativas no Brasil: no setor de bens de consumo duráveis, as multinacionais têm uma participação de 100% na produção [...] No faturamento de indústria manufatureira, as multinacionais têm 50% de participação.”²³⁷

Ou como surge pouco adiante em seu texto:

“Evidentemente, seria necessária uma outra forma de industrialização, para que se pusesse um fim à crescente marginalização de amplas partes da população.”²³⁸

Marginalização de amplas partes da população e submissão aos interesses das multinacionais são dois temas recorrentes. A pesada desigualdade social encontra respaldo em todos os textos presentes na Revista que de algum modo lidam com o desenvolvimento brasileiro. A permanência de um campesinato rural pauperizado, como argumenta Bernardo Sorj, surge como uma característica marcante do atual setor agrário nacional. Também Régis Castro de Andrade aponta a pobreza como um traço marcante do Milagre:

“De qualquer forma, os salários não incorporavam os enormes ganhos de produtividade gerados nos últimos anos. [...] A crescente massa de mais valia – ou

²³⁶ Ibid. P. 22.

²³⁷ WURTELE, Werner. Volkswagen no Brasil. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, agosto, 1979. P. 67

²³⁸ Ibid. P. 71.

lucros totais – foi redistribuída segundo linhas determinadas pelas condições de mercado e pelas políticas governamentais beneficiando os estratos de alta renda.”²³⁹

Ou ainda:

“As cidades resumem o país. Trabalhadores industriais, empregados domésticos, desempregados, semi-empregados, todos eles fazem parte de uma imensa, sempre crescente massa de pessoas dentro e ao redor das cidades. Eles não constituem grupos sociais em transição, como pretendem alguns. Expressam a peculiar combinação de condições pré-capitalistas e de condições capitalistas altamente desenvolvidas na formação histórica brasileira. Nesse tipo de formação, a mobilidade social vertical é ilusória: a pobreza urbana nada mais é do que a reciclagem da indigência rural.”²⁴⁰

Não há transição em direção à modernidade no processo de migração do campo à cidade. Novamente, uma crítica às interpretações de que o Brasil estaria se modernizando em diversas esferas da vida societária em seu processo de desenvolvimento. A atualidade brasileira, tal como concebida nesses artigos, resume um modelo de desenvolvimento que combina pobreza e riqueza, atraso e avanço. Seu diagnóstico sobre as multinacionais pode ajudar a esclarecer determinados pontos de seu texto:

“a internacionalização da economia brasileira não implicou em estagnação econômica. Pelo contrário, essa foi a forma que assumiu a rápida acumulação de capitalismo no país. Também não é certo que esse fenômeno tenha levado à completa submissão às multinacionais ou a governos estrangeiros. Operou aí um tipo de dialética: a internacionalização acompanhou-se do fortalecimento de interesses locais (senão nacionais). A análise das tendências mais recentes realizadas na última seção, sugere a possibilidade de alteração desse processo.”²⁴¹

A seção à qual o autor se refere no trecho transcrito analisa a crescente desigualdade social e também a construção de dois cenários opostos: o primeiro marcado pela pobreza da população camponesa e o segundo pela riqueza das populações urbanas. Nesse sentido, a internacionalização à qual o autor se refere parece ser um processo econômico anterior ao Milagre brasileiro. Nesse caso, as tendências sociais resultantes desse momento particular de desenvolvimento

²³⁹ ANDRADE, Regis de Castro. Brasil: economia de capitalismo selvagem. IN: **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. Ano 3, n. 4, fevereiro - abril, 1981. P. 12.

²⁴⁰ Ibid. P. 19.

²⁴¹ Ibid. P. 20.

poderiam alterar uma lógica de não submissão às multinacionais que havia caracterizado o crescimento econômico brasileiro até o período em questão. É nesse sentido que o autor afirmara anteriormente no texto:

“Evidências históricas específicas, um resumo das quais foi apresentado na primeira parte, demonstram que no Brasil foi necessário a prévia consolidação do Estado para que a rápida industrialização, incorporando capital estrangeiro, pudesse realizar-se. [...] O desenvolvimento é no Brasil um processo ambivalente. Ele não eliminou o elemento de dominação inerente às relações centro-periferia; ele apenas modificou suas formas e modos de operação. Mas à medida que o desenvolvimento pressupunha a constituição de um sistema local de poder, lutando no plano internacional para o controle de uma riqueza interna crescente, ele trouxe à baila a questão nacional. Para uns, essa questão exprimiu-se em sonhos de futura Grande Potência. Outros preocuparam-se com a subordinação dos esforços produtivos nacionais aos interesses multinacionais.”²⁴²

Novamente o diagnóstico da perversidade da modernização brasileira distingue duas posturas diferentes de uma elite nacional enriquecida com relação ao desenvolvimento do país. Uma postura de subordinação aos interesses multinacionais e outra de crença na futura *Grande Potência*. Essa distinção pode se manifestar também em um sentido histórico: a subordinação dos esforços produtivos nacionais aos interesses multinacionais são elementos das escolhas recentes do desenvolvimento brasileiro. Cabe notar também que a questão nacional surge, no trecho, de forma historicamente localizada. Faz parte de um momento próprio do desenvolvimento brasileiro e é explicado sem delongas como uma tensão entre duas tendências que surgem a partir do incremento de produção de riquezas em território nacional.

O desenvolvimento surge nos artigos da Revista de forma perversa e central na caracterização da atualidade brasileira. De que maneira, contudo, essa atualidade se distingue dos períodos anteriores?

A distinção entre o tempo anterior a 1968, ou, mais especificamente, 1964, e o que se segue à data de publicação do artigo, nem sempre é um traço do texto de Régis ou das análises da modernização brasileira. Por vezes, mesmo o período que se inicia em 1930 e segue até a atualidade do autor são vistos sob uma base comum, como já sugere a divisão que o mesmo realiza em seu texto. Por exemplo:

²⁴² Ibid. P. 12.

“É verdade que o gasto de capital do governo não é contínuo em relação às indústrias individuais. Setores distintos são ativados em momentos diversos. Mas o impacto global dos investimentos estatais é muito grande e permanente. Esses investimentos não são apenas medidas paliativas, empregadas neste ou naquele momento. Eles são componentes do complexo mecanismo de crescimento em todas as suas fases.”²⁴³

A atualidade brasileira é marcada por uma perversidade bastante particular. Embora a presença do Estado seja uma constante, sua atual inserção na sociedade brasileira e nos processos históricos a esta ligados possuem algumas particularidades:

“Estabeleceu-se um regime autoritário no qual o Congresso e os sindicatos praticamente não atuavam. Entretanto, esse regime não era uma mera ditadura militar. Esse novo regime expressava o crescente poder político, ao nível do Executivo, da grande burguesia industrial associada aos altos escalões da tecnocracia estatal e da alta oficialidade militar.”²⁴⁴

Entretanto, são claras as limitações do conceito de desenvolvimento para particularizar a atualidade brasileira com relação ao seu passado. A começar pelo fato de que esse passado já não está tão bem definido. Seria passado apenas o período do nacionalismo-desenvolvimentista, ou também a ditadura militar em seu período mais repressivo? O que caracteriza o presente? O conceito de desenvolvimento não mais é uma referência para a organização do tempo.

Os argumentos apresentados na revista indicam uma continuidade nas críticas ao modelo econômico promovidas pelo CEBRAP. O conceito de desenvolvimento, nesse contexto, adquire um tom extremamente negativo, e aponta para um horizonte de expectativas ditado pelo desenvolvimento capitalista promotor de desigualdades sociais, miséria e autoritarismo, ao contrário do significado que o mesmo conceito adquiria nos escritos isebianos.

Manutenção da dependência junto com o desenvolvimento industrial; compreensão do conceito de desenvolvimento como o de expansão do capitalismo; o conceito de modernização como sinônimo de adequação das estruturas sociais à economia capitalista, e não como um progresso em direção às estruturas sociais identificadas com a cultura ocidental; relação entre forças sociais do atraso e do moderno no processo de desenvolvimento; esvaziamento de

²⁴³ Ibid. P. 15.

²⁴⁴ Ibid. P. 11.

marcos cronológicos, em especial o golpe de 1964, como estratégia para dar ênfase à continuidade do processo histórico brasileiro desde a década de 1930 até os dias atuais, tendo por fio condutor a expansão do capitalismo; crítica às concepções nacionalistas do desenvolvimento, que supervalorizavam o conflito entre o estrangeiro e o nacional, fortalecendo o Estado sem perceber que a lógica de classes se sobrepunha àquela do nacionalismo; todos esses pontos, presentes na crítica ao conceito de desenvolvimento do nacionalismo-desenvolvimentista permanecem no conceito de desenvolvimento usado na revista. Há também, a desvalorização desse desenvolvimento enquanto dinâmica histórica capaz de levar o país a um futuro valorado positivamente.

O desenvolvimento, por esse prisma, não pode mais ser tido como referência na análise histórica brasileira, pois não gera as rupturas tão esperadas por agentes sociais dispostos a transformar a situação social do país. O futuro só poderá ter uma coloração diferente se o atual processo histórico for lido de outra forma. O desenvolvimento, portanto, perde espaço não apenas por causa da crise econômica que começa a assolar o mundo e o país no fim da década de 1970, mas também porque o crescente engajamento político desses intelectuais pedia uma nova narrativa do passado.

A narrativa em crise já não era suficiente para pensar a atualidade brasileira em suas particularidades e a partir das demandas que esses intelectuais colocavam a essa mesma atualidade. Chega-se, portanto, aos objetivos da Revista: desenvolver uma narrativa da atualidade brasileira sobre outros parâmetros, que incorpore a tradição da Escola Paulista, mas também que esteja sujeita à intervenção. As efetivas mudanças no cenário político dividem com a mudança de postura desses intelectuais a responsabilidade pela percepção de que o regime militar passava por um novo momento. Não é apenas o objeto que muda, mas também o olhar sobre ele lançado.

3.3. A narrativa da crise

No segundo número da revista, de janeiro de 1979, é publicado um debate que havia sido realizado em maio de 1978 em torno do tema da crise política pela qual passava então o país. O debate foi o primeiro de alguns outros que, de alguma maneira, teriam por tema a democratização da sociedade brasileira.

Dentre os participantes do debate, destaco Francisco Weffort e Marilena Chauí, ambos os membros permanentes do CEDEC. Respondendo a questão proposta, que indagava sobre a natureza da crise política brasileira, Weffort responde que, antes de tudo, é importante notar que a sociedade brasileira vive uma crise em um sentido mais longo, uma crise institucional, ou de hegemonia, para a qual a própria ditadura foi uma resposta. Essa resposta, por sua vez, encontra-se em uma crise, de caráter conjuntural. Sobre ela afirma Weffort:

“Eu diria que há um impasse pelo lado do regime no sentido de que me parece que há um cansaço das Forças Armadas como instituição que assume as responsabilidades do poder, sem necessariamente exercê-lo. Além disso, os mecanismos políticos criados pelo regime, ou seja, a Arena, certas soluções institucionais, arranjos parlamentares etc., se revelam a meu ver em amplas medidas, um fracasso. Por outro lado, há a política de distensão proposta pelo atual Presidente da República que se revelou, na melhor das hipóteses, como um êxito parcial. O que significa dizer que continuamos como antes, numa situação de equilíbrio entre forças que empurram no sentido de um endurecimento regressivo do regime e forças que empurram no sentido de uma retirada das Forças Armadas da posição ostensiva que ora ocupam dentro do jogo. Portanto, o regime nem pode se converter plenamente numa ditadura, nem pode proceder com segurança, a uma abertura lenta e gradual.”²⁴⁵

E complementa:

“Pelo lado das oposições, eu acho que também se configura uma situação de impasse que se revela em duas dimensões, a meu ver, fundamentais. Em primeiro lugar está a alta direção do MDB, que confere à temática das oposições em geral, uma orientação estritamente político-institucional num nível que não tem sido capaz de entroncar com os movimentos efetivos da sociedade civil. Em segundo lugar, os movimentos que ocorrem dentro da sociedade civil, só têm alcançado ressonância, enquanto sejam capazes de traduzir a sua mensagem nos mesmos termos político-institucionais. Neste sentido, a temática das oposições não assume uma conotação social e só precariamente assume uma conotação econômica. [...] Tudo isto significa que as oposições, não obstante tenham crescido muito, não passam de um horizonte estritamente liberal clássico nas suas propostas. Significa que elas também são frutos da velha crise institucional. Significa que há uma crise das instituições do Estado, na qual as próprias oposições emergem, e à qual não sabem dar resposta, e se comportam como se fosse ainda possível uma alternativa de tipo liberal clássico.”²⁴⁶

Ao referir-se à crise de hegemonia, o autor remete a situação de autoritarismo ao problema por ele analisado nos artigos publicados na década de

²⁴⁵ **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: CEDEC; Paz e Terra. Ano 1, n. 2, janeiro, 1979. P. 44.

²⁴⁶ *Ibid.* Pp. 44-45.

1960. Do ponto de vista estrutural, a situação de autoritarismo se mantém graças a uma crise que, por não se resolver, fomenta uma hegemonia do Estado perante a sociedade. Por meio do conceito de bonapartismo, forjado por Marx em seu clássico trabalho intitulado *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*²⁴⁷, Weffort entende que o país, desde 1930, vive um período em que nenhuma classe social consegue exercer sua hegemonia, de modo que o Estado adquire uma preponderância sobre a sociedade.

Mesmo reconhecendo o importante papel desempenhado pelo Estado nesse momento no que se refere ao crescimento econômico e ao desenvolvimento, a situação de crise de hegemonia e de autoritarismo é caracterizada acima de tudo como uma situação de continuidade, de estagnação, de impedimento de mudanças. Isso porque, como já foi analisado, o conceito de desenvolvimento perde a função que por tanto tempo desempenhou, de conceito base da progressão histórica da sociedade brasileira.

Diferente é a crise pela qual passa a oposição. Essa deriva de sua incapacidade de produzir um desfecho que construa uma alternativa à situação de preponderância do Estado. A alta direção do MDB sugere uma atuação que se restringe à esfera político-institucional, retornando, dessa forma, a um liberalismo de tipo clássico que se identifica, na narrativa de Weffort, com o liberalismo oligárquico da República do início do século. A dificuldade de se fugir dessa tradição evidencia os fortes obstáculos que o autor acredita terem de ser superados para que o Brasil consiga se modernizar e construir uma democracia em seu sentido denso.

Desse ponto de vista, Marilena Chauí reproduz a sensação de Weffort. A sensação de dificuldade em gerar rupturas dentro do ambiente de crise. Há um limite de ação por parte dos agentes políticos, dado pelas tradições e pela sociedade brasileira:

“O que eu vejo é uma harmonia entre a linguagem e a ação do Estado, isto é, o que este entende por abertura se reduz a um arranjo de novas formas para manter a dominação sem alterar o regime em qualquer ponto essencial. Afinal, as ‘reformas’ (e nisto arenistas e emedebistas de todos os matizes concordam!) são propostas para realizar os ‘ideais de 1964’... ‘Ideais’ que algum anjo maléfico teria perdido no meio do caminho.”²⁴⁸

²⁴⁸ Ibid. P. 45.

Continua depois:

“incapacidade para inventar formas de ação novas capazes de evitar tanto o problema do efêmero quanto o risco de cair em formas tradicionais de organização de tipo autoritário (quero dizer, disciplinar e hierárquico). Sobretudo (e por isso mencionei o perigo da ilusão face à linguagem do Estado) parece não haver meio de escapar à força de certos aparelhos do Estado e da oposição institucionalizada que têm, sistematicamente, se apropriado das mobilizações, transformando o sentido dos temas reivindicatórios, neutralizando-os e postergando-os.”²⁴⁹

Michel Debrun, filósofo político, a época professor da Unicamp, que também participava do debate, enxerga no movimento operário uma tímida tentativa de ruptura. Entretanto, o tom geral manifesto na discussão é de pessimismo. Dentro desse contexto, os intelectuais envolvidos no debate projetam possibilidades de desfecho da crise.

Francisco Weffort, por sua vez, procura realizar uma previsão dos acontecimentos que deverão se seguir. As perspectivas futuras propostas por Weffort se baseiam, em grande parte, nas análises feitas por ele sobre acontecimentos políticos passados vividos pelo país:

“Em primeiro lugar, me ocorre a possibilidade de persistência do padrão de instabilidade atual. Em outras palavras, o próximo presidente pode vir a repetir as linhas gerais da política do presidente Geisel, tentando ampliar a distensão, mas sendo ao mesmo tempo contrastado por grupos de direita. Uma segunda possibilidade seria de um êxito maior do presidente ou da política que o presidente expressa no sentido da distensão, o que também não revela, do meu ângulo, demasiado otimismo, porque isso significaria uma transição para a democracia de cima para baixo. Em terceiro lugar, vejo a possibilidade de uma regressão. Na medida em que a situação atual se prolongue por muito tempo, é possível um processo de deterioração de certos setores decisivos de aparato de Estado no Brasil, não se excluindo novos golpes, contragolpes, etc...”²⁵⁰

Das três possibilidades, nenhuma opera com uma real possibilidade de ruptura política. O marcante pessimismo com relação às mudanças, entretanto, não é absoluto. É importante destacar que a própria fundação do CEDEC e a organização do debate são reações as quais os intelectuais envolvidos no Centro consideram um momento de inflexão na história política brasileira. O fato de a possibilidade ser remota não muda o engajamento ao qual se propõem, em um

²⁴⁹ Ibid. Pp. 45-46.

²⁵⁰ Ibid. P. 45.

tempo que colocava demandas que já não mais eram plenamente atendidas pelo CEBRAP. Essa foi, por exemplo, a razão dada por Octávio Ianni para se desligar do instituto, ao passo que Bolívar Lamounier optou pela fundação do *Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo*.

O pessimismo não anula o sentimento de mudança que impele a construção de novos recursos para lidar com uma situação diferente. Mesmo com a outorga do *Pacote de abril*, o cenário de crise do regime e de ascensão do MDB gera novas discussões sobre a possibilidade de construir um regime democrático. A questão que se coloca é o que pode ser efetivamente considerado uma democracia.

Os intelectuais engajados no debate e no CEDEC, usam o conceito de crise com o intuito de conferir ao projeto de distensão um significado histórico diverso daquele proposto pelo regime militar. Em sua dimensão conjuntural, o conceito de crise cumpre a função de dotar o projeto governamental de distensão um grau de imprevisibilidade e falta de absoluto controle. Retira-se, dessa forma, a capacidade de o regime empreender efetivamente seu projeto de institucionalização. A definição da crise, tal como formulada por Weffort, aponta para um impasse entre diferentes projetos e propostas de normalização da política brasileira após um período de dura repressão. O significado da crise cria, desse modo, um espaço de atuação em que a tradição pode encontrar dificuldades para se perpetuar. Desse modo, afirma:

“Eu tenho raciocinado, pelo menos para o que se refere ao momento atual, em termos de um tempo curto em que está aberta uma possibilidade de agir sobre a realidade. Esta possibilidade não está aberta para sempre. Há certos momentos em que se pode agir livremente, não livremente no sentido de que se peça permissão aos outros, mas no sentido de que nós somos de certo modo, donos do sentido da nossa ação. Passando o momento, não há mais o que fazer, quer dizer, entramos pelo século XXI adentro, com o que vier. E teremos passado em brancas nuvens. Este é o meu medo. A história oferece alguma chance de ação. Há momentos de grandes revoluções em que aparentemente tudo é possível. E há outros momentos que não são de revolução, que são conjunturas difíceis em que alguma tentativa de ação é possível. Além de um certo ponto, definiu-se o quadro, acabou, não há mais o que fazer. Para a nossa geração acabou. Eu sei que a história continua. Eu sei que para outros haverá, mas não para mim. E estou raciocinando nestes termos: qual é a possibilidade da ação no presente? Neste presente eu vejo um desafio que, no mínimo, é preciso enfrentar.”²⁵¹

²⁵¹ Ibid. Pp. 58-59.

A crise política pela qual passa o regime, que não se confunde com a distensão, só se tornaria um processo de Abertura política a partir do momento em que dessa forma for entendida pelos atores nela atuantes, de modo que não reproduzam os erros passados e permitam, dessa forma, que o regime se perpetue de forma mais ou menos legalizada. Esse esforço precisa ser de alguma forma legitimado historicamente.

Reinhart Koselleck²⁵² define o conceito de crise, ao pensá-lo no contexto de crítica iluminista ao Antigo Regime, como uma situação que se encontra aberta, a espera de uma decisão que não acontece. O impasse conjuntural, tal como posto por Weffort, acompanha essa definição e expõe uma crise maior, a de hegemonia, resgatada da narrativa desenvolvida pela Escola Paulista na década de 1960, do qual ele mesmo, Weffort, foi um importante contribuinte. Entender o autoritarismo brasileiro como derivado de uma crise, significa, por meio da compreensão sugerida por Koselleck, pensá-lo enquanto uma questão a espera de uma decisão. Há, contudo, substanciais diferenças entre a forma como Koselleck usa o conceito e como este deve ser aplicado nesta pesquisa.

No trabalho do historiador alemão, a crise é resultado da criação de uma esfera moral burguesa, a partir da qual o mundo político é avaliado a uma distância hipócrita. Ou seja, no processo, a própria moral torna-se política sem que assim o admita. A crítica originada no mundo burguês cria uma crise para a qual somente ela mesma pode pôr um fim. Entretanto, sua hipocrisia, ao não se admitir política, cria uma situação histórica em que ninguém pode tomar a decisão necessária para o desfecho da crise. A crise de que fala este trabalho tem uma natureza diferente.

Nessa definição, a narrativa na qual o conceito de crise adquire sentido há um processo histórico cujo desdobramento não ocorre como deveria. No caso, é a modernização da sociedade brasileira a preocupação que desde os primórdios da Escola Paulista forja o pano de fundo dessa narrativa. Essa é a história a espera de um desfecho, forjada sob a legitimidade da ciência. Nela, o conceito de desenvolvimento ocupa um espaço apenas marginal, e o horizonte de expectativas encontra substância no conceito de democracia.

²⁵² KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 1999.

A crise, em seu sentido conjuntural, retira do regime seu papel de condutor da história política brasileira e abre espaço para que a crise institucional se desenvolva, rompendo com um ciclo de autoritarismo que se perpetua desde a década de 1930. A crise, no sentido de longo prazo, só é uma crise porque tem como alternativa antitética um desenvolvimento histórico que levaria a sociedade brasileira à modernidade. Sob esse ponto de vista, a narrativa que tem por base o conceito de desenvolvimento é valorada negativamente, pois associada à existência do atraso em meio à modernidade; à desigualdade de renda; e ao autoritarismo. Em seu sentido conjuntural, a crise é um momento em que os sujeitos históricos que engendram a narrativa do desenvolvimento estão impossibilitados de dar a mesma um desfecho. A crise é um momento em que nenhum grupo político consegue pensar alternativas de ação futura, para a qual uma narrativa seria necessária. Daí a existência de um campo aberto de possibilidades de ação e decisão política.

Essa leitura embasa a participação política desses intelectuais e cria a possibilidade de ação em um momento de visível pessimismo frente às possibilidades de triunfo da democracia perante a progressão do projeto de distensão. Do lado das oposições, a crise representa a dificuldade que as mesmas têm em engendrar uma prática política pautada por uma narrativa da história brasileira tal como deveria ser, ou seja, que produza a modernidade necessária à consolidação de uma sociedade democrática. É somente nesse contexto, de crise, que o CEDEC e a *Revista de Cultura & Política* adquirem um sentido. Seguindo a colocação de Walter Benjamin, a revista pode ser compreendida como um conselho à sociedade brasileira, ou seja, como uma sugestão de prosseguimento de uma narrativa. Narrativa esta, entretanto, que os próprios intelectuais ligados ao instituto estão engendrando a partir da leitura que fazem da história brasileira. A não realização desta narrativa é o que constitui a crise.

3.4. A democracia

A narrativa que tem no conceito de desenvolvimento um elemento central é desconstruída tanto por meio da crítica ao ISEB como também ao regime militar. Nesse processo, o passado brasileiro é visto sob uma chave de continuidade, em que autoritarismo e desenvolvimento prevalecem inibindo a modernização social.

De forma correlata, é produzida uma narrativa alternativa para dar sentido à história brasileira, em que o conceito de democracia ocupa o lugar do horizonte de expectativas. Somente a partir dessa crítica e da narrativa que emerge é que pode ser compreendido o conceito de crise tal como formulado na Revista.

A centralidade do conceito de democracia não é obra da Escola Paulista. Mesmo dentro de sua tradição, esse conceito já possuía grande relevância desde antes da década de 1970. Já nas obras da década de 1960 o conceito adquire importância crescente. No já mencionado artigo de Weffort, publicado em 1965, *Estado e Massas no Brasil*, há uma seção intitulada *Autoritarismo e Democracia*, no qual esses dois conceitos são analisados no contexto do populismo. Logo no início desse trecho, afirma o autor:

“A pergunta que se poderia colocar seria a seguinte: a queda da ditadura Vargas em 1945 e a redemocratização do país não teriam alterado substancialmente as condições políticas de modo a tornar possível um regime pluralista? Não teriam, deste modo, criado condições para a minimização da soberania do Estado (que se confundia na ditadura com o poder pessoal de Vargas) em relação à sociedade?”
253

No trecho citado, é possível notar que o autor trabalha com o conceito de democracia em ao menos dois graus diferentes. Assim, embora se refira ao contexto de fim do Estado Novo como um contexto de redemocratização, igualando as condições políticas do tempo prévio e posterior ao regime varguista, coloca a questão sobre as possibilidades, em 1945, de aprofundamento do regime político em direção a uma maior pluralidade política, sinônimo, segundo o autor, de uma minimização da soberania do Estado em relação à sociedade. O grau de democracia pode ser aferido pela participação maior ou menor do Estado nas relações que se produzem na sociedade civil, seu pólo oposto e complementar.

A não realização de tal movimento em direção a um maior pluralismo teve como fenômeno correlato a criação de uma democracia específica, que diferia do modelo anterior ao regime de 1930 pela significativa presença das massas. Assim, pouco após o trecho citado, afirma Weffort:

²⁵³ WEFFORT, Francisco. *Estado e Massas no Brasil*. IN: **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980. P. 52.

“Deste modo, a nova democracia brasileira difere radicalmente do modelo registrado na tradição ocidental. E a diferença mais notável está em que nesta democracia de massas, o Estado se apresenta de maneira direta a todos os cidadãos.”²⁵⁴

Weffort diz haver uma diferença significativa entre a democracia brasileira e a democracia da tradição ocidental. A diferença mais significativa está justamente no contato direto estabelecido entre o Estado e seus cidadãos, própria da estrutura de poder do populismo. A democracia da tradição ocidental teria, antes de tudo, referência em uma sociedade civil forte e em uma ordem social competitiva.

Existe, nesse artigo em específico, uma clara tentativa de se pensar as instituições políticas que emergem no Brasil juntamente com a emergência das massas no cenário nacional. Para o autor, é de extrema importância o fato, também destacado por Fernando Henrique Cardoso no livro analisado no primeiro capítulo da presente dissertação, de que o crescimento urbano no Brasil se deu antes do processo de aceleração da industrialização. Tal fato não é sem importância para a continuidade do argumento do autor:

“Torna-se então, mais visível a existência de uma fórmula de transação entre os grupos dominantes e ainda mais evidente a pressão das massas sobre a estrutura institucional. Configura-se, então, uma situação singular: todos os grupos, inclusive as massas populares mobilizadas, participam, direta ou indiretamente, do poder; não obstante, como nenhum deles possui a hegemonia, todos vêm como uma entidade superior, do qual esperam solução para todos os problemas. Esta situação de dependência dos diferentes grupos em relação ao Estado é uma realidade desde a crise final da oligarquia. Agora, porém, quando o processo de industrialização chega aos limites de sua coexistência com os setores ‘arcaicos’ da sociedade, crescem em todos os setores as expectativas em relação às possíveis ações do Estado.”²⁵⁵

E continua:

“Enquanto no período anterior, o processo político construiu, através do populismo combinado com a relativa incapacidade política dos grupos dominantes, a imagem de um Estado soberano – agora se impõe a este Estado provar a realidade de sua soberania.”²⁵⁶

²⁵⁴ Ibid. P. 53.

²⁵⁵ WEFFORT, Francisco. Estado e Massas no Brasil. IN: **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980. P. 57.

²⁵⁶ Ibid. P. 58.

Desse modo, ao mesmo tempo em que o período inaugurado nos anos de 1940 tem como marca a emergência das massas no cenário político, por outro, a ausência de uma hegemonia de classe confere ao Estado um lugar privilegiado na articulação das relações sociais, configurando uma situação de predominância de sua soberania no interior da sociedade.

A ausência de uma classe social hegemônica é um dado fundamental para a inauguração de um regime político populista. Tal situação abre espaço para a participação de diversos setores sociais no Estado, inclusive as massas populares; nem toda ela, há de se lembrar, originada pelo processo de industrialização. A crise do fim da hegemonia oligárquica no Brasil teve uma situação ao mesmo tempo conciliatória e temporária, no qual setores definidos pelo autor como arcaicos e modernos coexistiam dentro de um Estado que se impunha sobre as mesmas. O moderno, nesse caso, é associado às forças sociais que surgem com o advento da industrialização. A não manifestação plena dessas forças é um dos fatores responsáveis pela democracia incompleta que caracterizaria o regime populista, posto que se tal manifestação ocorresse, conferiria ao país um traço efetivamente moderno, o que criaria melhores condições para a construção de instituições democráticas de tipo ocidental.

A reflexão de Weffort, cujo objeto principal é a incorporação das massas à política brasileira, encontra ecos em outros trabalhos, publicados posteriormente. Mesmo sem ser citado em todos os trabalhos (embora o seja em alguns), é possível dizer que a reflexão sobre a democracia não foge muito às questões postas por Weffort. As diferenças, nesse contexto, surgem a partir das escolhas argumentativas que cada autor realiza e de sua perspectiva política. Assim, a democracia populista, incompleta, ou o processo de incorporação das massas é um tema que perpassa boa parte dos trabalhos já analisados nesta dissertação e são eles os lugares em que o conceito de democracia adquire seu espaço na narrativa da Escola Paulista.

Seja no estudo sobre a relação entre Estado e massas no Brasil, como em Weffort; na construção de instituições políticas orientadas para o desenvolvimento em uma situação histórica concreta, como no trabalho de Cardoso e Faletto; como uma etapa de transição para a modernidade anterior ao socialismo ou à interdependência, como em Octavio Ianni; ou até mesmo como uma máscara à ascensão da burguesia industrial no país, como em Francisco de Oliveira; a

democracia é um conceito evocado para compreender a República de 1946. Em comum em todos esses trabalhos, é o fato de que a democracia é compreendida em um duplo sentido. É reconhecida, em primeiro lugar, como uma realidade própria da tradição da cultura ocidental. Em segundo lugar, é compreendida como populista. Ou seja, incompleta, não devidamente estruturada. Esse segundo significado serve para analisar a realidade histórica brasileira das décadas de 1940 e 50; ou, da época de transição social motivada pelo processo de industrialização do país.

A diferença entre os autores decorre, principalmente, do aprofundamento da crítica ao conceito de desenvolvimento que toma lugar no início dos anos de 1970. Como foi analisado, ao separar-se o desenvolvimento econômico da modernização da sociedade, o primeiro conceito deixa de trazer em sua carga semântica um horizonte de expectativas valorado positivamente. A democracia, portanto, surge na narrativa somente quando seu segundo significado é realçado, ou seja, o da democracia populista, e não mais como um horizonte de expectativas viável e plausível.

O conceito de democracia ganha, entretanto, a partir de meados da década de 1970, um novo fôlego. Virgínia Maria Fontes, em um artigo intitulado *A Propósito de Democracia, de Paradoxos e de Reflexão Histórica*²⁵⁷, afirma que em 1973, por meio de dois artigos, o primeiro de Wanderley Guilherme dos Santos²⁵⁸ e o segundo de Fernando Henrique Cardoso, a discussão sobre a democracia é reintroduzida no âmbito acadêmico do país. Para o propósito desta dissertação, o texto de Fernando Henrique Cardoso tem maior relevância e, por isso, será analisado.

Republicado em 1975, no livro *Autoritarismo e Democratização*²⁵⁹, o artigo a *Questão da Democracia* possui um caráter, antes de tudo, pragmático, como bem ressalta Virgínia Maria Fontes. Trata-se de uma tentativa de diálogo com setores militares detentores de poder estatal; provavelmente, de maneira mais específica, com o general recém-escolhido presidente, Ernesto Geisel, para que

²⁵⁷ FONTES, Virgínia. A Propósito de Democracia, de Paradoxos e de Reflexão Histórica. IN: **Revista de Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Fronteiras. Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciências Humanas. Ano I. n. 2. maio, 1993.

²⁵⁸ O artigo citado encontra-se em: SANTOS, Wanderley Guilherme. **Poder e Política** – crônica do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

²⁵⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. A Questão da Democracia. IN: _____. **Autoritarismo e Democratização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

conduza um processo de abertura política. A necessidade de diálogo, tal como proposta por Fernando Henrique, embasa-se no seguinte argumento:

“no Brasil, com mais força e de modo mais desordenado, o próprio ímpeto do crescimento está gerando condições sociais, que a vida política, para dinamizar-se, terá que expressar como uma contradição com o estilo burocrático-repressivo do regime.”²⁶⁰

Ou seja, a vida social brasileira, ao caminhar para um modelo de sociedade urbano-industrial, torna contraditório o exercício do poder burocrático-repressivo. É possível questionar a que ponto o autor não retoma, com esse argumento, um aspecto importante da teoria da modernização. Há no argumento, inegavelmente, um vínculo entre o desenvolvimento e a modernização da sociedade civil. Essa impressão, entretanto, não é inteiramente verdadeira. O que o autor realça é uma incompatibilidade entre o modelo político e a sociedade que começa a surgir, em especial na grande São Paulo. A outra solução, na visão do autor, seria uma guinada a um regime totalitário que, embora considere improvável, é também possível.

Outra evidência da manutenção da separação entre modernização e desenvolvimento é o vínculo estabelecido entre este segundo conceito e o de autoritarismo, que permanece como ponto central da argumentação do autor. De fato, o argumento inicial do capítulo refere-se ao anacronismo da ideologia da guerra fria e seus desdobramentos em termos de segurança nacional como orientadora da política interna, ao mesmo tempo em que Fernando Henrique procura mostrar as relações que mantêm, verdadeiramente, o regime burocrático e autoritário:

“Para ser um pouco mais preciso, o que se chama presentemente de ‘modelo político’ é o sistema de poder que assumiu a forma burocrático-autoritária e que tem funcionalmente dois eixos não excludentes, um tecnocrático e outro militar. Por trás dele, estão os interesses da expansão capitalista, nas suas vertentes, a empresa estatal e o conglomerado internacional, aos quais se liga uma burguesia local que em por ser caudatária e dependente deixa de ser importante como força econômica e social.”²⁶¹

Ou ainda:

²⁶⁰ Ibid. P. 232.

²⁶¹ Ibid. P. 226.

“Este [ideologia da guerra fria], se de fato tornou-se anacrônico do ponto de vista da situação política internacional, não deixou de ter uma base objetiva e de ser útil para outros fins dos grupos políticos vencedores. Com efeito, o autoritarismo prevalecente permitiu a reorganização do aparelho de Estado, liquidou o sistema partidário anterior (e com ele a representação política das classes populares e trabalhadoras urbanas, bem como de setores importantes das antigas classes dominantes) e incorporou ao processo político, sob novas condições, as Forças Armadas e os grupos sociais que expressam os setores monopólicos da economia. Essas condições contribuíram para moldar o ‘milagre econômico’ nos termos em que se deu: com concentração de renda e desigualdade social.”²⁶²

Desenvolvimento e autoritarismo continuam a ser, na realidade histórica brasileira, faces complementares de uma mesma moeda. É em função desse conceito de autoritarismo que o autor pensa o seu antônimo, o conceito de democracia. Na verdade, é em função do conceito de autoritarismo elaborado sob a experiência do milagre econômico que essa antinomia é construída. Antes usado somente para apontar a incompletude da democracia de 1946, os autores paulistas passam a dar ênfase a outro aspecto do conceito, já presente na crítica à República de 1946: oposição entre Estado e sociedade civil.

De fato, a ênfase na referida oposição já existe desde o momento em que os intelectuais da Escola Paulista optaram por privilegiar os estudos sobre os elementos societários em detrimento do Estado. O espaço que tal antinomia ocupa na narrativa dessa Escola, entretanto, muda substantivamente. Esse movimento já se inicia com o desdobramento das críticas ao conceito de desenvolvimento, realizadas no início da década de 1970. Como foi analisado, gradualmente o golpe de 1964 vê seu significado de ruptura perder força. Aos poucos, os aspectos de continuidade entre o período de 1946 e o de 1964 são realçados.

Fernando Henrique Cardoso, ainda no artigo *A Questão da Democracia*, afirma que o Estado de compromisso do populismo se renova. No lugar de burguesia industrial, massas e oligarquias, estabelece-se um pacto entre elite patrimonialista, burocracia pública e empresariado. Em comum entre ambos os períodos, a forte presença do Estado na regulação das relações sociais. A soberania do Estado sobre a sociedade civil faz prevalecer na sociedade, dessa forma, um ambiente de autoritarismo.

²⁶² Ibid. P. 225.

Em texto escrito em 1979, já em pleno processo de Abertura política e crise da política econômica do regime militar, Fernando Henrique escreveria outro texto, posteriormente publicado no livro *As Idéias e o Seu Lugar*, intitulado *O Desenvolvimento na Berlinda*²⁶³. Nele, o autor refaz a trajetória das teorias desenvolvimentistas forjadas no contexto da América Latina, dando especial ênfase às teorias cepalinas e às teorias dependentistas, na qual ele mesmo se insere, para entender o lugar que o desenvolvimento ocupa nos dias de então.

O autor apresenta, então, um quadro profundamente negativo no que concerne ao processo de crescimento econômico dos países periféricos. Consagra, dessa forma, a perspectiva de que o desenvolvimento, enquanto processo de acúmulo de capital, não necessariamente traz desdobramentos positivos para a sociedade. Dentro de novas tentativas de definição do conceito de desenvolvimento, em face de essa realidade, como por exemplo, o eco-desenvolvimento, o autor introduz seu texto da seguinte forma:

“Seria difícil, depois disso eu o próprio cerne da civilização ocidental permanecesse intocado: o que está em jogo é a crença na Razão ou pelo menos a crença no modo pelo qual a Razão se faz presente com técnica e como princípio formal de ordenação do mundo.

“Deriva daí também, embora nem sempre de modo imediato, a crise da idéia de desenvolvimento econômico. Para entender-se a contribuição das ciências sociais ao debate contemporâneo e para delimitar seus alcances é necessário, portanto, ver do ângulo deste debate o mesmo grande problema que atormenta, a nível mais geral, o pensamento ocidental. A consciência da existência de um ‘problema do desenvolvimento’, eu constitui o b-a-ba da contribuição do pensamento se não do Terceiro Mundo, pelo menos sobre o Terceiro Mundo, supôs sempre um parâmetro: sabia-se o que significava o progresso e este era almejado. Hoje, no centro, põe-se em dúvida a idéia de progresso que permitiu a construção da civilização contemporânea, graças ao domínio da Técnica pela Razão.”²⁶⁴

A tentativa de conferir uma nova carga semântica ao conceito passa pela tentativa de destituir o desenvolvimento do papel que ocupava na narrativa histórica da sociedade brasileira. No trecho citado, Fernando Henrique questiona mesmo a crença no progresso social que estaria por trás do conceito de desenvolvimento. No final dos anos de 1970, a crítica ao desenvolvimento adquire forte legitimidade social perante a onda de crises econômicas que marcaram o

²⁶³ CARDOSO, Fernando Henrique. O Desenvolvimento na Berlinda. IN: _____. **As idéias e o Seu Lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrobras: Vozes: CEBRAP, 1980.

²⁶⁴ Ibid. P. 130.

cenário internacional. O artigo de Cardoso, entretanto, pouco faz além de aprofundar críticas que já estavam sendo concebidas durante o final da década de 1960 e a década de 1970.

Estado, autoritarismo e desenvolvimento, nessa crítica, tornam-se conceito solidamente entrelaçados. O desenvolvimento, nesse contexto, e na experiência de maior autoritarismo do regime complementado por um forte crescimento econômico, adquire uma valoração negativa e se torna uma chave para explicar uma realidade de arbitrariedade e exclusão social crescente. Contudo, o objeto do autor, e de cada vez mais intelectuais, já em 1973, era a possibilidade de construir uma democracia, como demonstra seu artigo.

Essa democracia era compreendida, eminentemente, como uma ordem política em que a sociedade civil pudesse se organizar fora das amarras do Estado, muito próximo, portanto, do significado que o liberalismo confere a este mesmo conceito. Fernando Henrique, com isso, dá continuidade à tradição da Escola Paulista, que desde os anos de 1950 tinha por objeto central a sociedade civil ao mesmo tempo em que realizava uma crítica à regulação social construída pelo Estado implantado no regime de 1946. Ao longo dos anos de 1970, o conceito de democracia sofrerá uma mudança importante, mas não no seu conteúdo semântico, compreendido este de forma mais rigorosa.

Aos poucos, esse binômio formado por democracia e autoritarismo exercerá a função antes atribuída ao conceito de desenvolvimento: serão os conceitos responsáveis por fiar a narrativa histórica da sociedade brasileira. O desenvolvimento, ao desempenhar semelhante função, dava ênfase à oposição entre o nacional e o estrangeiro. A crítica ao mesmo abrirá espaço para que a democracia se desvincule do conceito de desenvolvimento, chegando ao ponto de tê-lo como pólo opositor, na medida em que o mesmo não poderia mais ser compreendido sem o conceito de autoritarismo.

Nesse sentido, o fato de a continuidade entre o regime de 1946 e o regime militar ser cada vez mais realçado pela narrativa em questão é um indício de que não é mais pela ótica do desenvolvimento que a história do Brasil é interpretada, o que era realizado até então, inclusive por intelectuais da Escola Paulista. A partir de meados dos anos de 1970, o conceito de democracia tal como formulado por essa Escola desempenhará essa função, orientará a ação de importantes grupos políticos, dará sentido à idéia de redemocratização, e deslocará o sentido do

conceito de desenvolvimento, tão caro às forças políticas que se identificavam com o trabalhismo e com o nacionalismo. A questão nacional era definitivamente substituída, no contexto da Escola paulista²⁶⁵, pela questão democrática²⁶⁶.

²⁶⁵ A centralidade do conceito de democracia para a narrativa histórica do Brasil é própria não apenas a Escola Paulista, mas também de vários outros espaços intelectuais. Entretanto, a análise empreendida neste capítulo teve por objetivo pensar, de maneira particular, o deslocamento que ocorre na narrativa dentro do contexto intelectual selecionado.

²⁶⁶ Gilberto Felisberto Vasconcellos trabalha, ainda que com pouca formalidade acadêmica, esse deslocamento que é efetuado pela Escola Paulista. Cf. VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. Antigos e Novos Coveiros da Era Vargas. IN: **O Príncipe da Moeda**. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997.

4. Transição

4.1. A narrativa entre a democracia e o autoritarismo

A partir da nova narrativa que se elabora, lança-se também um novo olhar para o passado. Embora boa parte dos recursos interpretativos forjados por Weffort para o nacionalismo-desenvolvimentista na década de 1960 ainda estejam presentes, há uma ligeira mudança na forma de se lidar com esse passado; resultado da nova experiência histórica que se constitui frente ao contexto político e à crítica à narrativa desenvolvimentista, da qual mesmo intelectuais da Escola Paulista haviam incorporado diversos elementos na década de 1960.

Nos três primeiros números, dois da *Revista de Cultura Contemporânea* e o primeiro número com o título de *Revista de Cultura & Política*, o primeiro artigo de cada revista é de Francisco Weffort. Na verdade, são três partes de um mesmo artigo cujo título é *Democracia e Movimento Operário: algumas questões para o período de 1945/1964*. Tanto pelo título, como pelo autor e pelo espaço físico ocupado na revista, parece claro que o artigo possui uma grande relevância para os propósitos pretendidos pelo grupo de intelectuais engajados no projeto do Centro. O artigo de Weffort se beneficia da pesquisa desenvolvida em sua tese de livre docência, defendida na USP em 1977, ano de fundação do CEDEC, intitulada *Sindicatos e Política*.

O objetivo do artigo é assim definido por Weffort:

“partindo sempre de questões formuladas no presente, o significado do conhecimento da história para a ação é precisamente o de constituir um dos meios de que dispomos para julgar da pertinência das próprias perguntas que o inspiraram e, portanto, da pertinência das alternativas de ação que imaginamos adequadas ao momento atual. Como resolver as nossas indecisões atuais diante da questão das relações entre movimento operário e democracia sem entendermos o nosso passado de **meia-democracia** [grifo meu] e de uma muito duvidosa independência operária? Conhecer o passado é um meio de conhecer o presente. Portanto, mais do que um conhecimento supostamente puro ou neutro, estas questões implicam, queiramos ou não, um ajuste de contas, porque elas interrogam não apenas realidades exteriores a nós, mas sobretudo, a nós mesmos.”²⁶⁷

²⁶⁷ WEFFORT, Francisco. *Democracia e Movimento Operário*. Parte I. IN: **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, julho, 1978. P. 8.

O primeiro intuito do autor, portanto, é o questionamento do presente a partir das heranças que este carrega do passado. O objetivo claramente delineado é uma investigação das possibilidades de se realizar uma democracia plena, e não apenas uma meia-democracia. Dois caminhos se delineiam no trecho citado. Em primeiro lugar, há uma tentativa de definição do conceito de democracia por meio da relação necessária que este conceito tem com o movimento operário. Em segundo lugar, o diálogo com o passado torna-se uma ferramenta necessária para dar vida ao conceito de democracia na experiência contemporânea ao autor. A importância da história, segundo Weffort, aparece mais claramente no seguinte trecho:

“Se a situação atual nos propõe uma pergunta fundamental sobre a história e se esta nos inspira uma revisão do passado, isto não significa que as nossas idéias atuais sobre as relações entre movimento operário e democracia definam uma perspectiva a realizar-se fatalmente nem que esteja definido o sentido destas relações. Ao contrário: é exatamente porque a pergunta suscita dúvidas que se faz necessário rever o passado. Neste sentido, o que interessa é a história como crítica, jamais como ideologia, pois se a justificação ideológica necessita de mitos porque não buscá-los no presente ou em nossas aspirações para o futuro, poupando-nos deste modo o esforço de reconstituir o passado, embora seja de modo superficial?”¹³⁵

Assim, ao mesmo tempo em que, no primeiro trecho, Weffort reconhece a importância do tempo presente e das questões a ele pertinentes para realizar o diálogo com o passado, no segundo, o autor traça uma clara distinção entre a história como ideologia e a história como crítica. Tal distinção realça a diferença de sua escrita, científica, para com a dos intelectuais engajados nas forças nacionalistas. O autor realça, em especial, os intelectuais do “[...] *típico aparelho ideológico de Estado que foi o ISEB*”¹³⁶, em particular Guerreiro Ramos. É desse lugar social e com essa legitimidade que sua narrativa, a de Weffort, é tecida.

Para Weffort, o atrelamento ao Estado constitui uma explicação para o esquecimento pelo qual passou a sociedade brasileira com relação ao período inaugurado em 1930. O autor reafirma sua posição, portanto, dentro da tradição de crítica ao nacionalismo por meio do argumento do rigor científico e da independência intelectual. Discurso esse inaugurado com a USP e mantido por época da incorporação da Escola Livre de Sociologia Paulista a esta; reafirmada

¹³⁵ Ibid. P. 10.

¹³⁶ Ibid. P. 10.

por Florestan Fernandes, já colocando a si mesmo e a sua Escola como antagonistas do pensamento isebiano; e reorganizado sob o paradigma marxista pela geração do CEBRAP.

O viés mertoniano, que caracteriza esse discurso desde sua gênese, prioriza as relações estabelecidas entre a universidade e a sociedade civil, em especial durante a modernização desta em direção a uma sociedade capitalista. Talvez seja essa uma das características mais fortes que se perpetuam no discurso da Escola Paulista, dado a importância desse recurso no processo de crítica ao Estado nacionalista. O conceito de democracia, como já foi visto na mudança que se efetua no processo de crítica ao conceito de desenvolvimento, associa-se, principalmente, à autonomia e modernização da sociedade civil. Daí que o autor afirma:

“Não há movimento operário independente sem democracia e não há democracia sem movimento operário independente. A questão é do presente, da história que se está fazendo e da que se tem para fazer, mas é também do passado. Quanto ao passado, já se escreveu algo sobre a democracia e, um pouco mais, sobre o movimento operário. Mas o tema de suas relações permanece, de certo modo, esquecido. Como entender a dependência (relativa, sem dúvida) do movimento operário em face do Estado no período democrático? Esta pergunta, que se tornou clássica nos estudos sobre o sindicalismo brasileiro desde os trabalhos pioneiros de Aziz Simão e Juarez Brandão Lopes, sugere hoje uma outra indagação como contrapartida: como entender uma democracia que obrigava os sindicatos, e por extensão o movimento operário, a uma posição de dependência em face do Estado?”¹³⁷

Desde seus primeiros escritos, Weffort teve como objeto central de seus estudos a relação entre Estado e massas – estas opostas ao conceito de classe social. Democracia, nesse caso, passa a ter uma forte relação com a idéia de uma sociedade civil moderna. No trecho, o autor faz ainda referência a importantes autores cujos trabalhos podem ser compreendidos se contextualizados no âmbito do CESIT, cuja fundação desempenhou um importante papel na valorização da sociedade civil empreendida pela Escola Paulista. Ora, de que forma esses pressupostos orientam a narrativa que Weffort constrói na revista?

O esquecimento ao qual se refere o autor refere-se principalmente à relação entre Estado e movimento operário, que, de certo modo, opera como uma metonímia da sociedade, dada a importância que esta classe adquire dentro do

¹³⁷ Ibid. P. 7.

paradigma marxista. A democracia, tal como compreendida pelo autor, só pode ser efetivamente realizada quando esta questão for devidamente colocada ao passado. A questão do autor pode ser definida da seguinte forma:

“O que importa observar, porém, é o seguinte: **em início dos anos 50 a continuidade da ditadura na democracia era um fato bastante evidente e inquietante, pelo menos para quem se interessasse pela sorte da classe operária.** [grifo do autor] Naqueles anos, o exame da história do movimento sindical mostrava de modo inequívoco que no período de 15 anos que vem desde 1935 a 1951 só houvera alguma liberdade de ação sindical, precisamente no curto intervalo de um ano e meio entre 1945 e 1946 em que se assiste à queda do Estado Novo e à elaboração da Constituição de 46. Deste modo, o comentário de Evaristo de Moraes Filho talvez não necessitasse, quando foi escrito, de todos os esclarecimentos que requer hoje. A pergunta que trazia implícita era certamente muito simples de entender pelos contemporâneos: como explicar a sobrevivência de leis sindicais fascistas ‘em pleno quadro democrático de uma nação’? E esta pergunta conduzia inevitavelmente a outras perguntas importantes, uma das quais a seguinte: que uso fizeram os democratas, liberais ou de esquerda, e o movimento operário da liberdade (relativa, sem dúvida) que desfrutaram em 1945 e 1946?”¹³⁸

E na revista seguinte, complementa:

“Se todos os passos que vão das restrições até a participação plena na estrutura oficial, aparecem historicamente como uma linha evolutiva inelutável é porque interferiram neste processo outras condições políticas e ideológicas. A aliança política da esquerda com Goulart, o desenvolvimento de uma estrutura dual do sindicalismo em que ‘as organizações paralelas’ passam a complementar a organização oficial, a expansão da ideologia do ISEB, deveria orientar tanto os movimentos anti-imperialistas do período quanto a subordinação do movimento operário aos grupo populistas – são estes os fatores de ordem política e ideológica mais relevantes para se entender a evolução do movimento operário no período. E foi também nestas circunstâncias que se veio a ‘esquecer’, ou a dar por resolvido, o problema das relações entre o corporativismo sindical e a democracia. Nestas circunstâncias, o que antes se percebia como uma contradição no quadro institucional democrático, como uma evidência do precário desenvolvimento da democracia no País, passa a ser percebido como um aspecto ‘funcional’, ‘normal’ dentro do sistema democrático vigente.”¹³⁹

A relação entre democracia e autoritarismo, a tensão estabelecida entre ambos, está por trás do que o autor considera o esquecimento ao qual foi submetido o passado brasileiro. Para enfocar o referido par antônimo, o autor enfoca a relação entre Estado e sindicatos ao longo do período classificado como varguista. A permanência de uma estrutura corporativa em um regime de

¹³⁸ Ibid. P. 13.

¹³⁹ WEFFORT, Francisco. Democracia e Movimento Operário. Parte II. IN: **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. Ano 1, n. 2, janeiro, 1979. P. 4.

democracia representativa caracteriza a meia-democracia, pois impede a classe operária de desenvolver plenamente sua consciência e autonomia de classe.

Nesse aspecto, dois pontos são realçados pelo autor. Em primeiro lugar, a grande linha de continuidade que se desenvolve entre 1930 aos seus dias atuais. Em segundo lugar, o papel do esquecimento nesse processo. Afinal, ao submeter-se à ideologia nacionalista, o movimento operário e as forças de esquerda se prenderam a um regime que tinha na democracia apenas instrumento superficial, esquivando-se, dessa forma, de construir a democracia enquanto um valor de classe. A imaginação democrática da sociedade brasileira não se desenvolveu e não conseguiu fugir da superficialidade do liberalismo

“Para a esquerda, como para os liberais, as normas da Constituição sempre valeram menos como normas políticas, - ou seja como normas em si mesmas valiosas porque definiam o campo de expressão da cidadania, - que como simples mecanismos de expressão de interesses. Instrumentos, portanto, e sempre passíveis de um juízo imediatista de eficácia, segundo servissem, melhor ou pior, a determinados interesses econômicos ou sociais ou aos interesses de exclusividade de poder de algum partido ou facção. E isto significa que não apenas temos tido dificuldades em aceitar as idéias de liberdade e de democracia como valores, como temos sido também freqüentemente incapazes de reconhecer a especificidade da própria política, tendendo quase sempre a conceber todos estes conceitos apenas enquanto meios. Por outra parte, aí está uma das raízes do fato que nunca tenhamos tido na história política do país nenhuma ideologia verdadeiramente democrática sem nenhuma ideologia verdadeiramente socialista.”¹⁴⁰

Retorna-se, desse modo, ao tema do esquecimento. Afinal, foi a partir da falta de uma análise crítica que a esquerda perdeu diversas oportunidades de avançar em um processo de construção democrática. Foi antes de tudo um problema de avaliação científica. Argumento semelhante já havia sido usado por Octavio Ianni em seu livro *O Colapso do Populismo no Brasil*. Cabe lembrar, contudo, que no eixo central da narrativa de Ianni estava o desenvolvimento e a possibilidade de construção do socialismo. No caso de Weffort, a análise histórica é feita sob o prisma do autoritarismo e da democracia. O presente, segundo o próprio autor, leva novas questões ao passado. Weffort avalia que a questão da democracia é, definitivamente, a questão do seu presente.

Mesmo contraposto aos seus escritos anteriores há uma significativa diferença. A relação entre Estado e massas no Brasil foi avaliada, por Weffort, sob

¹⁴⁰ Ibid. P. 11.

forte influência das teorias da modernização, cujo principal representante foi Gino Germani. O desenvolvimento econômico, o processo de industrialização e a forte imigração urbana desempenham uma função central nesta narrativa. Há, por trás dela, uma concepção genérica dos diversos processos de modernização e desenvolvimento que se tornava particular na América Latina pela velocidade em que tal processo se desdobrava. Diferentemente, no artigo publicado na *Revista de Cultura & Política*, a narrativa do passado recente brasileiro é orientada pela questão democrática.

Há, nesse caso, uma crítica forte à idéia de que este passado seria marcado por rupturas e inflexões. Segundo Weffort, esse argumento seria um instrumento propício ao propósito do esquecimento.

“A República de 1889, a Revolução de 1930, o movimento de 1964, - nós fomos educados para ver nestes momentos de inflexão histórica, rupturas de um vulto extraordinário que pareceriam capazes de abolir todo o passado [...]

“Embora com sentido muito diverso, a ‘revolução’ de 1964 se inspira na mesma lógica e busca, ainda que certamente com menor êxito, o mesmo resultado: obrigar os vencidos, que neste caso, não são apenas setores das elites mas, também e principalmente, a classe operária e as massas populares, a esquecer a sua própria história para melhor submeter-se à nova ordem que se venha a criar. Em outras palavras: para as elites ‘revolução’ significa, de fato, ditadura; do mesmo modo, ‘democracia’ significa apaziguamento e, sobretudo, controle [...] Lembremos que a democracia prometida em 1930 teria que esperar o ‘curto lapso de tempo’ de 15 anos de ditadura para chegar e que quando veio foi para submeter-se a uma situação de minoridade as mesmas massas populares que lhe serviam de suporte de legitimação, e, finalmente, que só durou enquanto este controle foi possível. Quanto às promessas democráticas de 1964, nós já vamos cumprindo o ‘curto lapso de tempo’ que manda a praxe, e uma vez mais se volta a falar em abertura e restabelecimento democrático. Estaríamos também condenados a repetir a precária experiência democrática que já tivemos?”¹⁴¹

Somente o esquecimento explica os recorrentes erros da esquerda. Opções, dentro de conjunturas determinadas, que esvaziavam o sentido da democracia e optavam por compactuar com um Estado que fazia permanecer uma estrutura corporativista e autoritária em meio a um regime representativo. As conjunturas, segundo Weffort, são, em especial, os anos de 1945 e de 1954, quando a esquerda e o movimento operário reafirmam seu vínculo com o regime varguista, ainda que em 1946 o Partido Comunista Brasileiro já tivesse retornado a uma postura de

¹⁴¹ WEFFORT, Francisco. Democracia e Movimento Operário. Parte I. IN: **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, julho, 1978. P. 8.

oposição ao governo. Opera-se com uma lógica de silenciamento. A ênfase na conjuntura cumpre com dois objetivos dentro da narrativa proposta.

Em primeiro lugar, confere maior autonomia e poder de intervenção aos agentes políticos. Na conjuntura, as pequenas decisões e as contingências ocasionais adquirem uma dimensão de maior importância que na perspectiva sistêmica, ou de longo prazo. Por isso a necessidade urgente de organizar uma narrativa comprometida com a verdade e com a crítica científica que possa ajudar a orientar a ação dos principais agentes contemporâneos à publicação da revista. Em segundo lugar, a conjuntura cria o espaço da contingência em uma narrativa marcada pela perpetuação do autoritarismo, ou seja, a contingência desarticula uma narrativa em que o peso da história se faz sentir e diminui o horizonte de possibilidades políticas e históricas. Momentos de crise, desse modo, criam contingências em que se abre a possibilidade ao ator político para engendrar um novo processo que dê fim à crise que marca a realidade histórica brasileira desde 1930.

A narrativa que se desenvolve a partir da tensão entre democracia e autoritarismo é uma tentativa de engendrar uma história que construa um desfecho para a crise. Perante tal situação, há uma afirmação do Estado perante a sociedade civil, situação que originaria uma relação de autoritarismo quase que de maneira independente do regime político em vigor. O conceito de crise, nesse argumento, assume um significado de impasse e estagnação, relacionado, sobretudo, com o conceito de autoritarismo. Dessa forma, a narrativa proposta por Weffort segue uma tendência já encontrada nos escritos de Fernando Henrique e Francisco de Oliveira em sua crítica ao desenvolvimentismo: ao realçar a oposição entre democracia e autoritarismo, esses autores enfatizam a continuidade sobre a ruptura na história brasileira ao mesmo tempo em que desqualificam a República de 1946. Por seguir essa linha, Weffort reduz a narrativa aos momentos conjunturais, quando essa tensão pode ser esmiuçada sem que a força da lógica autoritária anule qualquer possibilidade de tensão entre o binômio autoritarismo e democracia.

Se logo após o golpe a ênfase no sentido de ruptura conferida ao golpe cumpria o papel de afirmar o declínio do nacionalismo-desenvolvimentista, após a década de 1970 essa ruptura é amenizada em favor da continuidade. O objetivo, entretanto, é semelhante: a continuidade só é possível com uma análise pejorativa

do regime de 1946, em que o autoritarismo e o corporativismo emergem como conceitos fundamentais para sua compreensão, em detrimento, portanto, do conceito de desenvolvimento.

Por trás das mudanças na narrativa empreendida pelos intelectuais da Escola Paulista, há um traço de linear continuidade. O que fomenta a narrativa e suas mudanças é sempre o impulso de distanciamento do nacionalismo-desenvolvimentista, por meio da legitimação da posição e do lugar de fala dos intelectuais paulistas, e sua conseqüente crítica a esse mesmo regime. Crítica essa que compõe um posicionamento político linear.

O conceito de democracia, tal como forjado por essa Escola, só adquire sentido dentro desse processo de crítica.

Estão presentes no editorial ao menos três elementos forjados na narrativa proposta de Weffort. Em primeiro lugar, a distinção entre o recorrente ambiente de criação de cultura, ligado ao Estado, e a proposta da Revista, de pensamento autônomo e crítico. Em segundo lugar, o conceito de democracia, cujo significado central deve ser compreendido em uma concepção de sociedade civil autônoma, independente do Estado. Em terceiro lugar, o conceito de autoritarismo cumprindo o papel de conector entre os regimes de 1930, 1937, 1946 e 1964. A tecnocracia estatal seria, nesse caso, apenas uma atualização da produção de uma ótica autoritária produtora de ideologias, como foi o caso do ISEB. O fim do autoritarismo, portanto, seria a única forma de romper com o ciclo continuísta que marcara a história brasileira. Para tanto, o papel da intelectualidade independente seria cada vez maior.

A narrativa histórica surge como um elemento orientador da ação no presente, ao mesmo tempo em que forja um significado e um lugar na história para os intelectuais do CEDEC. Ao analisar a conjuntura de 1945, Weffort define o fantasma do qual quer escapar:

“[...] transformaram-se, apesar de tudo, em seus herdeiros, na medida em que também nunca foram capazes de conceber a liberdade e a democracia em seus próprios termos. É verdade que a concepção da liberdade e da democracia variou ao sair dos marcos do liberalismo oligárquico para as ideologias de vocação popular do período post 30.”¹⁴²

¹⁴² WEFFORT, Francisco. Democracia e Movimento Operário. Parte II. IN: **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. Ano 1, n. 2, janeiro, 1979. P. 10.

Ao buscar uma ruptura, Weffort quer escapar da herança do passado sobre seus ombros. Somente com consciência desse passado seria possível não repetir os erros de outrora que impediram a modernização da sociedade brasileira. A narrativa e o conjunto de conceitos que orientam a ação no presente, contudo, dão um caráter próprio à experiência na qual eles se desenvolvem. No final da terceira parte do artigo, Weffort usa os termos órfãos e herdeiros para trazer para o espaço presente a clivagem que realiza no tempo.

“Alguém já disse, com razão, que o sistema político da democracia de 46 não deixou herdeiros mas órfãos. Será isto também verdade para a esquerda? Como se definem aqueles que Gramsci nomeava como os ‘intelectuais orgânicos’ da classe operária em relação ao seu próprio passado? Se eles preferem assumir a responsabilidade de sua própria história, ou seja se eles preferem definir-se como ‘herdeiros’, o problema que inevitavelmente se coloca em face das questões do presente de uma esquerda perplexa e desvinculada da classe operária, é o de uma avaliação crítica da herança recebida.

“As perguntas cruciais de uma etapa como esta são por demais clássicas para serem desconhecidas: a que herança renunciamos? Com que parte da herança devemos ficar? Aos herdeiros cabe ajustar contas com o passado pelo qual são responsáveis. Os órfãos não têm evidentemente nenhuma pergunta a fazer. Assustados com o mundo hostil do presente, incapazes de formular qualquer pergunta sobre o futuro, o que pedem é apenas serem esquecidos.”¹⁴³

O trecho acima evidencia o papel da discussão sobre a Abertura, onde, portanto, a narrativa histórica proposta no CEDEC adquire sua vida política. É a partir dela, da narrativa, que o presente adquire novos significados, a começar pela definição de órfãos e herdeiros.

4.2. Transição

Foi visto no capítulo III que o conceito de crise cumpre duas importantes funções. Em primeiro lugar, confere ao processo de distensão do regime o caráter de um fenômeno marcado pelo impasse, portanto, sobre o qual o governo não tem total controle; em segundo lugar, confere à história recente brasileira, mais precisamente a história a partir de 1930, um caráter de crise, em que, em função do desenvolvimento econômico, a relação entre Estado e sociedade civil inibe a modernização desta última e, portanto, a efetiva construção de uma democracia. Essa crise abre caminho para que uma narrativa que se baseie na tensão entre

¹⁴³ WEFFORT, Francisco. Democracia e Movimento Operário. Parte III. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Global Editora; CEDEC. Ano1, n. 1, agosto, 1979. P. 18.

autoritarismo e democracia se desenvolva e para o qual aponta o artigo escrito por Francisco Weffort ao longo dos três primeiros números da publicação.

Por outro lado, a referida crise também se manifesta no seio das oposições, na medida em que as mesmas encontram-se restritas à atuação institucional por meio do MDB. Por não conseguirem se livrar desse caminho, as oposições tornam-se reféns da crise histórica pela qual passa o país e incapazes de dar prosseguimento a uma efetiva transição para a democracia. Desse modo, a Abertura é vista simultaneamente como uma crise na qual o governo perde seu poder de condução política sobre o processo e como um obstáculo a uma efetiva transição.

A centralidade que o tema da Abertura adquire na Revista, faz com que essa duplicidade apareça recorrentemente quando o tema é abordado. O tema da Abertura propriamente dita é reservado aos debates promovidos pela Revista. Contudo, a visão que esses intelectuais têm do processo político que se desenvolve organiza e recorta os demais temas abordados e a forma como o são. Isso vale para a forma como a Revista aborda importantes bandeiras no que se refere à transição. Procura, desse modo, apontar caminhos para uma democratização da sociedade. A narrativa que organiza da conjuntura que lhe é presente procura identificar, tal como Weffort faz com o passado, a relação tensa entre a perpetuação do autoritarismo e a germinação da democracia, compreendida segundo os significados que a tradição da Escola Paulista lhe atribui.

Desse modo, procura cumprir com o objetivo de deslegitimar modelos de transição que não se adequariam ao que propunham: notadamente, uma transição orquestrada a partir da sociedade civil organizada, em especial a que tinha como referência a cidade de São Paulo. Os alvos são tanto o regime militar como forças políticas ligadas ao trabalhismo. Assim, o que une e constrói um ponto em comum entre os diferentes momentos da narrativa da Escola Paulista está a desqualificação do trabalhismo. Mesmo sendo a Abertura política o contexto em função do qual se constrói a Revista, não há qualquer referência significativa ao fim do Ato Institucional número 5 ou à anistia política, importantes acontecimentos do processo de transição. O tema da censura de imprensa, por outro lado, é abordado na revista sob um viés extremamente pessimista logo em

seus números iniciais, quando dois artigos são publicados. Um da autoria de Perseu Abramo, e outro da autoria de Raymundo Faoro.

Este, manifestando um enfoque liberal, destaca a importância da imprensa para a construção da liberdade. Afirma o autor:

“Se for suspenso o habeas-corpus, anota, mas for conservada a liberdade de imprensa, esta será o instrumento para denunciar, corrigir e reprimir os abusos que se praticarem no período de eclipse daquele. Suspensa, pois, a liberdade de imprensa, o habeas-corpus tornar-se-á salvaguarda de duvidoso teor, pois ninguém saberá se ele foi violado. Creio que nada há de mais oportuno do que essas observações, pensadas no começo do século passado e que estão sendo comprovadas, em nosso país, na atualidade.”¹⁴⁴

Ao final do texto, entretanto, procura analisar a imprensa enquanto uma empresa. Desse modo, teme as restrições que a relação entre proprietário e trabalhador, além dos problemas referentes à necessidade de financiamento. Também este aspecto é realçado por Perseu Abramo, em seu artigo *O Sistema de Censura do Sistema*¹⁴⁵, onde procura mostrar como a diminuição da censura prévia não cria um ambiente de livre-expressão na mídia impressa:

“Se, por um lado, é politicamente incorreto não perceber as nuances de abrandamento da censura em determinados momentos e em determinados órgãos de Imprensa, por outro é igualmente errado supor que vige a plena liberdade de comunicação na sociedade brasileira. É inegável que, nos últimos anos, tenha desaparecido a censura prévia que oprimia vários jornais; mas ela subsiste para alguns. É inegável que, hoje em dia, muitos jornais estampem opiniões as mais diversas, inclusive críticas a alguns atos dos governantes; mas quase todos os jornais têm dificultado ou impedido seu acesso a informações fundamentais da estratégia econômica, política ou militar do País. É inegável que, em São Paulo, não se tenha visto repetir, com jornalistas, a tortura e o assassinato de que foi vítima Vladimir Herzog; não obstante, jornalistas continuam sendo perseguidos e afastados de seus empregos.”¹⁴⁶

Depois afirma:

“E é exatamente essa transformação, sutil mas incontestável, que obriga a uma nova percepção da censura, da sua verdadeira nova realidade: a de constituir um sistema, um conjunto integrado e articulado de numerosas pequenas ações cotidianas, aparentemente casuais e isoladas, mas cujo efeito global é, sempre, o de

¹⁴⁴ FAORO, Raimundo. Liberdade de Imprensa. IN: **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. Ano 1, n. 2, janeiro, 1979. P. 92.

¹⁴⁵ ABRAMO, Perseu. O Sistema de Censura do Sistema. IN: **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, julho, 1978. P. 63.

¹⁴⁶ Ibid. P. 64.

obstaculizar a participação popular no conhecimento da realidade da Nação, e, assim, dificultar sua capacidade de expressão, de organização e de ação política. É a discussão desse sistema de censura que esse texto se propõe a fazer.”¹⁴⁷

Assim, quando um fato é considerado como relativo à política de distensão promovida pelo governo, é logo desvalorizado por carregar a idéia de continuidade histórica.

Por isso, ao eloqüente silêncio que paira sobre o fim do AI-5 ou sobre a Anistia política, a Revista contrapõe uma razoável cobertura dos acontecimentos na política polonesa, onde o sindicato Solidariedade desafiava a política autoritária, ou totalitária, que marcou a opção socialista da União Soviética. Após dois artigos sobre a censura à imprensa no Brasil, é publicado, no quarto número da Revista de Cultura & Política um artigo sobre o *Segredo de Estado e Resistência Civil: a Censura na Polônia*¹⁴⁸. No quinto número, por sua vez, uma extensa entrevista com líderes sindicais poloneses é publicada, incluindo o famoso Lech Walesa. Na mesma edição, foi traduzido um artigo de Tamara Deutscher, intitulado *Polônia: esperanças e temores*¹⁴⁹.

A cobertura das greves na Polônia segue a cobertura ainda mais ampla dada às greves que marcaram a região metropolitana de São Paulo no final da década de 1970. No primeiro número da revista, um artigo de José Álvaro Moisés é publicado após a extensa entrevista com líderes sindicais oriundos de São Paulo e de sua região metropolitana¹⁵⁰. No artigo, Moisés faz uma análise do que considera um ressurgimento do movimento sindical na década de 1970, mesmo que o artigo tenha sido escrito antes das grandes greves que marcaram o final da década. O autor conclui da seguinte forma seu artigo:

“1) A história do movimento operário brasileiro indica um padrão de repetição de conjunturas, em que a mobilização de base acaba sendo absorvida pelos mecanismos de funcionamento da estrutura burocratizada dos sindicatos;

2) Entretanto, o recente movimento de reivindicação sindical, que se fortaleceu à base da ampliação do espaço de expressão institucional, de certas

¹⁴⁷ Ibid. P. 64.

¹⁴⁸ FERNANDES, Rubem César; CYGAN, Piotr. Segredo de Estado e Resistência Civil: a Censura na Polônia. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 4. Fevereiro/Abril, 1981.

¹⁴⁹ Ambos os artigos em: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 5. Abril/junho, 1981.

¹⁵⁰ MOISÉS, José Álvaro. Problemas Atuais do Movimento Operário. IN: **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Editora Global; CEDEC. Ano 1, n. 1, julho, 1978.

aspirações de base, não chegou a definir os caminhos que pretende percorrer para enfrentar os velhos problemas da estrutura sindical brasileira;

3) Por outro lado, é preciso admitir claramente, que as conjunturas de crise (seja de debilidade ‘por cima’, seja de irrupção, ‘por baixo’) como parece ser o caso das recentes reivindicações sindicais, são férteis para marcar um rompimento com os padrões cotidianos pelos quais a institucionalização do conflito impede uma mobilização mais profunda das bases;

4) Por outras palavras, em condições de crise, existem sempre momentos decisivos em que os atores sociais e políticos elege o curso de sua ação entre alternativas possíveis, e é essa eleição que acaba provocando resultados na cena política, seja em termos de transformações, seja em termos de uma ratificação dos mecanismos que fazem funcionar a institucionalização do conflito;

5) Por essa razão, parece importante chamar a atenção pelo menos, para os problemas envolvidos no atual movimento de reivindicações sindicais. Como se sabe, no caso das organizações burocráticas (como é o caso dos sindicatos latino-americanos) ‘...o poder das lideranças deriva em grande parte de sua capacidade de controlar a base dentro de um jogo político já dado e não de sua capacidade para articular interesses e intervir em decisões ao nível do Estado ou da indústria’. Caso o potencial expresso na institucionalização de certas aspirações de base não seja reconhecido e libertado de seus limites estreitos, esse movimento pode perder-se como oportunidade de eleição de alternativas possíveis;

6) Finalmente, é importante ter em conta que, no caso dos sindicatos latino-americanos, sempre que eles mobilizam os seus associados em torno de certas reivindicações, não são apenas estas que estão em jogo, mas o próprio significado político da expressão das reivindicações. Por isso, nas condições recentes, marcadas em grande parte, por uma tendência espontânea da classe operária de se organizar na base, é preciso ter presente o papel dessa mobilização sindical no quadro da crise política (que, certamente afeta o próprio sindicalismo). É preciso estar atento para que a institucionalização do conflito não se transforme no conduto pelo qual as aspirações de base são absorvidas ou controladas pelo Estado. Isto é particularmente mais grave quando as aspirações de base digam respeito, por exemplo, à questão da organização da classe trabalhadora, como é o caso das comissões de fábrica que, em São Paulo, tem sido a sustentação da prática de resistência analisada. Nesse caso, a atualização do controle sobre a mobilização de base, significa, concretamente, impor uma derrota à classe trabalhadora.”¹⁵¹

Ao mesmo tempo em que é difícil contar com movimentos de concessão do regime, o autor enxerga no movimento operário uma maneira de escapar ao dilema que marca a crise brasileira. Em franco diálogo com Francisco Weffort, Moisés ao mesmo tempo procura e sugere práticas cujo resultado, em sua opinião, conduzirá o movimento sindical a uma autonomia perante o Estado libertando-o da tradição corporativista próprio do Estado Novo. O autor enxerga um elemento novo na manifestação sindical. Ele surge das bases operárias, na forma de comissões de fábrica. Essa percepção será a responsável pelo surgimento do termo o *novo sindicalismo*, usado para designar os grupos sindicalistas responsáveis pelas grandes manifestações do final da década.

¹⁵¹ Ibid. P. 61.

É interessante verificar que o autor realça as rupturas em detrimento da continuidade no que se refere ao movimento sindical. Desse modo, desconsidera as continuidades que marcavam, em alguns aspectos, a formação da chapa do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, então comandada por Lula, que possuía relações com a considerada chapa oficial, não forjando, inicialmente, uma aliança com as *Oposições sindicais*, tradicionais críticas do sindicalismo corporativista¹⁵². A partir do conceito de crise forjado nas páginas da revista, a transição passa a ser interpretada a partir de uma seleção de acontecimentos que reforçavam a narrativa engendrada.

A ênfase no movimento operário de dois países periféricos em relação aos dois centros políticos que eram na época os pólos de poder do mundo realça a polarização pretendida pela Revista: menos um duelo entre União Soviética e EUA e mais uma tensão entre Estado e sociedade civil, cujo resultado é o autoritarismo seja no mundo socialista, seja no mundo capitalista. Isso não impede, contudo, uma clara auto-identificação com a esquerda política.

Democratizar é valorizar a sociedade civil, em especial o movimento operário e, a partir disso, repensar tradicionais bandeiras da esquerda. Não são poucos os artigos que cumprem com essa reflexão, necessária à linha editorial da Revista. No terceiro número, é publicado um artigo intitulado *Democracia Representativa, Democracia de Base e Movimento Social*¹⁵³, que já chamava a atenção para o tema da democracia participativa, que iria adquirir crescente força na década de 1980. No mesmo número, há o artigo de Herbert Marcuse que aborda o tema da chamada nova esquerda¹⁵⁴. O tema, caro à esquerda brasileira, da reforma agrária é discutido no quarto número, em artigo intitulado *Movimento Camponês e Reforma Agrária*, assinado por Leonilde Sérvolo de Medeiros¹⁵⁵, além do já citado artigo de Bernardo Sorj¹⁵⁶.

¹⁵² SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em Movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **Brasil Republicano**. N 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁵³ PORTELLI, Hugues. Democracia Representativa, Democracia de Base e Movimento Social. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 3. novembro - janeiro, 1981.

¹⁵⁴ MARCUSE, Herbert. A “Nova Esquerda” Fracassou? IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 3. Novembro - janeiro, 1981.

¹⁵⁵ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Movimento Camponês e Reforma Agrária. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 4. Fevereiro - abril de 1981.

¹⁵⁶ Cf. Capítulo II da presente dissertação.

Também as discussões sobre o papel das eleições no processo de Abertura têm espaço na Revista. Dois artigos tratam do tema e foram publicados em seu sétimo número. O primeiro é um debate entre os cientistas políticos Bolívar Lamounier, Sérgio Abranches e Luiz Navarro de Britto sobre o sistema de representação proporcional e o distrital¹⁵⁷. O segundo artigo¹⁵⁸, assinado por Otávio Soares Dulci, trata das continuidades e mudanças nas recentes movimentações políticas em Minas Gerais. Embora envolvam assuntos que, por razões diferentes, referem-se a situações particulares – seja pelo recorte geográfico ou político, seja pela especificidade do tema – os artigos têm por interesse um objeto comum: as possibilidades e limites das eleições e do sistema eleitoral perante a necessidade de modernização política do país.

O sindicalismo e o movimento operário, contudo, permanecem sendo a questão central da Revista. Além dos textos já citados, ainda foram publicados *A Estratégia do Novo Sindicalismo*, de José Álvaro Moisés¹⁵⁹; *Os Sindicatos e o Estado no Capitalismo Avançado*, de Leo Panitch¹⁶⁰; *Notas sobre o Estado, a Sociedade Civil e os Sindicatos*, de Victor Manuel Durand Pontes¹⁶¹; e mais um artigo sobre o sindicalismo chileno, de Guillermo Campero¹⁶². O movimento operário é concebido como o espaço privilegiado de democratização da sociedade por representar a possibilidade de se formar uma organização moderna, ou seja, de classes, que permita ao mesmo tempo em que as contradições do capitalismo se desenvolvam em direção ao socialismo e que a presença do Estado diminua frente a uma sociedade civil com maior poder de organização.

A prioridade dada à organização política da sociedade civil, e em particular do movimento operário, embasa a discussão presente no último número publicado da *Revista de Cultura & Política* sobre democratização da vida partidária. As dificuldades de traduzir na esfera política a sociedade civil por meio do partido

¹⁵⁷ Cf. **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Cortez Editora; CEDEC. n. 7.

¹⁵⁸ DULCI, Otávio Soares. Minas Gerais: continuidade e mudança. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Cortez Editora; CEDEC. n. 7.

¹⁵⁹ MOISÉS, José Álvaro. A Estratégia do Novo Sindicalismo. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 5, abril - junho, 1981.

¹⁶⁰ PANITCH, Leo. Os Sindicatos e o Estado no Capitalismo Avançado. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 5, abril - junho, 1981.

¹⁶¹ PONTES, Victor Manuel Durand. Notas sobre o Estado, a Sociedade Civil e os Sindicatos. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 6, julho - setembro, 1981.

¹⁶² CAMPERO, Guillermo. Chile: movimento sindical, política trabalhista e modelo econômico pós-73. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Editora Cortez; CEDEC. n. 7.

político orientam o texto de Carlos Estevam Martins, comentado por Bolívar Lamounier, Maria Victoria Benevides, Francisco Weffort e José Augusto Guilhon Albuquerque¹⁶³. Até que ponto seria possível um partido democrático, ou seja, que rompesse com a velha tradição de autoritarismo estatal prevalecente nos partidos brasileiros?

Os diversos temas abordados ajudam a conferir um leque de significados ao que os intelectuais do CEDEC consideravam o processo de democratização da sociedade, ao mesmo tempo em que delimitava o espaço de atuação política por eles considerado relevante de modo a realizar verdadeiras rupturas com a tradição autoritária brasileira. Desse modo, a democratização aparece na Revista de várias formas, sempre com o intuito de refletir sobre a realidade social e política brasileira para que nela possam atuar com o intuito de promover a democracia, tal como eles a entendiam.

É também o contexto, entretanto, que fomentará discussões e conflitos em torno da atuação política desses intelectuais. A proposta do CEDEC, desde o início, contrapunha-se a um projeto de Abertura tido como controlado e compromissado com as tradições políticas mais perversas da sociedade brasileira. A transição política, nesse sentido, não é apenas uma contraposição à narrativa considerada autoritária e demasiadamente centrada no Estado e no desenvolvimento. A narrativa centrada no processo de democratização, na *Revista de Cultura & Política*, é recuperada e desenvolvida com o intuito de contrapor esses intelectuais, por meio de sua linha editorial, ao modelo de Abertura então vigente. É somente sob esse prisma que o CEDEC fundamenta sua identidade. A crescente atuação política dos intelectuais com filiação acadêmica à Escola Paulista não aconteceria sem conflitos.

4.3. Rupturas

No número referente aos meses de agosto, setembro e outubro de 1980 – a quarta publicação da revista, segunda sob o nome de *Revista de Cultura & Política* – José Álvaro Moisés, orientando mais conhecido de Francisco Weffort, apresenta um texto, originalmente publicado em novembro de 1979, para debate

¹⁶³ MARTINS, Carlos Estevam. A Democratização da Vida Partidária. IN: **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Cortez Editora; CEDEC. n. 8, junho, 1982.

com outros membros do Centro. O texto permanece dentro do campo de discussão proposto no primeiro debate promovido pela revista. Só que dessa vez este ocorre a partir do artigo intitulado *Crise Política e Democracia: a transição difícil*.

A discussão proposta por Moisés parte da narrativa histórica que tem no conceito de crise de hegemonia o ponto central para explicar as diversas facetas do autoritarismo no país, que, segundo essa mesma narrativa, vão do Estado Novo, passando pela República de 1946 e chegando ao regime militar de 1964. Ao trazer essa discussão para as questões presentes, Moisés ajuda a compreender a formulação da narrativa proposta por Weffort em face aos desafios diagnosticados pelos autores e que, inclusive, constituem pano de fundo para a fundação do CEDEC. Nesse sentido, um ponto se destaca e se distingue, inclusive, de seu texto publicado no primeiro número da revista: a discussão em torno do texto de Moisés, no final do ano de 1979, já encontra um ambiente político modificado pelo fim do bipartidarismo e pela fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual se filiam muitos intelectuais engajados no CEDEC, entre os quais José Álvaro Moisés, Weffort e Marilena Chauí.

Inicialmente Moisés retoma a discussão sobre a crise de hegemonia e a insere no contexto político do final dos anos de 1970:

“Na verdade, o problema parece mais sério: é como se, outra vez, estivéssemos diante de uma lógica inelutável que, por virtude ou defeito intrínsecos do processo histórico, não nos apresentasse ‘outro modo de escapar de um regime autoritário senão através do próprio autoritarismo’; estaríamos condenados a nada mais que ser testemunhas passivas de um freqüente novo começo das rearticulações da ordem burguesa?”¹⁶⁴

E depois:

“Em consequência (e ironias históricas à parte), o regime brasileiro começou a se mover no campo da política e, agora, vai tirando consequências da fase mais decisiva de um ciclo de ‘reformas’ institucionais programadas e iniciadas a partir de agosto de 1978, como parte de uma estratégia destinada a enfrentar a sua crise. [A tentativa de devolver a administração do poder ao jogo dos partidos] encontrou-se, paradoxalmente, com uma tendência que de há muito já vinha se manifestando entre as classes populares, e da qual, a proposta de organização de um Partido dos Trabalhadores, por iniciativa das novas lideranças sindicais que se forjaram nas grandes greves de 1978 e 1979, é o exemplo mais importante. Qualquer que seja a posição que se tenha sobre o significado do PT na política brasileira, é inegável que

¹⁶⁴ **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 2, agosto - outubro, 1980. P. 12.

ele representa uma das únicas iniciativas que lograram escapar das previsões dos estrategistas da ‘abertura’.”¹⁶⁵

No ambiente da Abertura, o autor confere destaque à fundação do PT como uma das tentativas de rompimento com a circularidade viciosa responsável pelo autoritarismo na política brasileira. Isso significa dizer, por outro lado, que, já em finais de 1979, o autor caracteriza o projeto de distensão do governo como uma tentativa de impor limites à democratização; ainda que reconheça a via de mão dupla que se instala, por exemplo, com a anistia política e com a crescente liberdade de imprensa. Moisés começa nesse ponto uma série de críticas a importantes medidas da Abertura política, tal como ficou conhecida:

“essa nova institucionalidade permitirá a legitimação dos conflitos que são próprios da sociedade capitalista (cujo desenvolvimento recente torna-se inevitável a sua emergência), permitindo que certas instituições fundamentais de sociedade civil, como os sindicatos dos trabalhadores, logrem alcançar um novo estatuto político em face do Estado ou se, pelo contrário, o arranjo político-institucional que vai se armando no país se apoiará sobre os novos partidos para, uma vez mais na história brasileira, impor uma camisa-de-força às formas de expressão e manifestação dos movimentos sociais. O tratamento de ‘choque’ adotado pelo regime em relação aos movimentos grevistas de 1979 e primeiro semestre de 1980 indica que a tendência das elites se inclina para a última hipótese. Entretanto, é impossível afirmar, agora qual será o resultado final dessa situação, porque o processo ainda está em curso. De qualquer forma, essa é, sem sombra de dúvida, a questão mais importante da fase de transição que vive o país. Por isso mesmo, convém ter em sua exata medida os êxitos que o regime autoritário vai obtendo, porque mesmo não sendo necessariamente inevitáveis, esses êxitos acabam por se constituir nos limites a partir dos quais o processo de democratização se define.”¹⁶⁶

Ou ainda:

“Na verdade, os passos concretos adotados pelo regime em direção à democratização desconcertaram essas oposições e levaram-nas ao imobilismo, exatamente em um momento em que, cada passo, por menor que fosse, contava decisivamente para definir quem seria o contendor efetivamente capaz de ocupar o espaço aberto pela crise política.”¹⁶⁷

Também a reforma partidária entra em questão. Neste ponto, contudo, a posição do autor é de crítica à postura, então hegemônica no PMDB, segundo a qual a reforma partidária romperia a unidade da oposição. Por outro lado, segundo

¹⁶⁵ Ibid. P. 13.

¹⁶⁶ Ibid. P. 14.

¹⁶⁷ Ibid. P. 15.

o autor, somente após a discussão sobre a formação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB - sigla cujo direito de uso ainda não havia sido conferido à Ivete Vargas) e do PT a discussão partidária oposicionista modificou-se dos interesses governamentais. Afinal, a reforma partidária, mesmo indo de encontro ao interesse da cúpula do MDB, proveria o regime de alternativas políticas interessantes para dar prosseguimento ao processo de Abertura. Segundo Moisés, o objetivo central consistiria em:

“Enquanto a esquerda, ainda que de uma forma bastante espontaneísta, mencionava a questão da autonomia sindical no parlamento, os ‘moderados’ e os ‘não-alinhados’ só se referiam ao problema em termos retóricos e, de modo especial, nos momentos em que os conflitos fizeram subir o termômetro político da sociedade. Em realidade, o MDB esteve, ao longo de sua existência, sob a hegemonia política dos liberais (conservadores, ‘liberal-democratas’ e ‘adesistas’) e por isso, em sua definição política, nunca foi muito além da luta contra o autoritarismo. Dessa forma, não logrou se constituir jamais, nem mesmo após as retumbantes manifestações de apoio popular nas eleições de 1974 e 1976, em expressão orgânica das demandas sociais da maioria dos seus eleitores que, no final das contas, eram precisamente, as massas populares dos grandes centros urbanos do país. Primordialmente voltados para as questões jurídico-institucionais, os liberais do MDB foram incapazes (e talvez nem fosse o caso de pedir-lhes isso) de apresentar qualquer programa adequado à expressão dos movimentos sociais que emergiram no país a partir de meados dos anos 70. Em consequência, os choques de concepção e de interesses existentes dentro do MDB tenderam a se manifestar, na superfície do cenário político, na forma de diferentes propostas de organização política e partidária.”¹⁶⁸

Retoma-se, dessa forma, a discussão sobre a crise das oposições. A concepção presente no trecho acima, entretanto, deixa claro que o caminho político aberto por este partido não é a opção desejada. Mantém-se, no texto, a concepção de que o próprio regime está em crise também conjuntural, diferente da crise de hegemonia para o qual o próprio regime foi uma resposta em meados da década de 1960. Desse modo, há espaço para novas rupturas. No entendimento desses intelectuais, no entanto, a anistia, o fim do Ato Institucional nº 5 e mesmo a reforma partidária parecem indicar uma retomada de controle por parte do regime, logo, uma retomada do projeto de distensão e o fim da crise em seu sentido conjuntural. A ação do MDB, por outro lado, corrobora com a saída negociada que não altera a disjuntiva básica entre a sociedade civil e o Estado que

¹⁶⁸ Ibid. P. 20

marca a crise de hegemonia pela qual passa o país. Desse modo, corre-se o risco de reeditar, em outra faceta, o autoritarismo que marca a política brasileira.

“Não resta dúvida de que os passos recentes dados pelos novos dirigentes do Estado, antecipando-se às oposições e tomando a dianteira em uma questão tão importante como a da criação de novos partidos, marca pontos em favor de uma transição que tem muito para ser, quase exclusivamente, definida pelo regime. Na medida, entretanto, que o problema não se limita ao plano institucional, mas, de modo bastante mais complexo, envolve o agravamento da crise social, a questão se complica. Tudo indica que a questão social prosseguirá tendendo a ocupar o centro da vida brasileira dos tempos atuais. Se não porque criaram-se as condições econômicas e sociais para emergência de um novo movimento operário no país (como se indicou), porque, até o momento, nada garante que a nova política salarial do governo conseguirá, efetivamente, servir para vencer a batalha contra a assustadora discrepância entre as taxas de aumento da inflação e os índices de crescimento real dos salários dos trabalhadores.”¹⁶⁹

A esfera societal, tal como é posto na tradição intelectual da Escola Paulista, é o espaço em que surge a possibilidade de uma sociedade efetivamente democrática. Desse modo, segundo esta visão, as greves no ABC paulista tornam-se o acontecimento com maior significado para o processo de democratização do país. Por isso o grande destaque que é dado nos primeiros números da revista à questão do movimento sindical, que ficou conhecido como o novo sindicalismo, e às greves na região metropolitana de São Paulo. O próprio Moisés publica, no primeiro número da Revista de Cultura & Política, um artigo baseado em sua tese e com o título *Contradições Urbanas, Estado e Movimentos Sociais*¹⁷⁰, em que explora as crescentes contradições que o cenário metropolitano engendra e as possibilidades de emergência de uma sociedade civil em seu sentido ocidental que elas possibilitam. Cabe, agora, transformar essa movimentação social, consequência do crescimento capitalista no país, em força política de maneira a acabar, ou ao menos diminuir, a disjuntiva entre as esferas social e política que caracteriza o autoritarismo brasileiro. Trata-se de pensar uma questão da hegemonia que surja da sociedade civil, tal como em sociedades consideradas modernas.

Torna-se mais claro, nesse texto, a leitura da nova conjuntura de crise em que se abrem possibilidades de ação. O papel do CEDEC, nesse caso, é tentar orientar a ação política a partir de uma crítica histórica e social que, segundo esses

¹⁶⁹ Ibid. P. 31.

¹⁷⁰ **Revista de Cultura & Política**. São Paulo: Global Editora; CEDEC. n. 1, agosto, 1979.

autores, não existia em outras oportunidades. O debate que se segue ao texto, entretanto, revela alguns pontos de conflito ou, no mínimo, alguns nós que não conseguem ser tão facilmente desatados.

Sugestivamente, o comentário mais pertinente parte de Weffort, orientador de Moisés e defensor de idéias semelhantes. A questão posta por Weffort não atinge, necessariamente, o argumento acadêmico. No entanto, procura pensar a relação da narrativa, da qual ele mesmo é um dos construtores, com a prática política por ele vivenciada:

“O fato é que é incrível a eficácia da ação do governo no plano da economia, no plano da sociedade, no plano da previdência social e vai daí pra diante, embora num rumo de que nós poderíamos eventualmente divergir. Enquanto isto, o conjunto do espectro político brasileiro, desde a direita, PDS, até a esquerda, PT, está envolvida por um debate político e não é capaz de arranhar o negócio. A disjuntiva você tem em todos os níveis, há um processo de fragmentação da percepção que se dá em todos os níveis. Então eu acho que é importante a gente tentar pensar duas coisas: primeiro, tentarmos ver quais os limites da capacidade de direção deles. Já que nós todos chegamos a um acordo de que realmente eles são craquíssimos para dirigir, vamos fazer agora um esforcinho para ver quais são os limites da capacidade de direção deles. Aí surge a dúvida: será que eles realmente estão metendo o dedo na questão da hegemonia? Será que realmente eles não têm medo que o PDS se esvazie consideravelmente nas eleições de 82?”¹⁷¹

Depois, complementa seu raciocínio:

“é que há uma tendência indesejável de disjunção entre as questões sociais e as questões de liberdade política. Isto não é de hoje, é dos anos 30, isso é uma coisa clássica. Nem é só da esquerda. O pensamento liberal e o pensamento conservador brasileiro também colocam a questão.

“O que estou dizendo é que ela necessita, em um outro trabalho, de se aprofundar. Para mim o consensual não está no plano da análise, onde eu concordo com você, muita gente não está vendo a questão. Mas está no plano da proposta, no plano da diretriz.”¹⁷²

Não apenas Weffort, mas também outros comentadores chamam a atenção para a dificuldade que por vezes passa o movimento operário para dar um sentido político às mobilizações sociais. A crítica chega, inclusive, ao fato de as greves serem consideradas bem sucedidas quando conseguem como resultado algum aumento salarial. Nesses casos, sente-se falta de uma crítica mais vigorosa à

¹⁷¹ **Revista de Cultura & Política.** São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 2, agosto - outubro, 1980. P. 49.

¹⁷² *Ibid.* P. 56.

estrutura política que cerceia o acesso do operariado aos recursos oficiais de poder.

A forma como Weffort, no contexto do CEDEC, se apropria da narrativa da Escola Paulista e das discussões que, no âmbito desta, foram travadas ao longo do regime militar procuram dar um sentido ao contexto de Abertura política. Em primeiro lugar, a discussão engendrada no CEDEC dissocia a Abertura da distensão; em segundo, seleciona e valoriza os acontecimentos que, segundo eles, podem realizar um verdadeiro processo de democratização, opondo-se, dessa forma, às negociações entre a oposição institucionalizada e o regime. Defendem a opção política representada pela fundação do Partido dos Trabalhadores, ao qual a maior parte de seus intelectuais se filia.

A discussão ocorre em um momento de afirmação política do MDB. Segundo Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina d'Araújo, a partir de 1974 houve um vertiginoso crescimento do partido, não apenas sobre o espaço da ARENA, mas, principalmente, sobre uma população descrente com a efetividade do caminho eleitoral e que por isso tendia ao voto nulo¹⁷³. O MDB incorpora a crítica ao desenvolvimento econômico, à desigualdade de renda, e, nas eleições de 1974, 1976, 1978 e 1982 obtém importantes vitórias.

A fase inicial da Abertura, portanto, é marcada por uma dinâmica de conflito polarizado entre o regime, por um lado, e o referido partido, por outro. É sobre esse contexto que o CEDEC é fundado e sobre o qual procura agir, principalmente retomando importantes narrativas e conceitos forjados pela Escola Paulista em seus diversos momentos. Trata-se de uma tentativa de mudar a dinâmica da Abertura, retirando-a da considerada oposição permitida.

Contudo, é também no âmbito da prática política que surgem insuficiências na narrativa e na linguagem política que se articula. O sentido da crítica de Weffort é apontar os limites da linguagem face aos desafios postos pela realidade política. O tom pessimista da Revista com relação ao projeto de distensão, que tem por objetivo deslegitimar o mesmo, tem como outra face o reconhecimento da existência de obstáculos múltiplos a um projeto que pretende romper com a tradição histórica brasileira. Embora retrospectivamente o projeto de formação do

¹⁷³ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. Introdução. IN: **A Volta aos Quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PT possa ser considerado um movimento de relativo sucesso, a influência deste em seus anos iniciais na política brasileira foi bastante limitado.

São essas lacunas que serão exploradas por críticos à proposta de ruptura com a oposição institucionalizada. Estes não precisam, para tanto, abandonar o contexto acadêmico da Escola Paulista. A crítica protagonizada por Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, que se aproxima cada vez mais do MDB, chegando a disputar as eleições de 1978 pela sigla; move-se dentro dos paradigmas propostos pela tradição da Escola Paulista. No terceiro número da *Revista de Cultura & Política*, Fernando Henrique publica um texto intitulado *Regime Político e Mudança Social*, comentado, no mesmo número, por outros autores, dentre os quais José Álvaro Moisés.

Fernando Henrique inicia seu texto comentando a mudança no papel do intelectual após a falência das explicações sistêmicas e totalizantes, que variam do estrutural-funcionalismo ao marxismo, segundo o autor. A função intelectual de prever estaria, portanto, comprometida, na medida em que as mudanças podem ser explicadas, mas nunca por meio de uma causa totalizante. Mais razoável, segundo o autor, é pensar em curtos-circuitos que podem seguir um padrão aleatório de ocorrências, que termina por gerar o contingencial e o inesperado. Assim, afirma:

“Dito isso a título de provocação, cabe fazer uma petição de modéstia teórica: tampouco disponho de resposta para estas questões. Mas acho que é dever de ofício reconhecer, como ponto de partida, a orfandade teórica com a qual entrarei num debate localizado: o da transição do autoritarismo para a democracia. Mais ainda: farei referência apenas ao caso brasileiro que tem como agravante a dúvida sobre se de fato marchamos para a democracia...”¹⁷⁴

Frente a esse problema, os cientistas sociais se deparam na contemporaneidade, segundo Fernando Henrique, com três teorias políticas que podem servir como instrumento teórico. A vertente liberal-democrática, que não nega o conflito, mas privilegia a mudança gradual e institucionalizada; a vertente marxista, revisada de seu sentido totalizante; e o ponto de vista basista, ou movimentista, que preza pelo micro-poder, por uma lógica comunitária e que tende a ter um posicionamento radicalmente contrário ao Estado.

¹⁷⁴ *Revista de Cultura & Política*. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC. n. 3, novembro - janeiro, 1981. P. 9.

Desse ponto, o autor passa para possíveis interpretações sobre o processo de transição política no país. Identifica quatro hipóteses que podem explicar esse processo: a estratégico-conservadora, a estrutural-crítica, a liberal-democrática e a da crise de hegemonia. Desse modo, o autor coloca em perspectiva analítica o próprio discurso que se orquestrava no CEDEC, principalmente por meio de Francisco Weffort. Afirma Fernando Henrique:

“Provavelmente, no sentido estritamente gramsciano, não se possa falar, quanto ao caso brasileiro, senão de uma ‘crise de hegemonia’: A questão, entretanto, está em saber se tal abordagem, nesta amplitude, ajuda em algo mais do que em contrastar e constatar que não se dispõe de alternativa. Talvez por isso, os que lançam mão da noção de hegemonia como recurso para explicar a presente transição brasileira, adotam uma postura que é mais do gosto de Foucault do que propriamente de Gramsci: aferram-se à importância da política fora do estado e valorizam a ‘micro-física’ da política. Na resposta à indagação sobre porque mudou o estilo de autoritarismo brasileiro valorizam os movimentos sociais [...]”
175

O correlato da crise de hegemonia e da valorização extremada da sociedade civil seria o crescente uso de teorias basistas, segundo a concepção dada pelo próprio autor, relacionadas, por ele, à idéia de micro-física do poder. Em sua avaliação sobre as versões sobre a transição, o autor procura enfatizar a versão liberal-democrática e a da crise de hegemonia. Não à toa, as duas que parecem se destacar no campo das oposições dentro do grupo de intelectuais inseridos no contexto, principalmente, do CEBRAP e do CEDEC. Segue o trecho principal em que argumenta de forma crítica com relação a essa versão:

“E é também a de criticar a recusa de pensar o estado, que existe implícita na atitude ‘basista’ e na valorização absoluta dos movimentos sociais frente aos partidos como se o povo, a ‘base’ (o que é a ‘base’ da sociedade industrial-complexa?), a periferia do centro de poder, fossem não apenas ‘puros e bons’, mas capazes de levar a soluções sociais, econômicas e políticas sem uma ‘visão do todo’. Ora, o desprezo pelo Estado torna este tipo de pensamento generoso mas ao mesmo tempo impotente para enfrentar o desafio do controle de sociedades complexas [...].

“Não obstante, existe hoje uma tendência não apenas ‘basista’ que cega a compreensão destas questões mas que se esquece de que nas sociedades de classe a ideologia das classes dominantes e a prática da dominação marcam os dominados na sua subjetividade (não apenas ao nível do discurso), na sua visão do mundo e os mutilam dos saberes necessários à liberdade. Sendo assim, a ‘boa consciência’ não é a ‘consciência ingênua’ ou espontânea, mas a consciência crítica que há de dar conta dos problemas gerais que afetam a sociedade. A menos que nos contentemos

¹⁷⁵ Ibid. P. 17.

com a dicotomia posta na Introdução que deixa aos dominadores a tarefa de controlar o Estado e exige para os dominados apenas o direito de construir seus espaços de liberdade, de costas para o conjunto da sociedade, o que é manifestamente insatisfatório como política geral.

“A crítica a esta visão ingênua da política dos dominados é pois responsabilidade urgente dos que quiserem propor uma teoria da saída da crise hegemônica.”¹⁷⁶

Fernando Henrique, com sua crítica, acusa a atitude de negação aos partidos políticos, numa clara referência ao MDB, de aceitar sua condição de alheio ao poder e ao Estado, o que reforça a própria disjuntiva tão criticada pelos intelectuais do CEDEC. Fernando Henrique tira o caráter de universalidade da narrativa do instituto ao colocá-la ao lado de outras três. Torna-se, assim, apenas mais uma narrativa que procura analisar o contexto da transição. Pior: acusa-a de, por vezes, aceitar a visão conservadora e autoritária.

O autor, para realizar sua crítica ao CEDEC, não precisa fugir do contexto da Escola Paulista. Pelo contrário, é sobre suas bases que formula a mesma. Aproveita-se, para tanto, da ausência de uma unidade teórica rígida no referido contexto. Forjada em um ambiente de críticas ao nacionalismo-desenvolvimentista e ao regime militar, essa narrativa se desenvolveu de maneira fragmentada, conjuntural e orientada por um ponto de vista que se percebia como *outsider*, marginalizado. Um lugar de crítica protegido por uma cúpula, que é o discurso científico.

Assim, Fernando Henrique opta por resgatar a narrativa forjada em seu livro *Dependência e Desenvolvimento*. Também abordando o nacionalismo-desenvolvimentista de um ponto de vista histórico, retira-lhe a força ao mostrar que o populismo era apenas uma etapa do desenvolvimento nacional. Não seria, necessariamente, a única forma de modernizar ou democratizar a sociedade. Este último conceito, por sua vez, deveria ser a bandeira fundamental dos movimentos progressistas. No contexto da Abertura, Fernando Henrique usa esse mesmo discurso para deslegitimar a formação de partidos de classe, como o era o PT, e organiza sua narrativa de modo a desconstruir a bandeira de oposição ao PMDB que era empunhada.

Para tanto, explora, por um lado, as contradições e fissuras existentes no próprio contexto da Escola Paulista, e, por outro, as dificuldades de adaptação da

¹⁷⁶ Ibid. Pp. 19-20.

narrativa que se forjava no CEDEC – percebidas, inclusive, por Weffort - à realidade da Abertura. Usa o pessimismo e os obstáculos à formação de movimentos sociais consistentes e critica-lhes a idéia de espontaneidade usando o argumento tão caro ao conceito de democracia que é próprio dos discursos que nesse ambiente se formam: o basismo aprofundaria a disjuntiva entre a sociedade civil e o Estado, logo, contribuiria para perpetuar o autoritarismo.

As lacunas que surgem no contexto da linguagem, contudo, não foram um empecilho à atuação política. Pelo contrário, são esses limites que motivarão a ação política promovida por esses intelectuais. Assim, os limites estabelecidos entre linguagem e realidade imediata não se tornam estáveis; pelo contrário, são eles os responsáveis pela dinâmica própria da experiência histórica. Nesse caso, é nessa tensão que o significado de transição adquirirá seus diversos sentidos. A começar pela crítica realizada por Fernando Henrique no referido artigo, que está longe de limitar-se a um jogo conceitual, só podendo ser explicado pela posição política cada vez mais diversa entre o autor e os intelectuais do CEDEC.

4.4. A transição em sua prática política

Movidos por sua atuação política no período da Abertura localizado entre 1978 e 1982, os intelectuais do CEDEC optaram por resgatar a narrativa que, com o objetivo de criticar o nacionalismo-desenvolvimentista, havia chamado a atenção para a imaturidade da sociedade civil sob um regime corporativo. Narrativa esta em que o conceito de populismo adquire força e começa a se propagar no meio acadêmico. Focado nos estudos sobre movimento operário, essa vertente da Escola Paulista se atualiza no momento da Abertura política.

A linha editorial da Revista recorta os acontecimentos do final da década de 1970 e focaliza o debate nos pontos que são considerados mais importantes para a democratização da sociedade brasileira. Desse modo, reage, por um lado, ao projeto de distensão promovido pelo governo e, por outro, à estratégia da oposição de negociar com o referido projeto. Movido por esse contexto, o CEDEC cumpre o objetivo dos intelectuais responsáveis pela sua fundação: atualizar o leque conceitual forjado na tradição da Escola Paulista em função de uma nova realidade social e política que a segunda metade da década de 1970 descortinava.

O projeto do CEDEC não foi a única tentativa de resposta a esse novo ambiente. Também o IDESP – Instituto de Estudos Sociais e Políticos de São Paulo -, fundado por Bolivar Lamounier, ou mesmo a mudança do perfil do CEBRAP, em 1981, refletido na edição de uma nova revista intitulada *Novos Estudos CEBRAP*, mostram a tentativa dos intelectuais desse Instituto em adequar o próprio discurso a novas dinâmicas sociais e políticas que caracterizariam o Brasil da década de 1980. O CEDEC, contudo, foi uma reação bastante particular a esse contexto.

Sua defesa da democracia não se limitava a uma crítica ao regime militar, ou a uma forma de atuação das ciências sociais em uma sociedade que se modernizava. Os intelectuais fundadores do CEDEC objetivavam interferir abertamente no projeto de Abertura política do governo. Talvez isso explique a efemeridade dessa fase inicial do Instituto: sua primeira Revista é publicada entre 1978 e 1982. Apenas no ano de 1984 seria publicada outra revista, a *Lua Nova*, que se caracterizava por debates mais inseridos no campo das ciências sociais do que pela intervenção direta no ambiente político.

O engajamento político dos intelectuais filiados à tradição Escola Paulista foi generalizado. Nas fileiras do CEBRAP, poucos eram os intelectuais que não haviam preferências partidárias declaradas no início da década de 1980. Contudo, o CEDEC, em seus anos iniciais, foi em si um projeto de engajamento político em prol do que o instituto considerava a democratização da sociedade. Isso explica o vigor do envolvimento de seus intelectuais com a Abertura política, primeiro por meio do apoio às greves operárias na região metropolitana de São Paulo, e, em segundo lugar, por meio da participação intensa dos mesmos na fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980.

Por isso também, sua efemeridade. As discussões a que se propunham em breve tiveram que se deslocar do âmbito das ciências sociais para aquela do espaço partidário. A *Revista Desvios*, sugestivamente publicada a partir de novembro de 1982 – ano em que a *Revista de Cultura & Política* saiu de circulação - e de onde Marilena Chauí era uma das principais expoentes, ao lado de outros intelectuais paulistas, como Eder Sader e Marco Aurélio Garcia, é uma evidência desse processo.

É, portanto, na prática política que o limite entre o conceito e a realidade imediata será testado ao extremo. A narrativa forjada pela Escola Paulista se realizará politicamente de diversas formas, uma delas, certamente, foi por meio do

PT. Ao mesmo tempo, o partido, formado por diversas tendências e grupos que variam das Comunidades Eclesiais de Base, de intelectuais de diversas tradições intelectuais até grupos estudantis de muitos matizes e tendências ideológicas, encontrará no discurso dos intelectuais do CEDEC uma importante referência intelectual, em especial nos círculos paulistas e no meio sindicalista. Já no segundo número da *Revista Desvios*, é publicado um trecho do documento fundador do movimento da *Articulação dos 113 de São Paulo*, formado pela ala sindical paulista do partido e cujo desenvolvimento resultará na construção da mais forte tendência petista, que será hegemônica no partido, principalmente na década de 1990.

O final da década de 1970 foi palco para a afirmação política da geração de intelectuais do CEBRAP; movimento de onde resultou, inclusive, o CEDEC. A grande distância entre sociedade civil e Estado presente no conceito de democracia tal como formulado na tradição da Escola Paulista é contornado de diversas maneiras por esses intelectuais em um contexto em que a disputa pelo Estado começava a tornar-se parte também de sua realidade.

As eleições de 1982 indicariam a forma que a narrativa dos que haviam preferido o engajamento no PMDB iria se realizar na prática política. A vitória dos governadores do referido partido, em especial a de Franco Montoro, em São Paulo, fez com que a narrativa democrática de perfil anti-estatal da Escola Paulista encontrasse no poder dos estados, em especial o do estado paulista, sua concretização. Ironicamente, por esse caminho, a narrativa que começou a se desenhar com a fundação da USP, como reação à vitória do governo central na Revolução Constitucionalista de 1932, encontra-se novamente com o federalismo¹⁷⁷, que, no momento, lhe dava uma oportunidade de se afirmar no cenário político brasileiro.

Os intelectuais do CEDEC, por sua vez, em sua maioria optaram pela filiação ao PT. Esse partido, por meio de sua vinculação com o movimento sindicalista do ABC paulista e com movimentos populares com vinculação às Comunidades Eclesiais de Base, permitiam com que a narrativa da Escola Paulista se realizasse de outro modo. A relação com movimentos sociais legitimava o discurso de que

¹⁷⁷ Sobre o poder dos governadores adquiriram a partir de 1982, e sobre seu papel desempenhado na transição política, ver: ABRUCIO, Fernando. **Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

seria possível organizar um partido que tivesse sua origem inteiramente impulsionada pela sociedade civil.

Caberia ao PT, nesse sentido, se organizar e representar uma suposta vontade popular nacional, ao passo em que crescia, mudando as relações entre Estado e sociedade civil. Para tanto, dois recursos seriam utilizados, em primeiro lugar, a ênfase na democracia participativa, possibilitada nos governos da esfera municipal, que se tornaram o mais importante espaço de afirmação política do partido; em segundo lugar, o crescente uso do pensamento de Gramsci que inspiraria uma ação política que, em uma sociedade marcada pela revolução passiva, eventualmente conseguiria, ao mesmo tempo, promover a democracia e o socialismo¹⁷⁸.

Em comum entre essas duas formas de realização política, a intensa crítica ao Estado, ao nacionalismo-desenvolvimentista e seus herdeiros – ou órfãos, segundo a linguagem de Francisco Weffort –, ao regime militar, e à política identificada com o atraso, ou seja, que se distanciava do modelo concebido como próprio da cultura ocidental e que, no Brasil, se aproximava das relações construídas no que era considerado o seu mais moderno estado: São Paulo. Assim, a eleição de Leonel Brizola, maior herdeiro das tradições trabalhistas, para o governo do estado do Rio de Janeiro em 1982, constitui uma imagem feliz para ajudar a compreender as identidades políticas que se forjavam nesse momento.

O ano das referidas eleições foi também o ano de publicação do último número da *Revista de Cultura & Política*, pode ser lida como um marco cronológico para a análise das formas em que a narrativa elaborada no final dos anos de 1970, no contexto da Escola Paulista, realiza-se politicamente. A Revista, coincidentemente, deixa de ser publicada em 1982. O debate a que se propunha prossegue, por meio de seus intelectuais, no âmbito do Partido dos Trabalhadores e dos movimentos sociais paulistas. Durante as décadas de 1980 e 1990, essa interpretação da Abertura política, consegue se expandir para além do estado paulista junto com o crescimento dos dois partidos que mais beberam dessa narrativa, PT e PSDB, em especial após o a má avaliada gestão do PMDB sob a presidência de Sarney. Essa, contudo, já é outra experiência, a qual acompanhará outra narrativa histórica.

¹⁷⁸ VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução Passiva no Brasil**: iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

Conclusão

A *Revista de Cultura & Política*, lançada pelo CEDEC um ano após a fundação deste e publicada entre os anos de 1978 e 1982, foi uma resposta a demanda dos intelectuais que a criaram pela construção de um sentido a sua ação no contexto de um crescente engajamento desses no processo de Abertura política brasileira. Como deixa claro o editorial do primeiro número da revista, os conceitos que nas suas páginas seriam discutidos tiveram por objetivo pensar o sentido da história brasileira naquele momento, e pensar, nesta, o lugar que os intelectuais deveriam ocupar.

Os responsáveis pela fundação do CEDEC, membros, como eram, de uma geração intelectual por vezes associado ao Seminário de Marx, organizado por orientandos do sociólogo Florestan Fernandes, incorporaram diversos debates e conceitos que haviam sido desenvolvidos ao longo das décadas de 1960 e 1970. Tal trajetória intelectual possuía um fio orientador: a crítica ao nacionalismo-desenvolvimentista tal como formulado pelo ISEB, eleito, por sua vez, pelos intelectuais desta geração da Escola Paulista como centro construtor de uma narrativa histórica brasileira a ser combatida.

Dois são os principais diálogos realizados pelos autores da *Revista de Cultura & Política* com seu passado recente, em dois momentos distintos.

Em primeiro lugar, dão continuidade à crítica desenvolvida ao nacionalismo-desenvolvimentista logo após a experiência do golpe militar de 1964. A razão da opção por tal continuidade discursiva explica-se pelo fato de que as obras publicadas, em meados na década de 1960, por intelectuais da Escola Paulista sob efeito da referida experiência, deram uma importante contribuição para a construção de um imaginário sobre o lugar de fala desses autores.

Nas obras de Octavio Ianni e Francisco Weffort, publicadas logo após o golpe, o conceito de populismo ganha centralidade em seus discursos por permitir a historicização do nacionalismo-desenvolvimentista do ISEB. Ambos os autores analisam o momento histórico que vai de 1946 a 1964 como um período já superado na história brasileira, e procuram entender o porquê de seu fim trágico.

Com isso, a distância científica já elaborada por Florestan Fernandes em sua crítica ao ISEB, atualiza-se como uma distância também temporal. A ênfase no

caráter de ruptura do golpe de 1964 e do anacronismo das práticas e idéias políticas das forças trabalhistas e nacionalistas contribui para a demarcação do intelectual com origem nas tradições da Escola Paulista, com seu discurso e objeto já bem delimitado: a sociedade civil. Essa perspectiva será atualizada para legitimar o lugar de fala dos intelectuais do CEDEC no contexto da Abertura política.

Em segundo lugar, incorporam a pesada crítica ao conceito de desenvolvimento realizado no âmbito do CEBRAP durante a década de 1970. Por meio da análise das obras de Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira, o presente trabalho procurou mostrar como o conceito de desenvolvimento, anteriormente central para conferir um sentido à narrativa da história brasileira, se esvaziava no contexto de crescimento econômico com forte exclusão social. Assim, as críticas ao nacionalismo-desenvolvimentista são usadas para atacar o desenvolvimento como um todo, que passa a ser visto de maneira negativa.

Ao realizar esse movimento, a narrativa, em seu segundo momento, iguala o Estado Novo, a República de 1946 e o Regime militar de 1964 sob a ótica do autoritarismo associado ao desenvolvimento capitalista. Desse modo, a democracia, como manifestação de uma ordem social competitiva, surge como pólo oposto ao autoritarismo e ao desenvolvimento fomentado pelo Estado. A democracia torna-se, portanto, o horizonte que confere sentido à narrativa por meio da qual os intelectuais do CEBRAP se colocavam em uma postura de oposição ao regime militar.

Esses dois momentos da geração do Seminário de Marx se fazem presentes na fundação do CEDEC e na publicação de sua revista. O discurso científico e o lugar de fala legitimado pela história fazem com que esses intelectuais se insiram no debate da Abertura política como fomentadores da democracia. Em torno desse leque de conceitos recuperados neste terceiro momento, caracterizado pela luta política em prol da democracia, a *Revista de Cultura & Política* confere ênfase a dois conceitos: o de *crise* e o de *transição*.

Sobre a falência do conceito de desenvolvimento, retratado de forma negativa nas páginas da Revista, abrem-se novos desafios ao país. A tentativa do regime militar de organizar um processo de distensão é lida sob o signo da crise. Desse modo, os intelectuais do CEDEC geram uma interpretação em que o projeto político da Abertura escapa ao controle do governo. Em crise também estão as

oposições, que não conseguem se desvencilhar do modo de se fazer política característico do autoritarismo, preso a instituições que são excludentes por natureza histórica.

O pano de fundo da crise das oposições é a crise pela qual passa a sociedade brasileira desde 1930, quando a presença de um Estado bonapartista e corporativista impediu o pleno desenvolvimento de uma sociedade civil forte, engajada, competitiva, autônoma e participante. O autoritarismo, em si, passa a ser lido como uma crise. A carga semântica do conceito de crise refere-se a uma decisão que permanece em aberto, que deveria ser tomada e, no entanto, por variados motivos, não o é¹⁷⁹.

O impasse dessa crise histórica só poderia ser resolvido quando o país completasse seu processo de modernização, ou seja, quando construísse uma verdadeira democracia, segundo a tradição ocidental. Para Francisco Weffort, o peso do passado é o principal obstáculo à continuidade de uma narrativa que tem por fim o estabelecimento desta democracia.

A transição, portanto, só poderia ser realizada ao negar-se essa tradição passada, algo só possível por meio da reflexão crítica sobre esse mesmo passado; tarefa para a qual os intelectuais do CEDEC estão em posição privilegiada para realizar. Essa idéia de transição prega uma ruptura com a experiência delimitada na narrativa histórica presente no CEDEC, que se equilibra entre o atraso e a modernidade, entre o autoritarismo e a democracia.

A herança intelectual da Revista serve para construir o lugar de ação dos responsáveis por sua elaboração. Por meio desta tradição intelectual, presente em sua narrativa, o discurso da Revista prende a sociedade brasileira ao peso de uma experiência autoritária, para qual a única solução seria a negação das instituições e práticas políticas passadas. No contexto da Abertura, tais conceitos de crise e transição operariam para criticar intelectuais, muitas vezes oriundos também da tradição da Escola Paulista, que haviam se engajado na Abertura por meio de uma aproximação com o PMDB. Como contrapartida, vislumbrava-se a possibilidade de construção de um partido originado exclusivamente na sociedade civil e que, por isso, poderia encaminhar uma agenda de crítica ao Estado autoritário. Este partido era o PT. Nas páginas da Revista, foram valorizados os acontecimentos que, de

¹⁷⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 1999.

algum modo, poderiam guardar relação com o conceito de democracia pretendido, o que explica a ausência de debates ou artigos sobre temas significativos, como o da anistia política.

Nos debates sobre a transição presentes na Revista, que envolveram intelectuais que haviam optado por um dos dois caminhos, como Fernando Henrique Cardoso, de um lado, e Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, de outro; ambos os lados exploram as inconsistências de uma narrativa que havia sido formulada em um contexto de crítica, e que agora precisava organizar um projeto de ação política. Em meio às controvérsias, entretanto, ganhou força na política paulista um conceito de democracia fortemente ancorado na sociedade civil e com profundo desprezo pelas tradições políticas oriundas da República de 1946.

A consolidação dessa narrativa não se deu por meio de consensos teóricos, mas por meio da consolidação das duas alternativas que haviam sido colocadas nos debates da Revista. Para ambos os casos, o ano de 1982 representa um marco. Por um lado, o PMDB conquista o governo de importantes estados da federação, em especial São Paulo, e faz com que a narrativa da Escola Paulista engendrada pelos intelectuais que optaram pelo apoio a este partido se reencontrasse, em sua crítica ao autoritarismo, com o liberalismo federalista, que passará a contar com grande poder na condução da Abertura.

Por outro lado, a Revista chega ao seu fim em 1982, ainda que o suposto número seguinte já estivesse sendo divulgado nas páginas da própria revista. Em 1984, o CEDEC relançaria uma revista própria, já com outro título e outros propósitos. Os debates lançados pela *Revista de Cultura & Política*, entretanto, não chegam ao fim junto com a revista, mas encontram espaço para se propagar nos meio político do estado paulista, em especial no sindicalismo do ABC e no Partido dos Trabalhadores.

Em comum entre as duas alternativas, a crítica ao nacionalismo-desenvolvimentista e a orientação por um conceito de democracia ancorado na concepção de uma sociedade civil forte e de uma ordem social competitiva, que animaria o liberalismo brasileiro nas décadas que se seguiriam.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os Barões da Federação**. Os governadores e a redemocratização brasileira. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARTURI, Carlos. **O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro**. Revista Sociologia e Política, Curitiba, n. 17, nov. 2001.
- ARTURI, Carlos. Transição Política e Consolidação da Democracia. In: LAMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Org.). **Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: _____. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas, v. 1. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BELOCH, Isarel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC; Forense-Universitária, 1983.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Seis Interpretações sobre o Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, 5(3) 1982.
- CANTANHÊDE, Eliane. **O PFL**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique. A Questão da Democracia. In: _____. **Autoritarismo e Democratização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O Desenvolvimento na Berlinda. In: _____. **As idéias e o Seu Lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. São Paulo: Petrobras; Vozes; CEBRAP, 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Transição para onde? In: _____. **A Democracia Necessária**. Campinas: Papyrus, 1985.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFFEL, 1990.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ari Dillon. **21 Anos de Regime Militar: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ari Dillon. **A Volta aos Quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- FERREIRA, Jorge. O Nome e a Coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. **O Populismo e Sua História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura**. v. 4. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de aprender com a história. In: _____. **Em 1926. Vivendo no limite do tempo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- IANNI, Octavio. Processo Político e Desenvolvimento Econômico. In: _____. **Política e Revolução Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- JAGUARIBE, Helio. **O Nacionalismo na Atualidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.
- JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: Referências Preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 20, n. 57.
- JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (Orgs.). **História dos Conceitos: Debates e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.
- KINZO, Maria D'Alva. **A democratização brasileira** – um balanço do processo político desde a transição. São Paulo: Perspectiva, v. 15, n. 4, Outubro/Dezembro, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado dos Tempos Históricos**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Contraponto, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Los Estratos del Tiempo**: estudios sobre la historia. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. **Uma História dos Conceitos**: Problemas Teóricos e Práticos. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- LAMOUNIER, Bolivar. (Org). **De Geisel a Collor**: o Balanço da Transição. São Paulo, Editora Sumaré, 1990.
- MAIA, João Marcelo Ehrlet. **A História de um Conceito**: populismo no Brasil. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação, IUPERJ.
- MAIA, João Marcelo Ehrlet. Esquerda e Escola Paulista de Sociologia: um itinerário sociológico do conceito de 'populismo' no Brasil. In: **Teoria & Sociedade**. n. 10, julho-dezembro de 2002.
- MANNHEIM, Karl. A Mentalidade Utópica. In: _____. **Ideologia e Utopia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução à Sociologia Rural**. São Paulo 1981.
- MARKUN, Paulo. **O Sapo e o Príncipe**: personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- MICELI, Sergio. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. In: Sergio MICELI (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v.1. São Paulo: Vertice, 1989.
- NICOLAU, Jairo Marconi. **História do Voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

- O'DONNELL, Guillermo; REIS, Fábio Wanderley. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. 4. ed. Petrópolis. Editora Vozes; CEBRAP, 1981.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, Luísa Rauter. **A História e “o Diálogo que somos”**: a Historiografia de Reinhart Koselleck e a Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. Rio de Janeiro, 2004, Mimeo.
- POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- SADER, Eder. **Quando Novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1988.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **Poder e Política** – crônica do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon (Seleção e Introdução). **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: UNB, 1981.
- SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura política nacional e Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- SKINNER, Quentin. The Rise of, Challenge to and Prospects for a Collingwoodian Approach to the History of Political Thought. In: _____. **The History of Political Thought in National Context**. Cambridge: Cambridge University Press.
- SKINNER, Quentin. **Visions of Politics. Regarding Method**. V. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SORJ, Bernardo. **A Construção Intelectual do Brasil: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- SORJ, Bernardo. **Por que Democracia?**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares (Orgs.). **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- STEPAN, Alfred. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. Antigos e Novos Coveiros da Era Vargas. In: **O Príncipe da Moeda**. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997.
- VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução Passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

- VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, Jessé. **O Malandro e o Protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira.** Brasília: Editora UNB, 1999.
- WEFFORT, Francisco Correa. Por que Democracia? 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Periódicos

- REVISTA DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978 – 1979. Trimestral.
- REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA. São Paulo: Global Editora; Editora Paz e Terra; Cortez Editora, 1979 – 1982. Trimestral.

Internet

- Disponível em: [http:// www.elifasandreato.com](http://www.elifasandreato.com), acessado em 24 de setembro de 2009.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)